



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0042/15	DATA: 10/03/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h40min	TÉRMINO: 16h35min	PÁGINAS: 190
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ex-Gerente Executivo da Diretoria de Serviços da PETROBRAS.			
SUMÁRIO			
Oitiva de testemunha.			
OBSERVAÇÕES			
Há palavras ou expressões inaudíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção. Grafias não confirmadas: GB Marítima e GD Marítima. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África. (CPI — PETROBRAS).

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 2ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Coloco a sugestão do Deputado Izalci à consideração do Plenário, com relação à dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício do Diretor da Consultoria Legislativa da Casa, designando o Consultor Legislativo Dr. Álvaro Gustavo Castello Parucker para prestar assessoramento técnico-legislativo a esta CPI;

Ofício do Líder do Partido Republicano Progressista — PRB, Deputado Celso Russomanno, indicando o Deputado Aluisio Mendes, do PSDC do Maranhão, para a vaga de titular, e o Deputado Marcelo Squassoni, do PRB de São Paulo, para suplente desta CPI;

Ofício do Líder do Partido Progressista — PP, Deputado Eduardo da Fonte, indicando o Deputado Fernando Monteiro, do PP de Pernambuco, Vice-Líder do PP,



para representar o partido e usar a palavra em nome da Liderança nas reuniões desta CPI;

Ofício do Líder do Partido Socialista Brasileiro — PSB, Deputado Fernando Coelho Filho, indicando o Deputado Rodrigo Martins, do PSB do Piauí, para representar o partido nas reuniões desta CPI;

Ofício do Líder do Partido Republicano da Ordem Social — PROS, Deputado Domingos Neto, indicando o Deputado Leônidas Cristino, do PROS do Ceará, para atuar como Líder da bancada do partido nas comunicações perante esta CPI;

Foi apresentado, dia 9 de março, ofício da Sra. Beatriz Catta Preta, advogada do Sr. Pedro José Barusco Filho, solicitando, conforme prevê a Lei nº 12.850, de 2013, em seu art. 5º, incisos II e V, que define organização criminosa, o direito à preservação da imagem de seu cliente, bem como de somente ser fotografado ou filmado com a sua autorização expressa. Requer ainda que a reunião desta CPI seja realizada de forma secreta;

Ofício da Sra. Beatriz Catta Preta, advogada do Sr. Pedro José Barusco Filho, apresentado nesta data, com manifestação no sentido de sua concordância em participar da audiência pública, inclusive com a presença da imprensa, porém — entre aspas — *“com restrições a perguntas de cunho pessoal, familiar e de saúde, assuntos sobre os quais não responderá a nenhum questionamento”*.

Bem, vou fazer um relato dos últimos acontecimentos.

A partir da aprovação dos requerimentos apresentados pelo Relator, Deputado Luiz Sérgio, na última quinta-feira, foi decidida — e todos se recordam — a convocação do Sr. Pedro Barusco para a primeira oitiva desta CPI, na data de hoje, às 9h30min da manhã.

A partir dessa decisão, nós comunicamos ao Exmo. Sr. Juiz Sérgio Moro essa decisão da convocação do Sr. Pedro Barusco e também solicitamos informações com relação à localização, ao endereço do Sr. Pedro Barusco. Imediatamente, incontinenti, o Dr. Sérgio Moro respondeu, deu-nos as indicações. E, a partir daí, a Secretaria desta CPI fez entendimentos com a advogada, Dra. Beatriz Catta Preta, que, de início, como foi colocado aqui, fez uma restrição com respeito a esta sessão.

Ela desejava, de início, que esta sessão fosse secreta, mas, nas últimas horas, foram feitos contados e uma série de entendimentos não apenas com a Dra.



Catta Preta, mas também, evidentemente, com o Sr. Pedro Barusco, que aceitou que a reunião fosse aberta, com a presença da imprensa nacional, televisionada. Inclusive, eu devo dizer que cumprimentei a Dra. Catta Preta e lhe agradei, porque é de interesse da sociedade brasileira.

Bem, a partir de agora, temos a presença do nosso Presidente, Deputado Hugo Motta, que estava, agora, ultimando esse entendimento com a Dra. Catta Preta. Ele passa a assumir o comando dos trabalhos.

Por favor, Presidente Hugo Motta. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Primeiramente, bom dia a todos. Estava acertando os últimos detalhes com a representante do Sr. Pedro Barusco. Houve aqui uma informação dúbia, porque há aqui uma autorização para que a sessão seja aberta e, ao subir, a advogada nos requisitou que fosse reservada, com a presença da imprensa, porém, sem imagens.

Então, eu pedi para checar os últimos detalhes, sempre aqui deixando claro que esta Presidência tem o intuito de quanto mais transparente e democrática a reunião puder ser, nós temos esse desejo. Por isso que pedimos para checar os últimos detalhes.

Apenas há aqui algumas restrições com perguntas de cunho pessoal. Porém, há, do Sr. Pedro Barusco, a intenção de colaborar com os questionamentos que porventura serão feitos pelos Srs. Parlamentares.

Antes da checagem, gostaria de fazer alguns comunicados.

Na semana passada, na última quinta-feira, quando tivemos a primeira reunião deliberativa, o Presidente da Câmara dos Deputados esteve em nossa reunião se colocando à disposição para vir até esta CPI prestar os esclarecimentos sobre aquele dia — a expectativa de seu nome estar na lista que foi entregue ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, pelo Procurador-Geral da República.

E, ontem à noite, recebi uma ligação do Presidente expressando o seu desejo de vir até esta Comissão. E nós estamos aqui marcando para a próxima quinta-feira, a partir das 9h30min. O Presidente Eduardo Cunha virá à CPI para prestar os esclarecimentos e responder aos questionamentos. Logo registrando que ele está vindo de forma espontânea. Então, sem dúvida alguma, demonstra a boa vontade em colaborar.



Nós já tínhamos conhecimento de que havia alguns requerimentos pedindo a presença do Presidente aqui. Porém, como não temos sessão deliberativa hoje, nós marcamos essa audiência pública na próxima quinta-feira, para que ele possa vir até o plenário desta CPI.

Informando que teremos na quinta-feira dois depoimentos: o primeiro, do Deputado Eduardo Cunha, às 9h30min. Em seguida, promoveremos o convite ao Sr. Sergio Gabrielli, o primeiro da lista que o Relator propôs no seu plano de trabalho. Nós queremos fazer essa audiência na próxima quinta-feira.

Ouviremos o Presidente Eduardo Cunha e, em seguida, o Sr. Sergio Gabrielli. Essa é a nossa ideia para a próxima quinta-feira.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, queria colocar três questões. A primeira é a seguinte: nós protocolamos requerimento de convocação de todos os Parlamentares, Deputados e Senadores que foram citados na Operação Lava-Jato. Só não chegou aos Senadores ainda porque o sistema ficou fora do ar a tarde inteira ontem. Então, ele tem o sentido da convocação.

Portanto, em primeiro lugar, eu acho positivo que o Deputado Eduardo Cunha queira fazer o seu depoimento, mas eu acho que a CPI deveria escolher o melhor momento para esse depoimento — não imediatamente, na quinta-feira —, até porque nós estamos assistindo a uma evolução de informações muito forte e nós entendemos que isso pode ser prejudicial. Então, primeiro, é preciso que a CPI vote todos os requerimentos de convocação.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, queria colocar a seguinte questão. Nós estamos com um projeto de resolução, apresentado também à Mesa da Câmara, sobre a participação das pessoas diretamente envolvidas que ocupam cargos de comando, de mando, na Casa, inclusive nesta Comissão. Ou seja, as pessoas participam da Comissão, participam do Conselho de Ética, e foram nomeadas na lista do Procurador-Geral e, depois, do Supremo Tribunal Federal.

Nós entendemos como imensamente prejudicial às investigações, em nome da transparência, da ética e da isenção, que pessoas que estão sendo investigadas na Justiça estejam aqui, investigando os próprios delitos que estão para ser investigados.



Então, certamente nós pedimos o afastamento, não só da CPI, mas dos cargos de mando da Presidência do Senado, da Câmara, do Conselho de Ética, das Comissões, de quem estiver listado. Não é nada pessoal contra qualquer Deputado, nem prejulgamento, mas é em nome da transparência das investigações, do andamento do trabalho e da garantia de isenção sobre as investigações.

Então, gostaria que V.Exa., como Presidente, se posicionasse sobre isso, bem como a Comissão, porque vai haver um desgaste muito grande se permanecer essa mesma situação.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em terceiro lugar, Sr. Presidente, eu queria colocar a seguinte questão. Nós aprovamos na semana passada — esta Comissão aprovou — uma lista de pessoas para depor, em cima do plano do Relator, mas a vida vai sendo dinâmica, e, já na semana passada, nós tínhamos levantado a questão de que não havia nenhum empreiteiro nessa primeira lista, não havia nenhum daqueles carregadores de mala, bem como outros doleiros, e assim por diante. E agora saiu a lista dos Parlamentares.

Então, eu vou pedir a V.Exa. que, em algum momento dos nossos trabalhos — não agora —, nós façamos uma discussão de repriorizar os depoimentos, porque nós não podemos seguir ordinariamente a lista que foi aprovada, de 34 requerimentos, sem ter uma ordem de prioridade, de impacto, que as novas questões vão colocando.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, para contrapor com outra visão com relação...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, vamos manter a ordem, porque eu também vou tratar do tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Por ordem de inscrição, Deputado Mendonça, darei a palavra a V.Exa. Temos os Deputados Afonso Florence, Carlos Marun, Ricardo Barros, e, em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O.k.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria só um esclarecimento. Também queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É só um esclarecimento acerca dos requerimentos. Considerando que na próxima quinta-feira nós ouviremos o Deputado Eduardo Cunha, como ficará a reunião acerca da deliberação dos novos requerimentos que foram apresentados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós teremos reunião deliberativa na próxima semana. Esta semana, teremos reuniões de depoimentos já previamente agendados e anunciados para a CPI.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Porque entendemos que, em reuniões de oitivas, nós não deveremos ter deliberações. Esse foi um anúncio já feito por nós na segunda reunião à frente da CPI.

Deputado Afonso Florence com a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, primeiro, quero saudar a condução dessa Presidência que chegou a bom termo, no sentido de termos um depoimento aberto do Sr. Pedro Barusco, mesmo que em condições decorrentes da tramitação da delação premiada e da investigação da Força-Tarefa.

É importante que possamos fazer todos os depoimentos de depoentes em sessões abertas. Se eventualmente houver alguma restrição decorrente da legislação e da prerrogativa do depoente de postular esses limites, que nós o façamos com a maior publicidade possível desses depoimentos, para que não incorramos em situações do tipo vazamentos parciais e com controvérsia interpretativa dos depoimentos.

Sobre a pauta desta semana e os requerimentos, todos já apresentados e os a apresentar, nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos dizer que vamos manter a orientação que tivemos na CPMI de investigar, com absoluta acuidade, profundidade, extensão, dando sempre o direito de defesa para todos os arrolados em processo de investigação.



Portanto, a iniciativa do Deputado Eduardo Cunha, Presidente desta Casa, de pleitear, requerer uma oportunidade de vir apresentar sua análise, sua versão sobre esses fatos é oportuna.

Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, se há solicitações de outros Parlamentares, porque essa Presidência acaba de anunciar... A minha pergunta é: há outras solicitações de Parlamentares para se anteciparem a requerimentos de convocação? Havendo, eu gostaria de fazer uma sugestão — vou terminar a minha fala —, havendo, o Relator inclusive está por indicar nomes de sub-relatores, sugiro que, na próxima reunião, mesmo que não administrativa, nos seja passado o informe dessa Presidência, do Relator, dos Vice-Presidentes, de uma reunião que organize a pauta daquilo que já foi aprovado, compatibilizando com os requerimentos dos Parlamentares que pediram para ser ouvidos, para nós evitarmos, eventualmente, uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - De surpresa?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não, não é surpresa, coincidência que possa exaurir o dia, reduzir a capacidade interrogatória dos Parlamentares, de acompanhamento da opinião pública.

Nós anuímos, concordamos com a iniciativa de convidar, primeiro, o Sr. Sergio Gabrielli, mas agora já está, no mesmo dia, o Deputado Eduardo Cunha e o ex-Presidente Gabrielli. Obviamente, ambas são oportunas. Não tenho convicção de que na mesma oportunidade.

A sugestão é que essa Presidência, com o Relator coordenando nas suas atribuições com os Sub-Relatores, apresente uma proposta de compatibilização do plano de trabalho dos requerimentos aprovados com os requerimentos agora feitos de vinda dos Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Afonso Florence, respondendo já a V.Exa. e já respondendo ao Deputado Ivan Valente também, existe um pedido do PSOL para convocar a esta Comissão todos os políticos detentores de mandatos que estão na lista que foi encaminhada ao STF.

Enquanto o requerimento do Deputado Ivan Valente, do PSOL, não for apreciado, nós vamos sempre respeitar aquele colega Deputado ou Senador que



queira, espontaneamente, vir esta Comissão, prestar o seu esclarecimento necessário como uma forma de já ir atendendo à expectativa do PSOL e de demais Parlamentares que porventura queiram questionar esses colegas que estão na lista.

O que nós estamos fazendo é, na verdade, um esforço, na próxima quinta-feira, em trazer o Deputado Eduardo Cunha e trazer o Presidente Gabrielli, para que a gente possa não só dar a oportunidade de o Presidente da Câmara dos Deputados e de qualquer outro Deputado que queira vir a esta Comissão trazer os seus esclarecimentos, responder aos questionamentos, mas também cumprirmos aquele que é o plano de trabalho do Relator.

Nós temos que fazer um esforço nesse momento, Deputado Afonso Florence, pelo menos, enquanto nós...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - A oitiva do Gabrielli pode ser na semana que vem, para a gente dar mais atenção, profundidade, análise e mais extensão à reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós entendemos que temos, neste momento, de fazer um esforço. O Brasil espera desta CPI, sem dúvida alguma, respostas, e nós precisamos, antes de tudo, mostrar ao Brasil que o nosso compromisso é com a investigação.

Então, esse esforço de trazer o Presidente e o Sr. Gabrielli no mesmo dia, eu entendo ser um esforço necessário para este momento, em que teremos a oportunidade não só de ver um colega se explicar como também de cumprirmos aquele que é o plano de trabalho do Sr. Relator.

Nós queremos fazer uma reunião amanhã com o Relator e os Sub-Relatores já nomeados para que possamos fazer a apresentação de um plano de trabalho, justamente indo ao encontro do que V.Exa. está pedindo, para que haja previamente, por parte dos membros da CPI, da imprensa e da sociedade brasileira, um acompanhamento prévio de como serão os trabalhos. Nós não fizemos isso na última quinta-feira porque não deu tempo. Tivemos uma sessão muito tumultuada e, infelizmente, não deu para fazer esse planejamento. Porém, iremos sugerir ao Relator e aos Sub-Relatores que possamos divulgar um cronograma de trabalho previamente acordado para que possamos cumpri-lo. Havendo alguma intercorrência ou alguma mudança, é claro que nós vamos adequar esse plano de



trabalho, porém, é necessário termos uma linha objetiva, retilínea e transparente que os senhores possam acompanhar.

O Deputado Marun está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, eu vou expressar a minha opinião, mas tenho certeza de que ela também é a opinião dos colegas e correligionários do PMDB que fazem parte desta Comissão.

Dentro do nosso compromisso com a transparência, nós apoiamos e desejamos que todas as sessões desta CPI, salvo clara objeção legal, sejam abertas. Nós entendemos que aqui um dos grandes objetivos e compromissos nossos é com a transparência. Então, nós entendemos que as sessões devam ser abertas.

Em segundo lugar, parabenizamos o Presidente da Câmara por sua iniciativa em solicitar a sua imediata prestação de esclarecimentos — trata-se do Presidente desta Câmara Federal. É evidente a sua intenção de prestar com clareza e transparência os esclarecimentos necessários e, no caso de virem a surgir outras informações, poderá (*inaudível*). Mas parabenizamos tanto o Presidente quanto V.Exa. por já terem marcado para a próxima quinta-feira a sua visita, a sua vinda a esta Casa e o seu depoimento.

Em terceiro lugar, nós entendemos que esta CPI tem vida autônoma. Decisões tomadas em relação à CPI não devem necessariamente, por sinergia, ser transformadas em lei para o resto da Casa.

Sobre a solicitação do Deputado Ivan de que Parlamentares citados nesta lista de Janot não devam fazer parte desta CPI, entendemos que ela tem razão de ser, a partir do momento em que serão investigados investigando. Entendemos que existe uma dificuldade até ética pelo fato de investigados estarem investigando este processo. Solicitamos que isso seja avaliado. É uma decisão, talvez, até de foro íntimo dos Parlamentares. Agora, entendemos que isso não deve servir de norma para o resto da Casa. Daqui a pouco, nós estaremos tolhendo o trabalho desses Parlamentares que foram eleitos e que têm, sim, o direito de exercerem as suas funções nos outros órgãos colegiados do nosso Parlamento, da nossa Câmara Federal. Agora, especificamente, em relação a esta CPI, entendemos que investigados não devem investigar.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado André.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, é só uma questão de ordem que indago a V.Exa.: nós temos uma lista de inscrições para a oitiva do Barusco, e eu gostaria de solicitar a V.Exa. que, já que o Relator tem prioridade nas perguntas, na oitiva, eu gostaria de saber se, na condição de Sub-Relator, eu e os demais Sub-Relatores também poderíamos ter prioridade nas perguntas para poder subsidiar as nossas sub-relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós iremos adotar o seguinte critério: o Relator tem a prioridade de fazer os questionamentos, assim como os autores dos requerimentos, porque fizemos a votação em globo, e adotaremos também os Sub-Relatores com prioridade. Em seguida, daremos a palavra aos Deputados membros da CPI. Os não membros só serão inscritos após os membros, para que a gente tenha aqui uma questão hierárquica a ser seguida já desde a primeira oitiva. Portanto, V.Exa., como Sub-Relator, terá prioridade.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que a vinda do Deputado Eduardo Cunha, nosso Presidente da Câmara, rapidamente à Comissão é um sinal do respeito que ele tem ao nosso trabalho e à sociedade brasileira. E é bom para a Câmara dos Deputados que ele, como Presidente, esclareça rapidamente a sua situação em relação ao processo.

Quem leu atenta e integralmente as representações do Ministério Público Federal, do Sr. Procurador-Geral da República, percebe que vários Parlamentares são acusados em conjunto por formação de quadrilha, por lavagem de dinheiro, por desvios, corrupção passiva, corrupção ativa, mas não diz quem corrompeu. A representação não fala quem corrompeu, não fala quem recebeu, quanto recebeu, onde recebeu, como lavou o dinheiro.

Em determinado momento, o Deputado Luiz Sérgio me falava que esta CPI era para investigar algo que já estava investigado, porque se esperava que a Operação Lava-Jato nos trouxesse elementos muito concretos sobre o envolvimento



de todas as pessoas, na medida em que é uma operação que há muito tempo está investigando pessoas, quebrando sigilos, ouvindo, muitas vezes, pessoas com foro privilegiado sem remeter essas investigações ao foro devido, fazendo de conta que não sabiam que aquelas pessoas tinham foro privilegiado em Tribunais de Justiça ou tinham foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal.

Então, Presidente, entendo que nossa CPI tomou um corpo muito maior na medida em que temos tudo a investigar. Nenhum dos políticos citados foi denunciado pelo Procurador-Geral. Ele fez arquivamentos e pedidos de abertura de inquérito para que se tente encontrar provas do envolvimento. E ele diz claramente lá: *“A palavra do delator não é prova.”*

Portanto, nós temos que encontrar se a palavra do delator, de fato, tem alguma substância. E ele também diz lá, nos pedidos de investigação: *“Aqui não há réus; todos os Parlamentares podem, ao longo de algum tempo, terem arquivados os seus pedidos de abertura de inquérito por falta de provas”*. Então, muitos dos Parlamentares que estão voluntariamente se dispondo a vir a esta Comissão é porque sabem que, ao final dessa abertura de inquérito, nada será provado. E nós estamos aqui apoiando a decisão do Presidente de aceitar a vinda desses Parlamentares como um convite seu, e todos aqueles que se apresentarem, Presidente, não teriam os seus requerimentos apreciados no próximo momento.

Quero pedir também ao Presidente que retome, pois é um hábito aqui da Casa reunir os Líderes dos partidos da Comissão, para discutir a questão da pauta, do que vai ser votado, para os partidos se posicionarem e organizarmos o processo, porque também não adianta nós votarmos 100, 150 requerimentos de convocação, pois a CPI tem prazo limitado. Quando formos ter dois — e, no caso, teremos dois depoentes no mesmo dia —, devemos estabelecer um prazo para encerramento do primeiro depoimento, senão ficaremos inviabilizados na operação, porque vai começar a Ordem do Dia e nós não vamos conseguir começar o segundo depoimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já respondendo a V.Exa., Deputado Ricardo Barros, nós adotaremos sempre a quarta-feira, porque entendemos ser um dia em que os Parlamentares já estão todos aqui em Brasília, para que a gente possa se reunir com o Relator, os Sub-Relatores e os Líderes,



para que a gente faça o debate sobre a pauta e tenhamos um acompanhamento de perto, até para ouvir a opinião dos senhores sobre a pauta e os trabalhos que nós queremos seguir.

Essa será uma praxe nossa, atendendo ao pedido de V.Exa., porque entendemos...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não pode ser na segunda, Presidente? Porque a gente organiza... Da minha parte, estou disponível na segunda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pode ser. Por este Presidente, a segunda-feira seria até um dia melhor. À noite, às 19 horas, poderíamos nos reunir aqui na sala da CPI para a gente traçar a pauta da semana.

Portanto, deixo a cargo dos Líderes para que, após o término desta reunião, possam informar à Secretaria da Comissão qual o dia que fica melhor para a gente poder adotar. De repente, a segunda-feira pode ser até melhor, porque é o primeiro dia da semana, e a gente inicia e já comunica à imprensa e à sociedade como teremos a semana de trabalho.

O próximo inscrito é o Líder do Democratas, Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, brevemente, até porque eu acho que a gente deveria ultimar, para iniciarmos a oitiva dos depoentes, eu quero só me manifestar concordando com a manifestação do PSOL, através do Deputado Ivan Valente, no sentido de que quem tiver o nome mencionado na lista do Janot não deveria fazer parte da CPI, que é um órgão de apuração, e do Conselho de Ética. É uma questão não só de bom senso como também jurídica, até porque os atos podem ser questionados do ponto de vista jurídico posteriormente, já que aqui é um órgão de apuração, complementar ao que está sendo feito pela Justiça.

Essa é a minha manifestação pessoal, concordando especificamente com aqueles que estão relacionados na chamada "Lista do Janot". No mais, Presidente, quero apenas pedir a V.Exa. que possa agilizar os trabalhos no sentido de que o Sr. Pedro Barusco venha aqui para o nosso ambiente e possa iniciar o seu depoimento, que eu acho que esse é o propósito final desta reunião.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes de passar a palavra para o Relator, eu gostaria de deixar aqui claro que o depoente chegou à Casa desde 8 horas da manhã, já são 10h07min e nós ainda não começamos. Eu queria fazer um apelo: nós temos aqui mais seis Deputados inscritos e, com a fala do Relator, são sete; então, peço que as intervenções sejam o mais curtas possível, para que a gente possa logo começar o que viemos fazer aqui hoje, que é ouvir o Sr. Pedro Barusco.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Presidente, tanto V.Exa., Presidente da Comissão, quanto eu, enquanto Relator, temos sido constantemente questionados acerca do fato que o Ivan Valente e que o Mendonça levantaram. Então, para deixar aqui muito claro, nem o Presidente nem eu, enquanto Relator, temos o poder de substituir membros desta Comissão; essa é uma tarefa das Lideranças partidárias. Então, por favor, a cobrança tem que ser feita em cima daqueles que têm efetivamente esse poder de substituir ou não os Deputados que foram indicados.

E, também já entrando no assunto, para poder ser rápido e agilizar, na última reunião, eu também solicitei a criação de quatro sub-relatorias para me auxiliar. Eu queria, no que diz respeito às normas futuras de prevenção, fazer a indicação do Deputado Júlio Delgado; e para me ajudar mais diretamente numa sistematização, indico o Deputado Valmir Prascidelli, do meu partido. As outras duas eu preferiria não indicar, porque a dinâmica da CPI que vai determinar a necessidade ou não dessas outras sub-relatorias.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sobre o assunto eu posso só ponderar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas é sobre esse assunto que o Deputado ponderou agora, porque é uma questão rápida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Na semana passada, Relator, na hora em que justifiquei a criação daquela outra sub-relatoria de plataformas e refinarias sob investigação, eu disse que nós estávamos investigando algumas empresas da qual diretores já estão presos, mas de empresas nacionais.



Mas eu reitero e quero repetir — para ficar bem claro, porque muitos Deputados estavam aqui e ouviram, mas muitos não estavam — que tínhamos empresas internacionais que também participavam dessas plataformas e refinarias que poderiam estar sob investigação. E isso veio no inquérito proposto pelo então Procurador Janot. Portanto, quero solicitar ao Deputado Luiz Sérgio — porque eu sei que ele tem duas sistematizações e é lógico que a indicação recai sobre ele, e ele acaba de me indicar para a de questão de normas de prevenção —, pois a questão de acompanhamento às plataformas e refinarias sob investigação da PETROBRAS, que foi a outra que eu propus e ele aceitou, que seja feita para podermos dar início ao acompanhamento porque nós vamos investigar essas empresas. Por isso, se fosse o caso, não sei se é aqui e agora, mas ainda hoje, peço que ele nomeie esse outro nome para essa outra sub-relatoria que nós propusemos, em função do surgimento de investigação sobre as empresas que alertamos aqui na última quinta-feira. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Júlio, agradeço pela intervenção de V.Exa. Vamos poder fazer uma reunião e resolver isso de maneira transparente da mesma forma, até porque aqui não vamos ter uma definição ainda hoje porque a reunião é de oitiva. Então, a gente faz uma reunião e delibera isso e a gente anuncia. A intervenção de V.Exa. foi muito proveitosa.

Deputado Onyx com a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu queria aqui dar uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quero lembrar aqui, na CPI dos Correios, que revelou o mensalão, um fato importante: lá não tinha delação premiada, a delação premiada é um pouco fruto do trabalho que foi feito naquela CPI, inclusive em sub-relatorias. Depois, eu queria trazer outra contribuição: quando nós começamos, na CPI dos Correios, a identificar a participação de Parlamentares, principalmente recebendo dinheiro do mensalão na agência do Banco Rural, nós acabamos fazendo uma consolidação de tudo que mencionava Parlamentares, isso foi transferido para a CPI do Mensalão e depois foi para o Conselho de Ética. Por que isso? Para evitar que a CPI, então dos Correios — como é o que eu acho que



nós temos que evitar nesta aqui —, em vez de investigar corruptos e corruptores, virasse um Conselho de Ética. Então, acho que esse cuidado nós temos que ter. Aqui não é o Conselho de Ética, aqui não é Corregedoria da Câmara; aqui é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que precisa averiguar, precisa investigar. No limite, eu queria sugerir que, se se quiser fazer aqui um espaço de oitiva e defesa de Parlamentares que hoje são apenas citados — e não são nem denunciados, pois ainda estamos em processo de abertura de investigação, que poderá ou não se confirmar —, pode-se, numa sub-relatoria, abrir um espaço para isso. E aqueles Parlamentares que têm esse interesse, e a própria imprensa, que se dirijam a essa sub-relatoria no momento em que houver a oitiva, seja de quem for. Mas devemos reservar o espaço do Plenário para nós aprofundarmos a investigação.

Quero lembrar, Presidente: a CPMI da PETROBRAS, a última que nós tivemos aqui — que não produziu nem relatório, por uma série de conflitos —, produziu uma coisa importante: a única acareação feita no âmbito da Justiça Federal, do Ministério Público e da Polícia Federal foi feita no plenário da CPMI, e naquela acareação Paulo Roberto Costa debate com o Nestor Cerveró...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Deputado Lorenzoni, nós aprovamos o relatório na CPMI. Foi dito aí que não teve...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas não com a profundidade que deveria.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mais de 40 indiciamentos, provas...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pífio, pífio, pífio...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Pífio por quê? Porque não tinha o indiciamento do PSDB?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu só quero completar o raciocínio, Deputado Florence, por favor. O senhor não se preocupe, eu só estou ajudando aqui; eu não estou atacando o PT, por enquanto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Então, é uma informação imprecisa. Foi aprovado um relatório.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas então o senhor use a palavra na sua vez, o senhor pode respeitar os seus colegas. Eu não estou lhe apartando. Com respeito a gente vai avançar muito mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tenho certeza disso. Mas eu queria concluir esta contribuição dizendo que aquela acareação que foi feita lá ninguém tinha pensado em fazer, nenhum dos órgãos de investigação fez. A primeira foi feita no plenário do Congresso Nacional e produziu resultados espetaculares na confrontação de Paulo Roberto Costa e de Nestor Cerveró, inclusive com a célebre frase de Paulo Roberto Costa de que os portos, aeroportos, as obras da Copa, Olimpíadas, hidrovias e as hidrelétricas estavam dentro do mesmo esquema montado na PETROBRAS. Essa é uma informação valiosíssima. E aqui nós vamos nos dedicar, por exemplo, sobre a questão das operações na África, que ainda a investigação da Polícia Federal não chegou lá. E lá tem tantos problemas quanto os que o Barusco vai ter que explicar aqui.

Então, quero concluir primeiro parabenizando V.Exa. pela atitude a respeito das sub-relatorias. Realmente, havendo uma boa divisão do trabalho se consegue avançar muito. Segundo, devemos ter a cautela de aqui não se usurpar a função do Conselho de Ética nem da Corregedoria da Câmara e nós nos focarmos na investigação. Quando tiver algo extremamente relevante e que realmente, para a investigação, a vinda de um Parlamentar aqui contribua para a apuração dos corruptos e corruptores, bom, então aí eu acredito que valeria a pena ouvir no plenário da Comissão esse Parlamentar. Do contrário, Presidente, fazer essa segregação acho que é importante, para não misturar uma coisa com a outra, que esse é o risco que esta CPI corre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu concordo inteiramente com V.Exa. — e V.Exa. é experiente aqui em Comissões Parlamentares de Inquérito —, que o Conselho de Ética, sem dúvida alguma, é o foro para tratar deste assunto. Porém, este Presidente não pode impedir, por entender que, de maneira espontânea, até antes da apreciação dos requerimentos, colegas podem querer vir prestar esclarecimentos. Este Presidente não pode e jamais iria usurpar o direito de



um colega de querer vir aqui e responder a algum questionamento que porventura haja sobre o seu nome ou sua conduta.

Então, foi assim que adotamos com o Presidente Eduardo Cunha e adotaremos com todos aqueles que se mostrarem desejosos de virem a este Colegiado trazerem os seus esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, nós só consideramos que dois depoimentos no mesmo dia reduzem o tempo disponível para aprofundarmos. É só isso que eu gostaria de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar, como Líder.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Presidente, bem rapidamente, porque entendo que a oitiva seja fundamental, para reforçar uma posição sólida do PSOL: nós entendemos — e isso é comum em qualquer república digna desse nome — que quem está sob investigação, sob inquérito, não pode exercer funções que exijam algo que possa se chocar contra aquilo que está sendo investigado da parte deles. Em outras palavras, é evidente, é óbvio... Eu espero que os partidos e os próprios Parlamentares sob investigação no caso do petróleo, da Lava-Jato, revejam sua participação nesta CPI, porque a permanência deles fere a credibilidade da própria CPI, por razões óbvias, que todo mundo aqui entende. E olhe que nós estamos até rebaixando a nossa petição, porque nós entendíamos que aqueles que receberam recursos de empreiteiras investigadas também não poderiam estar aqui. Aliás, essa compreensão é também do Senador José Serra, do PSDB.

Por fim, Presidente, ótima a convocação dos Presidentes Renan Calheiros e Eduardo Cunha, entretanto, para que não seja — com o nosso proverbial e tradicional espírito de corpo — um palco de defesa exclusiva, é preciso também que outros citados na Lava-Jato, que fazem acusações contra esses Parlamentares, venham aqui também. Se não, vai ser uma exibição, um *show* unilateral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já foi amplamente aqui deixado claro pelo Relator, e eu quero só reforçar que a indicação ou retirada de indicação de membros para compor o Colegiado não compete ao Presidente nem ao Relator, e sim aos Líderes partidários.



Os apelos aqui feitos por V.Exas. devem chegar até as Lideranças dos partidos, para que os Líderes possam se sensibilizar ou não. Não cabe a este Presidente emitir nenhuma opinião sobre isso, até porque nós temos o compromisso com a continuidade e, como já deixamos claro desde a primeira reunião, com a investigação. Nós temos aqui que fazer a Comissão andar, trabalhar, investigar. E é isso que este Presidente irá se esforçar para fazer.

Deputado Júlio Delgado com a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sobre isso, inicialmente, Sr. Presidente, eu acho que, mais do que concordo com V.Exa., é uma atribuição dos Líderes. Mas, para esta CPI não começar em pizza — diferentemente do que as pessoas falam, de que a CPI terminou em pizza, esta pode começar em pizza —, depende também, lógico, de uma manifestação sua, de V.Exa., minha e de todos os Parlamentares. Então, não tem condição de investigado investigar! Isso vale para a CPI, isso vale para o Conselho de Ética — e eu vou estar lá para defender a mesma coisa —, isso pode cair na Comissão de Constituição e Justiça — e nós vamos estar lá para pedir a mesma coisa. É lógico que, primeiro, essa manifestação tinha que ser espontânea, de cada um daqueles investigados de se colocarem como suspeitos. Mas, se isso não acontecer, tem que haver uma manifestação da Casa, porque, se não, parece que nós estamos deixando que quem vai ser investigado investigue. Não tem condição, no mundo, o cara julgar o processo dele mesmo! Eu acho que essa é uma questão, primeiro, de foro íntimo; mas, se não for, compete a mim, compete a V.Exa., pelo bem da CPI que V.Exa. quer prezar, poder fazê-lo.

Então, eu acho que nós temos que pedir e cobrar das Lideranças, dos políticos, dos Deputados, dos colegas, que façam com que aqueles que estejam sob investigação em órgãos que vão ser responsáveis por essa apuração, seja Comissão de Constituição e Justiça, seja Conselho de Ética, afastem-se neste momento de investigação. Essa é uma primeira colocação.

Reiterando a fala do Deputado Onyx, quando nós aqui, na época da CPI do Mensalão investigávamos... E eu não estou fazendo nenhuma defesa aqui, quero deixar bem claro, até porque estranhei também, nas vésperas do oferecimento do pedido de abertura de inquérito de investigação pelo Procurador-Geral Rodrigo



Janot, a visita de S.Exa. a um Ministro, ao Vice-Presidente da República e à Presidente da República. Também estranhei isso, mas é um direito do Procurador.

Mas quero dizer aqui a V. Exa. e ao Deputado Onyx — e lembrando aos colegas Deputados que estavam àquela época — que o Deputado Luizinho, que foi buscar 10 mil reais — 10 mil reais — no Banco Rural, já tinha sido denunciado. Aqui, o Procurador, em vez de aumentar a esfera de comparação para todos, reduziu.

Nós sabemos que nessa lista que saiu na sexta-feira há muita gente que tem que ser investigada. Mas há muita gente que já poderia ter sido denunciada, porque as provas já estão lá. E, ao fazer isso, o Procurador nivelou todos, ao abrir o inquérito de investigação. Portanto, a pesquisa tem que ser para todos da mesma forma. Ali havia Deputados e Senadores que já poderiam ser investigados, como ele fez, e outros que já poderiam ser denunciados, como aconteceu em 2005.

E o Procurador, em vez de fazer essa diferenciação para cada um, dando talvez até o peso e a medida, ele fez um equilíbrio para baixo. Não houve defesa. Ele abriu inquérito de investigação contra todos. De muitos, já sabemos, temos provas.

E eu quero aqui elogiar V. Exa. quando, espontaneamente — eu só ouvi uma pergunta, porque estava chegando —, disse que àqueles que manifestadamente queiram vir aqui apresentar suas defesas, V. Exa. vai aceitar tantos quantos forem.

Isso não é convocação. Ninguém foi convocado. Necessariamente, quando surgirem fatos novos que vamos investigar, que a gente possa apresentar os requerimentos de convocação, apresentados com esse fim.

Por fim, quero reiterar que a base do inquérito de investigação — quero solicitar a V. Exa. e ao Relator — foi a delação, na abertura do inquérito e a delação do Sr. Paulo Roberto e do Sr. Alberto Youssef. Mas elas estão sendo sustentadas pelos diretores das empresas que estão presos em Curitiba e também fazendo delação. E aí há um requerimento nosso — já disse aqui na semana passada também que era importante — para ouvirmos esses diretores para eles confirmarem aqueles depoimentos que vieram da delação do Sr. Paulo Roberto e do Sr. Youssef, para que nós façamos uma comissão na CPI para irmos a Curitiba ouvir o Dr. Sérgio Moro, que fez a instrução desde o começo, junto com os diretores que estão lá detidos, para facilitar essa investigação.



É a solicitação que faço mais uma vez a V. Exa. e ao Relator Luiz Sérgio.
Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado Júlio Delgado, é que, como o Presidente mesmo aqui afirmou, nós vamos fazer uma reunião com os Sub-Relatores para discutir os próximos passos. Evidentemente que o que V. Exa. coloca vai ser discutido nessa reunião.

Faço um apelo para que nós possamos agilizar o processo, já que são 10h30min, para ouvir a pessoa que foi convocada para estar aqui.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Correto, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Vou ser bem breve, Presidente, até porque eu sei que a maior importância desta reunião é ouvir o Sr. Pedro Barusco, mas eu tenho uma questão técnica aqui muito importante. Tudo o que vai ser dito aqui hoje pelo seu Pedro Barusco e por todos aqueles que serão convocados baseia-se nas delações premiadas que foram feitas na Justiça Federal. Eu gostaria de saber de V. Exa. se nós já temos data para o recebimento do inteiro teor dessas delações premiadas. A minha dúvida é com relação a nós ouvirmos o Sr. Pedro Barusco hoje e termos que ouvi-lo novamente quando tivermos acesso a essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Olha, nós, na última quinta-feira, aprovamos esse compartilhamento de dados. Já encaminhamos o pedido ao Presidente do Congresso, já que tivemos lá duas CPIs — uma CPI e uma CPMI — onde existe o conteúdo de muitas quebras de sigilo, para que o inteiro teor desse conteúdo seja passado a esta Comissão, para que fique à disposição dos Parlamentares e que, a partir daí, comece a ser investigado. E veremos, de acordo com o andar da investigação, quais serão os dados necessários. A mais, estão vindo para nos assessorar técnicos do TCU, do Banco Central, do COAF, da AGU, da Polícia Federal. Enfim, estamos buscando em todos os órgãos de controle pessoas para auxiliar os Deputados nessa investigação, que estarão na CPI à nossa disposição para que façamos a análise desses documentos.



Então, acredito que durante esta semana nós iremos cobrar, se possível já no dia de hoje, para que o quanto antes essa documentação chegue para que possa ser colocada à disposição dos senhores e das senhoras.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Só para esclarecer, Sr. Presidente, as delações premiadas foram tomadas em vários momentos. Elas não foram encaminhadas para a CPI do Senado. Muitos desses termos não foram encaminhados. Nós temos que solicitar diretamente ao Dr. Sérgio Moro que sejam remetidas a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós iremos analisar. Existem alguns nos quais o sigilo já foi quebrado. Então, já estão disponíveis, são públicos, algumas delações, alguns depoimentos. E aquilo que não for público, obviamente, nós iremos requisitar no âmbito daquilo que a CPI pode fazer no seu trabalho de investigação.

Deputado Carlos Sampaio com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas na linha do que já haviam dito os que me antecederam, é evidente que quem está sob investigação não pode integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem por finalidade exatamente investigar.

Se é certo que os que estão sendo investigados não são réus, não menos certo é que eles são investigados. E se eles são investigados, eles não podem participar de uma investigação que possa, ao final, fazer recair sobre os seus ombros qualquer tipo de punição. É totalmente sem sentido, inócua e absurda, mesmo, a manutenção, seja no Conselho de Ética, seja nesta CPI, de pessoas que estão sendo investigadas.

Mas eu vou mais além. Se o Líder não toma uma decisão mudando esse Parlamentar, eu acho que cabe a nós — e eu tomaria essa iniciativa — representar à Corregedoria pedindo uma manifestação da Casa. Entendo, com toda sinceridade, que quem está sendo investigado pode vir a ser absolvido. Mas ele também tem que entender que tira a imparcialidade, a isenção desta CPI quando dela participa. Não teria o menor sentido. Somos, aqui, juízes de fato. Temos poderes aqui para quebrar sigilo bancário, fiscal, telefônico.



Como é que alguém que está sendo investigado integra os quadros de quem está investigando? É uma situação, eu diria, até indelicada para com o próprio Parlamentar. Ele teria que ser substituído de pronto. Saiu a lista, no mesmo ato o Líder teria que ter substituído esse nome. Se não o fez, e assim permanecer até amanhã, como quinta-feira teremos dois depoimentos — eu cumprimento V.Exa. por manter ambos os depoimentos, importantíssimos —, eu acho que amanhã mesmo nós temos que tomar uma medida junto à Corregedoria desta Casa. Mas que não tem condições de participar da inquirição, de participar da investigação quem investigado é, evidentemente, não tem. Seria um contrassenso, uma ofensa à imagem da própria CPI.

Então, eu peço a compreensão de V.Exa. e dos demais pares. Se, efetivamente, permanecer até amanhã, o PSDB tomará uma medida junto à Corregedoria desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu vou na linha do que disse o Deputado Carlos Sampaio. Acho importante amanhã, na reunião de Líderes e Sub-Relatores, conversarmos sobre isso e tomar algum tipo de decisão, enquanto CPI, para não pararmos as nossas conversas, as nossas investigações em função disso.

Eu concordo com a análise. E é exatamente em função disso, e da fala do Deputado Júlio Delgado, que eu acho importante a presença do Presidente Eduardo Cunha aqui na quinta-feira. Ele já se antecipou na semana passada colocando o seu nome à disposição desta CPI. E, como ele é o Presidente da Casa, que ele seja o primeiro a falar.

Então, nesse sentido, é muito importante. De resto, é encaminhar a oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nós queremos ouvir o Sr. Pedro Barusco. Eu só quero colocar duas questões. A primeira é sobre a presença de pessoas investigadas na CPI. Ainda pelas manifestações dos partidos



aqui no plenário, entendo que há quase um consenso de que as pessoas devem se retirar da Comissão, porque investigado não pode investigar.

Como o Deputado Líder do PSDB disse que vai à Corregedoria, ainda assim, essa manifestação pode demorar. Se nós acharmos conveniente e se isso não acontecer até a semana que vem, nós vamos entrar com um mandado de segurança no Supremo pedindo decisão judicial para o afastamento desses Parlamentares tanto do Conselho de Ética quanto da CPI.

A segunda questão, Sr. Presidente, é a presença do Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, nesta CPI na quinta-feira.

Eu continuo insistindo em que há requerimento de convocação a ser votado e também o seguinte: nós apresentamos o pedido de convocação do Sr. Jayme Oliveira, policial da Polícia Federal, o Careca, que acusa o Sr. Eduardo Cunha. Agora surgiram novas denúncias no jornal *O Globo* que estão em andamento, inclusive envolvendo a ex-Deputada Solange Almeida e outras pessoas. Nós preferiríamos ouvir primeiro essas pessoas, até para que o Deputado Eduardo Cunha possa vir a esta CPI já em resposta a esses depoimentos.

Então, o que eu pediria ao Presidente e ao Relator é que nós votássemos os requerimentos que interessam ao esclarecimento primeiro e que a CPI e o colegiado da CPI determinem depois a ordem para a vinda dos Parlamentares a esta Casa, lembrando que a CPI tem poder de convocação. Independentemente da boa vontade de cada Parlamentar, Senador ou Deputado, a CPI tem poder de convocação, e eu acho que é até um momento para os Deputados esclarecerem os fatos publicamente, pode haver interesse direto nisso. Mas, para cada Parlamentar que vier aqui, nós queremos que haja a oitiva de pessoas que possam esclarecer por que ele foi denunciado pelo Procurador-Geral e a denúncia foi aceita pelo STF.

Então, eu pediria que essa audiência de quinta-feira fosse adiada e nós dêssemos prioridade a alguns depoimentos que querem dizer o contraponto do que o Deputado Eduardo Cunha pode apresentar aqui na quinta-feira, assim como o Sr. Júlio Camargo, etc., porque nós não ouvimos ainda nenhum empreiteiro. Então, eu acho prematura e acho que poderíamos postergar um pouco, ouvir o Sr. Júlio Camargo, a ex-Deputada Solange Almeida, o Sr. Jayme Oliveira e, aí, sim, o Presidente poderia globalmente responder às questões que estão colocadas.



Esse é um apelo que eu faço à Comissão para que tracemos esse caminho, agradecendo a boa vontade do Presidente em se dispor a vir rapidamente à Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu acabei de registrar presença. Vou fazer um apelo — muitos Deputados não registraram presença no painel eletrônico — aos membros da Comissão para que registrem presença.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu quero reiterar, em nome do PT, a nossa posição de que, ainda que na condição de investigado, sem, obviamente, uma comprovação, ainda que devamos assegurar a toda pessoa o direito pleno de defesa, é totalmente incompatível a condição de investigado com a presença como membro titular ou suplente da CPI.

V.Exa., do nosso ponto de vista, pode, inclusive, Sr. Presidente, em diálogo com os Parlamentares e, se necessário, a cada momento, se outras situações existirem, fazer contato com as Lideranças e ,já no início dos nossos trabalhos — estamos na terceira sessão desta CPI —, estabelecer uma regra, uma norma que possa orientar os trabalhos ao longo de todo o período. Portanto, é importante que essa decisão seja tomada por V.Exa. neste momento e pela CPI.

Eu sugiro que V.Exa. não aguarde, não é necessário aguardar até amanhã ou depois de amanhã. Hoje mesmo V.Exa. pode fazer contato com as Lideranças e solicitar, nos termos regimentais que foram aqui apresentados de forma bastante detalhada pelos colegas dos demais partidos, a observação da CPI de que é incompatível uma função com a outra. Isso não se refere a outra e qualquer função. V.Exa. é o Presidente da CPI, e é sobre ela que estará oferecendo uma posição, uma posição que nós só podemos tomar para este espaço, portanto.

Aqui não estendo, neste pronunciamento, qualquer outra ilação, que outras funções sejam debatidas pela Casa, pelo Conselho de Ética, mas a CPI é sua responsabilidade e nossa responsabilidade.

Então, quero apoiar os pronunciamentos.

Ainda, Sr. Presidente, quero solicitar que V.Exa. avalie se realmente é produtivo que, no mesmo dia... Eu entendo que o Deputado Eduardo Cunha venha à



Comissão por agendamento próprio, ele está solicitando essa audiência, não está sendo convocado, Deputado Ivan Valente. O Deputado Eduardo Cunha está se colocando à disposição para vir à CPI na quinta-feira.

Nessa condição, como a de qualquer outro Parlamentar, ainda que ele seja o Presidente da Casa, mas outro Parlamentar investigado, V.Exa. colocou a CPI à disposição. Mas não é, do nosso ponto de vista, adequado que seja no mesmo dia do pronunciamento de alguém que foi convocado, que foi chamado. Ainda que nós, do PT, tenhamos colocado José Sérgio Gabrielli na lista, porque acreditamos que ele tem esclarecimentos a prestar, ele não está indiciado, ele não é investigado. José Sérgio Gabrielli foi Presidente da PETROBRAS e nós mesmos tomamos a iniciativa de chamá-lo a depor.

Então, eu queria dizer a V.Exa. que nós ainda apelamos para que V.Exa. ou faça completamente em separado os depoimentos — é claro, não serão dois depoimentos juntos — ou organize um outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A nossa ideia é que o Deputado Eduardo Cunha venha às 9h30min e, por volta das 10h30min, quando terminarem os questionamentos, para ser mais claro, em seguida o Sr. Sérgio Gabrielli faça a sua explanação, as suas colocações. Essa é a nossa ideia.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - E uma pergunta: ainda que na condição de pessoa que se dispôs a vir, o Deputado Eduardo Cunha será questionado pelos membros da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Por todos os membros, como qualquer outro convocado. O Deputado tem a intenção de vir, daremos a palavra...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas isso vai durar 1 hora só, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ... ele colocará aquilo que achar necessário na sua explanação, já que ele está vindo de forma espontânea, e daremos, em seguida, a chance aos Deputados de questioná-lo. E eu acredito que o Presidente não se negará a responder a esses questionamentos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Bem, Sr. Presidente, então, se existirem outros Parlamentares investigados na lista que queiram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Terão o mesmo tratamento.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Terão. Agora, eu queria reforçar a solicitação que os outros colegas fizeram de que fosse feita em alguma sessão, talvez em separado, porque realmente nós vamos paralisar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos aguardar a demanda e os requerimentos de convocação.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Está bem. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existe um ditado na Paraíba que diz: “*Cada dia com sua agonia*”. Não adianta anteciparmos as agonias dos dias que virão. Vamos tentar ir resolvendo os problemas à medida que eles forem chegando até nós.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla e, em seguida, o Deputado Efraim Filho. As inscrições estão encerradas, para que possamos começar o depoimento do Sr. Barusco.

O Deputado Jorge Solla está com a palavra. Faço um apelo para que seja conciso.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Bom dia! Vou ser o mais conciso possível, Sr. Presidente.

Primeiro, quero registrar, reiterando o que a Deputada Maria do Rosário disse, que eu acho quase impossível, por mais que a condução da Presidência seja eficiente, como tem sido, que em 1 hora possamos ouvirmos o que o Presidente quer expor nesta Comissão e ainda termos a oportunidade de levantar questões. É bom lembrar que nós começamos às 9h30min, já são 10h35min e não começamos a ouvir ainda um só depoente.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria registrar também que é bastante diferente a proposta feita na sessão passada da que está sendo colocada agora. Na sessão passada foi apresentada a proposta, por parte do Deputado Ivan Valente, de excluir da CPI qualquer Deputado que tivesse tido doação legal de qualquer uma das empresas envolvidas. A isso nós fomos contrários. Eu fui contra e continuo sendo contra, porque, se a doação é legal, nisso não há, *a priori*, nada que denuncie ou que submeta o Deputado a qualquer dúvida que o impeça de participar desta CPI. É diferente do que está sendo colocado agora, completamente diferente: todo e



qualquer Deputado que esteja sendo investigado não pode participar da instância que vai fazer a investigação. Isso até para proteger o direito de defesa do Parlamentar. Eu acho que nós temos que fazer com que a Comissão que vai investigar o fato não possa ser colocada sob suspeita posteriormente ou mesmo invalidar algo que possa inocentar o Deputado que está sendo acusado.

Terceiro, Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Como é a primeira CPI de que participo, eu não consegui entender muito bem um aspecto que achei bastante estranho. Na sessão anterior foram discutidos vários termos de requerimentos de informações, inclusive requerendo os termos de colaboração que foram firmados com os...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. protocolou esse requerimento quando?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Não, não fui eu que protocolei. Estou pedindo esclarecimento. Pode ser que eu tenha entendido mal. Eu entendi que, na sessão passada, entre os requerimentos, as informações acerca das investigações feitas pela Lava-Jato, inclusive os termos de colaboração... Para ser mais preciso, Sr. Presidente, para ser mais preciso, a impressão que eu tinha, pela discussão da semana passada, era de que os termos de colaboração do Sr. Pedro José Barusco Filho, que vai ser aqui ouvido hoje, estavam sendo solicitados por esta Casa porque eram confidenciais.

Inclusive, as normas estabelecidas da delação premiada estabelecem que o acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia, como forma de garantir o êxito das investigações. Mesmo o acesso ao defensor será precedido de autorização judicial, no limite dos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, ressalvados os referentes às diligências em andamento.

Então, pelo que está estabelecido aqui, os termos de colaboração de quem nós vamos ouvir agora, o Sr. Pedro José Barusco Filho, teriam preservada a sua confidencialidade. No entanto, para a minha surpresa, neste fim de semana eu pude ter acesso e imprimir todos eles num *site* público de um grande jornal.



Portanto, eu quero saber se realmente esses documentos estão ainda confidenciais e sigilosos ou se algum juiz permitiu que eles fossem colocados publicamente à disposição, como foram, porque, se não há autorização judicial, se é ilegal, eu acho que nós temos também de discutir esses processos de vazamentos ilegais, porque isso é um descumprimento da lei. Não é possível que um veículo da grande mídia coloque no seu *site* todos esses documentos!

Eu estou questionando, Sr. Presidente, se realmente esses instrumentos ainda são sigilosos, porque nós vamos ouvir alguém que deu essa declaração. É importante para os membros da CPI saber se ele está em segredo de justiça ou não e se esses documentos são confidenciais ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existe uma grande leva de documentos no âmbito dessa Operação Lava-Jato — delações, depoimentos, inquéritos —, ou seja, existe aí um processo muito dinâmico, em que o sigilo de documentações é quebrado a cada dia.

Não cabe ao Presidente desta CPI controlar o sigilo no âmbito de um processo que está andando na Justiça Federal. Aquilo pelo que nós temos que nos responsabilizar é a manutenção do sigilo daqueles documentos sigilosos que por ventura sejam requisitados pela maioria do colegiado, da documentação que chegar aqui. Quanto a isso, este Presidente estará inteiramente responsável por manter sigilo. Isso nós iremos garantir não só aos membros da Comissão, como também aos investigados do âmbito da Operação.

Então, da documentação que chegar à Secretaria da Comissão e que for sigilosa, nós manteremos o sigilo. A respeito daquilo que já vem sendo publicamente divulgado, eu não posso tecer qualquer comentário. Queria muito pode ajudar V.Exa., mas não me compete essa responsabilidade.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sr. Presidente, desculpe-me, mas estou pedindo orientação — permita-me, Vice-Presidente — para uma preocupação que eu acho que é justa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, a preocupação de V.Exa. é pertinente.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Deixe-me explicar: eu me inscrevi para inquirir o Sr. Pedro José Barusco. Eu quero saber se eu vou cometer uma ilegalidade se eu citar termos desse instrumento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - De maneira alguma! De maneira alguma!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Então, é claro e patente que ele foi vazado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato. É público. V.Exa. tem...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - O documento vazou. Então, a responsabilidade não é desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. não disse aqui que um jornal de grande circulação divulgou o depoimento?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Está lá no *site*!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então não há mais nenhum questionamento sobre o sigilo dessa documentação.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Só quero deixar patente que não há nenhum sigilo da nossa parte. No entanto, esses documentos vazaram ilegalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa., inclusive, pode usá-lo para embasar os questionamentos que vai fazer.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - É isso que eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Efraim Filho, para encerrar.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Peço 1 minuto, não mais que isso, Sr. Presidente, só para estranhar duas coisas aqui.

Primeiro, a preocupação em saber se vai haver um ou dois depoentes na quinta-feira. Quero deixar claro que eu e o Deputado Onyx Lorenzoni, do Democratas, não nos preocupamos com jornada de trabalho. Se for para passar 2, 3, 4 ou 5 horas aqui, passaremos. O importante é buscar a verdade real dos fatos. Se começar às 9 horas da manhã e tiver que acabar às 9 horas da noite...

Eu acho que esta CPI tem de prezar pela busca da verdade, não por jornada de trabalho, se será de 1, 2 ou 3 horas. Então, V.Exa. está certíssimo em buscar esses dois e fazer as pautas seguintes seguirem essa linha.



A presença do Presidente da Casa nesta primeira reunião é, sim, necessária, porque o Presidente da Casa tem um simbolismo que afeta a todos. Então, que ele venha à primeira reunião, o que não impede que retorne, caso fatos novos surjam. Agora, essa presença é simbólica e imperiosa para o primeiro momento.

Por fim, as acareações já estão apresentadas desde o primeiro momento, subscritas por mim e pelo Deputado Onyx Lorenzoni, até porque, da delação premiada nós já temos conhecimento, já vazou na mídia, como foi dito. Portanto, às vezes trazer um depoente aqui só para repetir o que ele disse é desnecessário.

Então, queria que o Relator e a Presidência atentassem para esse fato para, na pauta de requerimentos da semana que vem, as acareações que foram por nós sugeridas envolvendo Paulo Duque, Alberto Youssef, Nestor Cerveró, perdão, Renato Duque, Pedro Barusco, de todos esses nós queremos que as acareações já estejam programadas para acontecer, sob pena de esses requerimentos ficarem esquecidos nas gavetas e nos escaninhos da CPI.

Essa é a nossa participação. Peço que V.Exa. conclua esclarecendo o procedimento que será adotado, que no meu entender não ficou claro, de reunião reservada com impossibilidade de imagens. Gostaria que V.Exa. esclarecesse melhor para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como contrerrâneo de V.Exa., sei que V.Exa. traz nas veias o sangue de um povo trabalhador e que V.Exa. não se furtará a contribuir com os trabalhos desta investigação.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Só para esclarecer, Sr. Presidente: nós falamos sobre a coincidência de datas de dois depoimentos não é porque não queremos trabalho, é porque nós queremos profundidade de análise. O Deputado Chico Alencar questionou se 1 hora vai dar para fazer todos os questionamentos ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos 12 horas...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, só para registrar e para não ficar parecendo, nas entrelinhas, que é indireta em relação ao PT. O PT quer trabalhar e quer investigar com profundidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - .Até porque é o Partido dos Trabalhadores. (*Risos no plenário.*) Eu não tenho dúvida, Deputado Florence, que V.Exa. irá contribuir.

Neste momento, eu gostaria de deixar claro que nós teremos que estabelecer aqui horários. Porém, não é comum, nesta Casa, a obediência aos horários marcados, visto que hoje marcamos para iniciar às 9h30min o depoimento do Sr. Barusco, estamos perto das 11 horas e ainda não se iniciou. Então, isso é meramente figurativo. Então, estamos marcando para as 9h30min o depoimento do Deputado Eduardo Cunha, e o depoimento do Sr. Gabrielli começará logo após o término da participação do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha.

Havendo, assim, o tempo que for necessário, Deputado Chico Alencar, para que V.Exa., o Deputado Ivan Valente e todos os outros que queiram questionar o Presidente possam fazê-lo na manhã da próxima quinta-feira.

Gostaria de agradecer ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Antonio Imbassahy, foi importante aqui a imprensa presente — eu peço a atenção — na condução junto à advogada do depoente no convencimento de que a sessão fosse pública, uma vez que ele tem o direito de exigir, caso queira, sessão reservada.

O Deputado Imbassahy, com a sua conduta democrática, paciente e, acima de tudo, persuasiva, conseguiu convencer o depoente e a sua representante a aceitar a sessão pública, com transmissão ao vivo para que o Brasil, a *TV Câmara*, as demais tevês que estão transmitindo pudessem levar esse depoimento a todos os recantos do País. Então, o meu agradecimento público a V.Exa. por ter conseguido mais esse feito.

Peço à Polícia Legislativa que conduza o depoente ao plenário da CPI.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, questão de ordem, enquanto ele entra.

Quero cumprimentar o Vice-Presidente Imbassahy, mas dizer que na CPI, como de outras vezes, se for necessário, e para o bem da apuração, quando nós tivermos depoimentos em que o depoente só desejar falar em sessão reservada, pelo bem da apuração, que assim seja. Hoje o Deputado Imbassahy conseguiu um feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Agora, para o bem da investigação, enquanto for necessário, talvez tenhamos que fazê-lo para podermos tirar aquilo que interessa a quem está disposto a apurar verdadeiramente. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos sempre decidir a favor da investigação. Se para que a investigação flua, para que as informações saiam, seja futuramente necessária uma sessão reservada, nós a faremos sem o menor problema, porque nós queremos, na verdade, que a investigação flua.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, por questão procedimental: como V.Exa. irá proceder com referência aos autores de requerimentos? Como todos foram votados em conjunto, todos terão oportunidade de falar nessa ordem, nessa preferência? Por exemplo, requerimentos que são subscritos por dois: os dois autores terão condição de fazer uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei, como é praxe na Casa, dar prioridade aos autores, Líderes aqui presentes que porventura tenham o direito de assim pedir a palavra, Relator e Sub-Relatores. Essa será a nossa ordem.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito. Então todos os autores, não só os do primeiro requerimento. Em todos os requerimentos aprovados, os autores falarão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro! Nós votamos os requerimentos em globo justamente para que pudéssemos ter o melhor funcionamento dos trabalhos e, também, para poder dar o direito, que é assegurado, de o autor se pronunciar.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, e em relação ao tempo das inquirições?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Olha, nós queremos aqui estabelecer o tempo de 2 minutos para, uma vez que temos aqui uma quantidade elevada de inscritos, podermos garantir esse tempo de 2 minutos, prorrogável por mais 1, no máximo, para termos a maior participação possível de Parlamentares que queiram fazer seus questionamentos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputada Eliziane.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É acerca dos 2 minutos que V.Exa. coloca para o questionamento. Nós temos também as respostas do convocado. Então, nós precisaríamos ter a compreensão do tempo que cada Parlamentar terá para os questionamentos e para as respostas do convocado. Mais uma pergunta: serão perguntas continuadas, em série, ou poderá haver essa interlocução, pergunta e resposta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. terá o tempo para questionar, e é necessário que V.Exa. já elenque todas as perguntas a serem feitas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Porque se ficarmos aqui em um diálogo — imaginemos que cada Deputado queira estabelecer diálogo com o depoente —, nós só iremos sair daqui amanhã.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não tem problema. Vamos ficar aqui o tempo necessário, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Por vezes, aquele que vai fazer a pergunta prefere fazê-la e que ela seja respondida dentro do tempo dele. É muito melhor do que fazer quatro ou cinco e, às vezes, o próprio depoente acaba se perdendo nos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo que couber ao Deputado ele usa como achar necessário.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, sobre o tempo de perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Valmir Prascidelli e, em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - V.Exa. falou em 2 minutos para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo regimental é de 3 minutos.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - São 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou querendo garantir 2 minutos, prorrogáveis por 1 minuto, para não dar o que é regimental e sair do Regimento. Nós iremos cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É exatamente isso. O Regimento fala em 3 minutos, com 3 minutos de réplica e tréplica para cada pergunta. Isso é para cada pergunta ou para cada orador?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós queremos estabelecer aqui, se pudermos entrar em um acordo, para que haja ampla participação dos Parlamentares, que nós possamos agir dentro desse tempo regimental e se, em um caso esporádico, houver o desejo do Deputado de questionar novamente, nós iremos, claro, cumprir o Regimento. Eu não quero aqui tolher o direito de questionar de nenhum Deputado. Eu não irei fazer isso, não é da nossa praxe. Pelo contrário, nós queremos é a ampla participação. Agora, nós temos também que garantir o bom funcionamento, para que nós não tenhamos uma sessão demasiadamente longa e improdutiva. Nós queremos ter uma sessão produtiva. Se for longa ou curta, não importa. Mas nós queremos...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só para esclarecer a ordem, para nós irmos nos preparando com relação às perguntas. V.Exa. disse que vai iniciar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei 3 minutos para cada inscrito.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ...com o Relator fazendo as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ...durante o tempo que for necessário, posteriormente para os autores da convocação, os Deputados que assinaram os requerimentos de convocação, e, posteriormente, abrirá para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E os Líderes partidários podem, eventualmente, nesse ínterim, pedir a palavra, o que é regimental.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A partir dos Relatores, então, V.Exa. seguirá esse tempo de 3 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está bem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só queria fazer uma ressalva ao seu encaminhamento. O Relator tem o tempo que ele quiser, pelo Regimento? Eu acho que 3 minutos é um tempo muito curto para se perguntar ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É regimental, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu queria só dizer o seguinte: é praxe nas Comissões que os proponentes tenham um tempo maior. Eu vou propor a V.Exa., e é justo, que os proponentes tenham, no mínimo, 5 minutos. Eu acho que é justo. Senão nós não teremos condições de fazer perguntas, mesmo com a réplica depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então vamos acordar aqui 5 minutos sem réplica, para que nós possamos... Eu pergunto se aqui podemos fazer um acordo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então V.Exa. não está diferenciando o proponente dos demais Deputados. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, eu...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É que o autor tem um tempo regimental maior, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O autor do requerimento tem um tempo regimental maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem, de 5 minutos, claro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É isso que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro! Isso é regimental.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E com direito à réplica depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero admitir que entendi que V.Exa. estava fazendo um apelo para que todos falassem 5 minutos.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não. Claro, os autores, sim, 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, eu só queria saber se ainda está aberta a ordem de inscrição para os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A ordem de inscrição está aberta aqui na mesa dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Eu gostaria de me inscrever, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está inscrito.

Eu gostaria de comunicar a V.Exas. que, em respeito ao bom funcionamento dos trabalhos, nós estamos aqui e daremos mais 10 minutos para que os Deputados se inscrevam, em respeito àqueles que estão aqui acompanhando os trabalhos desde o início. Depois desses 10 minutos as inscrições estarão encerradas, podendo assim falar só os senhores Líderes, que têm o direito de pedir a palavra no momento em que acharem necessário.

Então, eu solicito à Secretaria da Mesa que as inscrições sejam colhidas só até os próximos 10 minutos. Depois as inscrições estarão encerradas para a participação.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Primeiro, só para corroborar essa proposta dos 5 minutos para os autores de requerimentos e deixar garantido que, por inscrição, mesmo autores podem voltar a inquirir, porque, ao longo do depoimento, surgem dúvidas e é importante ter esse instrumento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós iremos, claro, respeitar a ordem de inscrição. Se porventura o autor que tem direito a falar estiver inscrito, ele falará duas vezes. Isso é regimental.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública com a presença do Sr. Pedro José Barusco Filho, solicitada pelos Requerimentos nº 7, de 2015 e nº 94, de 2015, dos Deputados Carlos Sampaio, Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; Requerimento



nº 123, de 2015, dos Deputados Eliziane Gama e Moses Rodrigues; Requerimento nº 159, de 2015, dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues; Requerimento nº 179, de 2015, do Deputado Afonso Florence; Requerimento nº 227, de 2015, do Deputado Júlio Delgado; Requerimento nº 240, de 2015, do Deputado Paulo Pereira da Silva; e Requerimento nº 257, de 2015, do Deputado Kaio Maniçoba.

Antes de franquear a palavra ao depoente, esta Presidência gostaria de reiterar alguns procedimentos que auxiliarão no desenvolvimento das atividades da Comissão.

Reitero aos Srs. Deputados que, sempre que desejarem sugerir nomes para oitivas ou inquirições e tomadas de depoimento de autoridades a serem ouvidas em audiência pública, apresentem requerimento por escrito, determinando a condição em que o depoente comparecerá à reunião, lembrando que autoridades e outros palestrantes poderão ser convocados ou convidados e que testemunhas e investigados serão intimados na forma da lei.

No tocante aos requerimentos e diligências, requisições de documentos e requerimentos que solicitem quebra de sigilo, além de outras medidas previstas na Lei Processual Penal, esses deverão ser encaminhados com a respectiva fundamentação, justificando a necessidade da medida.

Os requerimentos deverão ser encaminhados até o dia anterior à data das reuniões à Secretaria da Comissão para serem numerados e publicados na Ordem do Dia.

A apreciação de requerimentos extrapauta só será possível quando antecedida de votação nominal de outro requerimento formulado por um terço dos membros da CPI solicitando tal procedimento.

Observo ainda que somente serão acatados requerimentos extrapauta nos dias em que houver reuniões deliberativas.

No sentido da organização dos trabalhos, convido o Sr. Pedro José Barusco a tomar assento à mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis, a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.



Cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo os convidados de igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Mesmo que regimentalmente seja determinado o prazo de até 3 minutos, o Plenário da CPI poderá decidir por prazo diferente.

Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra o Sr. Pedro Barusco para proferir o juramento.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa., se desejar, tem o direito à palavra previamente, por até 20 minutos, para fazer alguma explanação ou, se desejar, já pode ir para os questionamentos.

V.Sa.. tem a palavra por até 20 minutos.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu só queria dar um bom-dia a todos e dizer que estou aqui para colaborar e tentar esclarecer todos os fatos que forem levantados neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Houve um prévio compromisso desta Presidência, em acordo feito com o depoente, de que perguntas de foro íntimo ele não se sentirá na obrigação de responder.

Eu faço um apelo para que os Deputados presentes respeitem esse compromisso feito pela Presidência, uma vez que nós demos a palavra em relação a isso para que a sessão pudesse ser transmitida ao vivo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, apenas uma informação objetiva para esta CPI, porque vi que há colegas com muitas dúvidas.

Sr. Pedro Barusco, qual é a sua trajetória funcional na PETROBRAS e a sua condição atual na investigação da Lava-Jato? Objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Chico, existe uma ordem que tem que ser respeitada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ler jornal eu leio, Paulinho, tanto quanto você!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero dizer aos Vice-Presidentes aqui presentes que, caso desejem estar à mesa conosco, sintam-se à vontade.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como e quando V.Sa. se tornou Gerente de Tecnologia em Instalações? Quais eram as suas atividades no cargo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu vou falar um pouquinho da trajetória para chegar a este momento. Eu ingressei na PETROBRAS em 1979 por concurso público. Sou engenheiro naval de formação acadêmica. Inicialmente, depois do curso de formação, optei por trabalhar no centro de pesquisas, onde fiquei 15 anos. No centro de pesquisas, depois de ter feito uma carreira, vamos dizer assim, técnica, eu tive oportunidade de fazer mestrado em Engenharia Oceânica na UFRJ. Logo após o encerramento do mestrado, fui convidado para a carreira gerencial e fui Gerente de Tecnologia, Gerente Setorial de Tecnologia, de Exploração e Produção, na época em que houve aquelas descobertas em águas profundas, naquele momento. Então, foi nesse momento, no centro de pesquisa, que eu iniciei a carreira gerencial como Gerente Setorial de Tecnologia. Aí fui seguindo a carreira hierárquica da companhia. Fui depois convidado, em 1995, para ir para o Departamento de Exploração e Produção. Aí fui Gerente de Tecnologia no Departamento de Exploração e Produção. No Departamento de Exploração e Produção, cheguei a Gerente de Produção Interino, subi mais um degrau na carreira. Fui interino Gerente Geral de Produção durante uns 6 meses e, em 2003, fui convidado para ser Gerente Executivo de Engenharia na Diretoria de Serviços.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Desde a sua entrada na PETROBRAS e durante a sua ascensão profissional para o cargo de Gerente, até chegar ao cargo de Gerente Executivo, houve indicações políticas ou o senhor foi convidado diretamente pelos seus superiores imediatos para ocupar esses cargos na PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi sempre indicação técnica, selecionado pelos meus superiores. Eu não tive nenhum contato político, nunca tive indicação política.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. fez uma delação premiada e se propôs a devolver uma quantidade de recursos que recebeu indevidamente. Uma pergunta que paira sobre todos nós: a partir de quando o senhor percebeu a existência de fraudes, de propinas na PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Bom, como faz parte do meu termo de colaboração, eu iniciei a receber propina em 1997, 1998. Foi uma iniciativa pessoal minha, junto com o representante da empresa. Eu descrevo no meu depoimento essa trajetória e vou reiterar o que está dito no meu depoimento. Agora, de forma mais ampla, como V.Exa. mencionou, em contato com outras pessoas da PETROBRAS, de uma forma mais institucionalizada, foi a partir de 2004. De 2003, 2004, não sei precisar exatamente a data. Mas foi a partir dali.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quer dizer que no ano de 1997, quando o senhor afirma que começou a receber esses ilícitos, o senhor era o único que recebia?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Acho que o tratamento deve ser formal, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Pauderney, vamos...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Tem um Deputado tratando uma pessoa, um depoente por "você". O tratamento tem que ser formal.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, sobre essa questão, existe uma investigação em curso. Eu sou investigado. Então, eu até selecionei essa parte do meu depoimento. Essa é uma parte em que eu vou me ater ao depoimento. Eu não vou aprofundar essas questões que estão no meu depoimento por estar ocorrendo uma investigação. Eu reitero o que eu já falei no depoimento da minha colaboração com a Justiça.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, no depoimento ou na versão que circulou e a que nós tivemos acesso, V.Sa. afirma que durante 32 anos de trabalho na PETROBRAS observou que a contratação de sonda sempre envolvia as mesmas companhias internacionais e que toda iniciativa do mercado nacional era repelida, de maneira que existia, aparentemente, uma espécie de — abre aspas — "cartel" — fecha aspas — da aquisição de sondas. Então, se eram as mesmas empresas, se você reconhecia que, entre aspas, havia um "cartel", quer dizer, você que inicia na



PETROBRAS esse processo de recebimento de recursos ilegais? Dá para fazer essa afirmação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Agora nós estamos nos remetendo a outro assunto, que é a questão de sondas. Isso é fato. O serviço de perfuração na PETROBRAS sempre foi realizado por empresas de perfuração, muitas delas estrangeiras e, mais recentemente, algumas brasileiras. E a PETROBRAS sempre contratou essas sondas, ela nunca incentivou a construção dessas sondas no Brasil. Então, o que a gente via eram esses contratos de sonda serem colocados, assim, periodicamente, dois ou três contratos, um ou dois contratos, renovação de contratos. E o serviço de sondagem sempre foi dominado por essas empresas, até o ponto — eu acho que foi mais ou menos em 2007, 2008 — em que, com a crescente demanda, chegou uma demanda na Diretoria Executiva para contratar, se eu não me engano — não estou com a memória —, 18 sondas ao mesmo tempo. Foi aí que isso chamou atenção, porque até então as sondas eram colocadas homeopaticamente, em doses pequenas. Quando chegou uma demanda por 18 sondas — naquele momento, a gente pode se recordar, havia uma determinação de que tudo o que se podia fazer no Brasil tinha que ser feito no Brasil, incentivando a indústria nacional —, surgiu aí um sinal amarelo. Tanto que na Diretoria isso foi brechado e foi levado ao Ministério de Minas e Energia. Acho que ainda era a Presidente Dilma a Ministra de Minas e Energia. E houve uma ação natural ou uma ação contrária tentando fazer essas sondas no Brasil. Isso foi o embrião da Sete Brasil. Foi a partir desse projeto e da determinação do Governo de fazer essas sondas no Brasil que foi desenvolvido o projeto da Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em relação — voltando — a propinas recebidas em 1997 ou 1998 da empresa holandesa SBM, você reafirma que já naquele período estava recebendo recursos ilegais dos contratos dos quais V.Sa. fazia a intermediação.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu vou reiterar o que está escrito no meu depoimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, mas o que ocorre é o seguinte: o que nós temos é uma versão, porque não é um documento que chegou às nossas



mãos aqui oficialmente, é uma versão que está distribuída na mídia. A pergunta é se você reafirma isso como sendo uma verdade.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu reafirmo. Está escrito aqui, eu reafirmo, é a minha versão, é a minha verdade, foi o que aconteceu. Eu reafirmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em relação aos recursos que você recebia, você não tem conhecimento de que outras pessoas também recebiam, você não tem é conhecimento de que outras pessoas recebiam?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Esse é um assunto que eu não vou me estender aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Porque nesse fato é preciso nós nos aprofundarmos, porque, em relação ao período a que você se refere, de 1997 ou 1998, é um fato que foi profundamente divulgado na imprensa brasileira. Se pegarmos as reportagens da época, nós vamos verificar que a revista *Veja*, da qual tantos se referenciam, fala da empresa marítima que, sozinha, sem ter estaleiro, sem ter parque industrial, sem ter parque industrial, sem ter financiamento, sozinha, abocanhou contratos de 2 bilhões de dólares à época. E também vamos verificar — o único que eu consegui encontrar foi no 5 de fevereiro de 1997 — um artigo no jornal *O Globo*, de Elio Gaspari, em que ele diz: “*Doutor Rennó, o senhor ganhou*”, referindo-se ao fato da ação que o Presidente da PETROBRAS entrou contra o Francis, que já denunciava, à época, que diretores da PETROBRAS teriam recursos ilícitos em banco da Suíça.

Quer dizer, aqui há essa constatação que a imprensa profundamente divulgou à época, porque, como você está colaborando, nós precisamos aprofundar esse fato para não passar a versão de que você fez malfeito e foi pego e outros fizeram benfeito, e não foram pegos. Quer dizer, nós precisamos estancar e livrar a PETROBRAS do processo de corrupção em que ela está instalada.

Por isso, eu afirmo que, à época dessas reportagens, como que isso bateu dentro da empresa, uma vez que neste período você já estava recebendo os recursos ilegais?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, à época, eu era Gerente de Divisão, que é o segundo escalão gerencial da companhia. Eu não tinha contato assim direto com os diretores, com os presidentes; eu não tinha, vamos dizer, a



posição que eu tinha mais recentemente na PETROBRAS, de Engenheiro Executivo, em que eu estava toda hora na Diretoria Executiva, participava dos destinos da empresa. Portanto, eu não tenho conhecimento de... Por exemplo, o Dr. Rennó, eu não estive com o Dr. Rennó, eu o conhecia assim, era uma figura distante para mim. Eu não tinha, naquela época, vamos dizer assim, essa influência ou essa atuação que eu tive mais recentemente na PETROBRAS. Eu simplesmente não consigo nem comentar essa notícia, porque não participava desse nível de decisão à época.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, mas essa afirmação é uma afirmação extremamente delicada, porque você diz que era um gerente de divisão, que era uma posição hierárquica que não tinha grande influência, e, mesmo não tendo grande influência já numa gerência de divisão, conseguia arrecadar, como está na sua declaração, 1,4 milhões de dólares depositados na Suíça?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, reitero o que eu já disse.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu acho que a testemunha não pode ser constrangida. Acho que tem que se ater...Para um bom depoimento, eu acho que uma vez que ele não quer responder *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Olha, eu quero dizer ao Deputado Delegado Waldir que este Presidente sabe muito bem conduzir os trabalhos. V.Exa., com a experiência de delegado até pode entender um pouco mais de depoimento do que nós, mas aqui o amplo direito da palavra do Relator será mantido em respeito a sua função para os questionamentos que ele julgar necessário.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o cargo de gerente de tecnologia de instalação lhe dava autonomia plena para fechar os contratos ou havia mais pessoas envolvidas no fechamento de contratos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, inclusive esses contratos não foram fechados por mim, na época eu tinha uma atuação mais fortemente na área técnica.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Se os contratos não eram fechados por você, se você não tinha o poder de decisão, como é que você negociava as propinas em relação a esses contratos nesse período?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Em relação a esse período, eu vou reiterar, eu não vou tecer maiores detalhes porque existe uma investigação em curso, tá, eu me reservo o direito de não comentar esse tipo de detalhe.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos então um passo mais à frente. V.Sa. considera ser possível, do ponto de vista técnico e dos valores, que as comissões de licitação da PETROBRAS identifiquem a existência de conluio entre as empresas no momento da licitação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu acho muito difícil. Eu acho que a questão é mais externa. Eu acho a governança da PETROBRAS, apesar de ter acontecido o que está acontecendo, eu acho a governança da PETROBRAS boa. Eu acho que o problema não está nesse fato, está nas pessoas, está na instituição, mas a governança dos processos licitatórios é muito firme, não vaza orçamento, a seleção das empresas é feita baseada num sistema que chama PROGEFE que seleciona as empresas. O que havia era a formação de carteis externos, havia contatos com alguns diretores, com alguns dirigentes, mas eu não acho que os problemas estão localizados nas comissões de licitação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., na versão que nós tivemos conhecimento da delação que V.Sa. está aqui afirmando, tendo ela como base, afirmando como sendo a versão que realmente expressou o seu posicionamento na delação, V.Sa. afirma que o esquema descrito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal envolvia não apenas os contratos da Diretoria de Abastecimento no comando do Sr. Paulo Roberto Costa.

Em vários dos seus depoimentos, afirma que outros diretores e demais gestores da PETROBRAS estariam envolvidos, inclusive a diretoria à qual pertencia. Poderia descrever aqui a forma de operação de cada um deles desde quando o senhor participou?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Bom, eu fazia parte da Diretoria de Serviços, então a Diretoria de Serviços ela presta serviço para as outras diretorias, tá, e também tem alguns trabalhos que ela desenvolve para ela mesma. Então,



quando a gente fala assim “os contratos eram da área de serviço”, só que o contrato era de serviço para atender uma demanda, por exemplo, da Diretoria de Exploração e Produção, contrato da área de serviços para atender uma demanda da Diretoria de Gás e Energia, ou da Diretoria de Abastecimento, ou da própria Diretoria de Serviços. Então, o que eu vou falar é todo concentrado na Diretoria de Serviços, o tema, o atendimento que pode ser para as outras diretorias, mas os contratos eram, vamos dizer, licitados, aprovados pela Diretoria Executiva, os grandes contratos, mas quem conduzia, o líder da condução era a Diretoria de Serviços, acompanhado, assessorado e tal, e solicitado por uma outra diretoria que era a figura do cliente. Mas então os ilícitos que eu relatei foram todos contratos da Diretoria de Serviços.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como V.Sa. recebia os recursos? Fazia repasses a outras pessoas como?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso também foi tema até de um anexo específico. Eu recebia praticamente tudo no exterior, como declarei, nas contas na Suíça. Alguma coisa foi recebida aqui no Brasil em espécie, só que eu nunca paguei ou transferi recurso para ninguém, para ninguém, por isso que tem essa quantia elevada que eu estou repatriando. Estou, junto com o Ministério Público, trabalhando na repatriação desses recursos. Isso vai ficar provado, porque eu entreguei toda a documentação bancária, que eu nunca transferi recurso para ninguém, o que se fazia era uma prestação de contas. Então, por exemplo, se tinha que haver um depósito, sei lá, para Renato Duque, aquilo era direcionado para uma conta de Renato Duque. Se tinha que ter um depósito para minha conta, era direcionado para uma conta de minha propriedade no exterior, exatamente, porque o seguinte: eu recebia somente para mim e para Renato Duque só, não recebi para mais ninguém.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Para você, para agente político, você nunca repassou recursos e nunca intermediou recursos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. O envolvimento com agente político ou representante de agente político era feito no momento da divisão, vamos dizer assim, da divisão do quantitativo da propina. Após a divisão, como foi colocado aqui em outra... até na CPI anterior, por exemplo, lá no contrato de... se era contrato que pertencia à Diretoria de Abastecimento, tinha lá normalmente 2%, 1% era para a



Diretoria de Abastecimento, aí, então, o Diretor Paulo Roberto era o responsável para conduzir o recebimento e o encaminhamento e o destino daquele 1%. O outro 1% era dividido: metade para o PT e metade para a casa, que a gente chamava, que no caso era eu e Renato Duque. Então, eu cuidava desse meio por cento que pertencia a mim e a Renato Duque e dava o destino, e o outro meio por cento quem conduzia mais recentemente, por exemplo, quando o João Vaccari assumiu como tesoureiro do partido, ele que cuidava desse outro percentual.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A casa era você e o Renato Duque?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, era em quase 100% dos casos. Teve alguns casos em que houve a participação de outras pessoas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E essas outras pessoas você pode nominar?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Posso, porque está no meu... está no meu acordo de delação. Em alguns casos houve a participação do Diretor Jorge Zelada. Em pouquíssimos casos, me lembro só de um ou dois casos, participou também o meu sucessor, Dr. Roberto Gonçalves.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Além dos funcionários da empresa PETROBRAS, dos agentes políticos, do qual V.Sa. se refere a tesoureiro do partido, havia outras pessoas de fora da empresa e de fora do esquema partidário envolvidas na distribuição desses recursos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, posso estar esquecendo alguma coisa, porque foi desde 2003, são 12 anos, então, vamos dizer assim, o mecanismo envolvia o representante da empresa, às vezes o próprio empresário, eu, o Diretor Duque e João Vaccari. São os protagonistas, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No chamado, na versão de delação premiada, V.Sa. faz acusações graves contra o Sr. Renato Duque e o João Vaccari, como tendo recebido recursos. V.Sa., no que se refere às contas no exterior, afirma aqui que entregou a documentação, o número das contas. Em relação a esse processo que envolve o nome do Renato Duque e do João Vaccari, V.Sa. também entregou provas robustas que vão dar consistência à sua delação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso... Eu também gostaria até de aproveitar para esclarecer um detalhe que tem saído muito na mídia de que eu



acusei o PT de receber 200 milhões ou 150 milhões. Na realidade — eu estou aqui com o meu termo de acordo, o meu acordo aqui em mãos —, o que eu disse foi que eu estimava, eu estimava que, por eu ter recebido a quantia que está divulgada, como o PT, na divisão da propina, tinha, ou cabia a ele receber o dobro, ou um pouco mais, eu estimava que ele poderia ter recebido o dobro. Se eu recebi, por que os outros não teriam recebido, entendeu? Eu acho que eu não tenho prioridade. Então, eu acho que isso foi realizado. Só isso que eu disse. Eu não acusei nada, eu falei que cabia a mim uma quantia, e eu recebi; cabia ao PT uma outra quantia, e eu estimo que possa ter sido até 150, 200 milhões. Eu não tenho esse valor. Então, está escrito aqui.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - De dólares?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É de dólares. Eu estimo que, *“afirma que, considerando o valor que o declarante recebeu a título de propina”* — que foi por volta de 150 milhões de dólares neste caso —, estima, *“estima que foi pago o valor aproximado de 150 a 200 milhões de dólares”*. Foi o que eu falei no meu depoimento. E olha: não sei como o João Vaccari recebeu, se recebeu, se não recebeu, se foi doação oficial, se foi pago lá fora, se foi pago aqui dentro em dinheiro, eu não sei. Não, existia, vamos dizer, uma reserva de propina, uma reserva para o PT receber. Se ele recebeu e da forma que recebeu, eu não sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quer dizer, você não pode afirmar aqui que ele recebeu ou não recebeu. Você está afirmando que, na planilha a que você teve acesso, estava estipulado o valor. Agora, se recebeu, se não recebeu, você não tem conhecimento.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não tenho conhecimento. Eu tenho conhecimento do que eu recebi, do que cabia a mim na planilha.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora uma coisa continua me intrigando, porque V.Sa., como Gerente de Divisão, que disse aqui que não era o prioritário da fila, que não tinha o poder de negociar e de decidir, já recebia, não tem conhecimento de outros, então podemos aqui sair com a conclusão de que o recebimento de propina na PETROBRAS nasce com você, você é o pai da propina na PETROBRAS? *(Risos.)*

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É... Eu... Eu não acredito nisso.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas não acredita, responde não acredita rindo, porque... Em base com quê?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, eu já falei. Eu comecei em 1997, 1998, uma atitude isolada. Eu já detalhei até onde eu poderia detalhar, sou objeto de uma investigação. E, a partir de 2003, 2004, houve uma fase onde estava institucionalizado esse recebimento de propina. Eu só sei isso. Eu não sei mais nada. Eu não sei dizer quem ganhou, quem não ganhou, quem participou, quem não participou.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos aqui mudar um pouco de ponto, até porque isso... Há uma certa tensão no Rio de Janeiro: ontem, os trabalhadores tinham ocupado inclusive a Delegacia Regional do Trabalho. Quais as evidências que o senhor tem da atuação do cartel nas obras do Complexo Petroquímico do Rio Janeiro — COMPERJ?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Se o Deputado permitir, eu posso falar da RNEST e do COMPERJ, que é um após o outro?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim, pode.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O cartel, a gente sentia que existia o cartel, sabia que existia o cartel, uma entidade, não tinha nada concreto. A primeira, assim, vamos dizer, ação do cartel efetiva que eu pude perceber foi na RNEST, nos primeiros contratos Abreu e Lima, exatamente, e depois no COMPERJ. Então, vou falar primeiro da RNEST, da Abreu e Lima, e depois vou até o COMPERJ, porque foram ações diferentes que a gente teve em relação ao cartel. O que aconteceu naquele momento? Havia um aquecimento de mercado, havia muita obra, muito investimento, e a Refinaria do Nordeste foi colocada, e se colocaram os pacotes grandes, os grandes pacotes da Refinaria Abreu e Lima no mercado. Nesse momento, a gente pôde perceber que as empresas vieram, assim, com preços altíssimos, tipo o dobro do orçamento, tanto que a primeira licitação foi cancelada sumariamente, por preço excessivo, havendo uma segunda licitação, e vieram as mesmas empresas, já com preços um pouco melhores, mas, mesmo assim, com preço alto. Foi muito difícil negociar, após a segunda licitação, para trazer os preços para dentro da margem. Eu gostaria de ressaltar que os preços foram contratados dentro da margem, mas a gente sentiu a ação do cartel das empresas, dessas 14



empresas do núcleo do cartel, bem integradas. Quer dizer, nas ações para quebrar, para baixar preço e tal, não conseguimos ter sucesso, e tivemos que fechar no limite, mas dentro da regularidade, no limite superior, vamos dizer assim, da contratação. Isso aconteceu na RNEST. Quando chegou no COMPERJ, a mesma coisa. Quando se colocaram os grandes pacotes, as empresas novamente vieram com preços absurdos, tipo o dobro. Foi cancelado sumariamente novamente, foi feita nova licitação, também foi um embate. Acredito que demorou 1 ano cada licitação dessa para tentar chegar e enquadrar os preços. Nesses dois blocos de contratação, a gente sentiu uma ação muito forte do cartel, e eles conseguiram, porque o mercado estava aquecido, porque eles são as grandes empresas do Brasil e tinham condição de fazer esses grandes pacotes. Então, levaram os preços ao limite superior.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No COMPERJ, o senhor teve alguma atuação que culminou na definição da Alusa Engenharia para as obras do COMPERJ? Teve a sua efetiva participação? Pode narrar como se deu esse processo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Tá, esse é um caso, vamos dizer assim, específico. Esse é um caso que aconteceu, vou relatar aqui, mas não é um caso geral. A Alusa estava participando, foi uma licitação do Hidrocraqueamento Catalítico, uma unidade bastante complexa, de uma tecnologia bastante complexa. Então, foi colocada a licitação na rua. As empresas do cartel novamente vieram com preços altíssimos. Só que aconteceu um fato *sui generis* aí, porque a Alusa não estava conseguindo fechar um parceiro tecnológico ou, por algum motivo, estava com dificuldade técnica e não conseguiu fechar a proposta, tanto que ela pediu alguns adiamentos e, no final, pediu mais um adiamento, que a gente acabou não dando. No primeiro *bid*, na primeira rodada de licitações, a Alusa ficou de fora, ela não conseguiu entregar a proposta, não teve tempo hábil de se articular com um parceiro tecnológico, com outros parceiros, ou seja, ela não conseguiu, e veio preço altíssimo. Quando acontece um *rebid*, porque o orçamento, até ser aberto no primeiro *bid*, é inexpugnável... Se vazar, ele tem DNA, a gente sabe de quem vazou, porque só uma pessoa fecha o orçamento na véspera. Então, isso não vazava, nunca vazou. O que aconteceu foi o seguinte, o que acontece ou acontecia era o



seguinte: quando se abriam as propostas do primeiro *bid* e, em seguida, abria-se o orçamento, neste momento, o orçamento já ficava, não vou dizer que era uma informação ostensiva, mas era uma informação que já circulava. Então, quando se vai para o segundo *bid*, as empresas que participam do segundo *bid*, tendo participado do primeiro, já têm uma ideia, porque, se a PETROBRAS cancelou, é porque estava excessivo. Então, já têm uma indicação. No caso, a Alusa chegou para mim e falou: “*Não, desta vez, a gente vem, tem interesse, a gente quer ganhar*”. Aí, eu falei, eu falei assim: “*Então, não me venha com nada mais do que um milhão e meio*”, porque o seguinte: foi a única vez que eu dei uma dica, vamos dizer assim, porque a gente já estava impactado pelo cartel, a gente queria fazer a obra, e o cartel vinha com preço alto, preço alto, preço alto. Então, a gente meio que jogou assim um número e disse “*vem abaixo de um e meio*”, porque a primeira proposta, se não me engano, estava em mais de 2 bilhões de reais. A Alusa veio com 1 e 400 e ganhou. Então, houve esse caso, sim, e está relatado na minha delação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu vou fazer aqui apenas duas perguntas para propiciar o debate. Vou voltar ao tema com o qual iniciei. Se houver necessidade, eu retorno com outras perguntas.

Em 1999, como eu aqui pude relatar — você que está aqui do meu lado está vendo —, em 1997, a imprensa noticiava que havia problemas nas licitações, havia acusações de que diretores tinham conta no exterior. E foi exatamente no período que coincide com o que V.Sa. afirma de recebimento de recursos.

V.Sa., em momento nenhum, temeu chegar à condição que se encontra hoje de buscar parar com isso? Onde V.Sa. encontrou forças para verificar que nunca seria pego e que ia conseguir cada vez juntar mais recursos no exterior? O que deu a V.Sa. essa coragem de prosseguir por esse caminho que culminou nesta situação em que V.Sa. se encontra?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Quero até agradecer por essa pergunta, porque, na realidade, esse é um caminho que não tem volta. Quer dizer, a gente começa a receber recursos no exterior, o recurso é ilegal, vai indo, vai indo, vai crescendo... De um momento para o outro, isso vira uma espada na nossa cabeça, porque não tem saída. Não tem saída para isso. Esse repatriamento que eu



estou fazendo agora, isso está me dando um alívio. As pessoas acham que não é isso, mas é isso porque, hoje em dia, com a transparência que tem, com as colaborações que têm, isso é um caminho sem volta. Então, se no começo eu tive a fraqueza de começar, teve uma fase que, de repente, eu fiquei um pouco feliz, depois essa felicidade foi se transformando em temor, em quase apavoramento de ter um volume desses de recursos ilícitos fora do País. Eu me sinto aliviado de ter devolvido ou de estar participando do repatriamento. Eu estou engajado diretamente. Eu estou trabalhando com o Ministério Público. Uma parte já foi repatriada. Alguns bancos já confirmaram repatriamento total. E eu espero rapidamente, em poucos meses, repatriar tudo. Então, é um caminho que eu não recomendo para ninguém. É muito doloroso. Infelizmente aconteceu, e eu estou tendo oportunidade de tentar reparar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, a lição desse episódio é que o crime não compensa?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, vamos passar adiante para os autores do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, como Sub-Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agora daremos a palavra aos Sub-Relatores. O primeiro Sub-Relator é o Deputado Altineu, depois o Deputado Bruno Covas...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas para me inteirar: pela ordem, não seria o autor, regimentalmente falando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estabeleci com os Sub-Relatores, até para que nós possamos dar aos mesmos o direito de colaborar com o Relator, que daremos a palavra aos Sub-Relatores...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, questão de ordem... Como os Sub-Relatores são de indicação discricionária de V.Exa. e da Presidência, não há sustentação regimental — é a minha pergunta — para que os requerentes possam interpelar o depoente antes dos Sub-Relatores?



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, depois do Relator é o Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Apenas uma ponderação, Sr. Presidente: os autores mostraram um interesse efetivo pelo depoimento, tanto é que foram os autores. Eles e, em seguida, os Sub-Relatores, ou seja, e, em seguida, os demais membros. Agora, primeiro os Sub-Relatores? Veja, muitos deles sequer fizeram este requerimento porque não diz respeito à sub-relatoria deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas, a partir do momento em que esta Presidência criou as sub-relatorias, eu acredito que o Colegiado deve prestigiar essas sub-relatorias com direito a informações.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu concordo, Sr. Presidente. Eu concordo, Sr. Presidente. É que não tem muito sentido na questão dos autores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu Côrtes com a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu quero começar...
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência já foi complacente com o horário, já abriu a palavra, todos falaram...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é isso, Sr. Presidente. Eu acho que V.Exa. tem que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, V.Exa. é contra tudo. Tenha paciência.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não sou contra tudo não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vão falar os Sub-Relatores; em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É o meu direito, Sr. Presidente. É o meu direito. Eu sou requerente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu com a palavra; em seguida, os autores.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Autoritarismo!



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quero começar o meu questionamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cinco minutos para cada Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quero começar o meu questionamento fazendo perguntas bem objetivas.

Em relação ao COMPERJ e à Refinaria Abreu e Lima, o senhor disse que foi a atuação mais forte do cartel. O senhor imagina que, além do prejuízo financeiro do desvio de dinheiro público — este jornal aqui é de ontem, *Jornal Extra*, do Rio de Janeiro: *Complexo deixa 8 mil longe de casa e sem emprego*.

Então, você imagina o prejuízo, quanta gente está passando fome por causa da atitude de vocês. Gostaria de saber se você pode me dar o número aproximado de quantos bilhões de reais foi o superfaturamento dessas duas obras.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olhe, essa é uma questão delicada porque, na minha avaliação, não houve superfaturamento, porque os contratos foram fechados dentro dos limites regulares, dos limites dos procedimentos da companhia. Pode ter havido o preço, assim, um preço elevado...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu, eu...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Dentro de um limite...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu queria perguntar, porque você fez um juramento aqui de falar a verdade. E, no seu termo de colaboração, você disse que as empresas apresentavam preço muito superior e havia essa negociação. Mas está escrito aqui, no seu termo de delação, que as empresas se adequavam a 20% acima do valor orçado pela PETROBRAS, e a PETROBRAS aceitava — 20% acima do orçamento. Está escrito aqui. Queria que o senhor confirmasse. Isso é verdade?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. É verdade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É verdade. Então, são 20% acima do valor que a PETROBRAS estimava? O senhor escreveu isso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Eu sei, é fato, mas posso explicar?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Com certeza.



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A PETROBRAS é o seguinte, ela tem por costume ou tinha, na minha época, por procedimento fechar contratos entre menos 15% e mais 20% em relação ao orçamento médio, ao orçamento determinado pela equipe de orçamentação. Por exemplo, se o orçamento era 100, a gente podia fechar entre 85 e 120. É só isso que existe no regulamento. O que aconteceu na questão do cartel? O cartel trabalhou fortemente e articuladamente para levar esse limite para o limite superior, mas dentro do procedimento. É só isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor não me respondeu, não sei se o senhor tem estimado esse número. O senhor tinha o orçamento inicial — tenho certeza de que o senhor tem, pois o senhor trabalhou na PETROBRAS, é funcionário de tantos anos, com competência — então, o senhor tem a estimativa inicial do COMPERJ e da Abreu e Lima. E, com esses superfaturamentos, porque 20% do valor orçado para PETROBRAS, para mim, é um superfaturamento. Porque a PETROBRAS pode até não conseguir contratar, mas, aí, teria de denunciar que está comprando 20% mais caro do que o valor que ela acha justo. Isso seria quanto em relação a esses dois...? O senhor tem o número mais ou menos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. É o seguinte: eu era da área de serviço então, por exemplo, eu nunca soube ou participei da orçamentação do COMPERJ ou da RNEST como um empreendimento. Isso é área de abastecimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Entendi.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu era responsável pela licitação da Unidade HDT. Então, aí, a gente detalhava aquela unidade antes da licitação, orçamentava item por item, fechava o orçamento. Eu tinha a ideia e só sabia o orçamento depois de aberto, depois de recebidas as propostas, daquela unidade industrial. Então, essa questão de quanto custava o COMPERJ ou Abreu e Lima, eu não tenho condições de responder, porque eu não era encarregado desse, ou não era meu trabalho...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu vou, porque existe uns questionamentos aqui, eu também não quero ser demorado, porque vou fazer oito perguntas ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 1 minuto para concluir.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Por que o senhor escolheu o sobrenome da Presidente Dilma para abrir o *offshore* do senhor? Vanna Hill.

Foi uma coincidência ou foi querendo atingir a Presidente de alguma forma?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, assim, normalmente, quando se vai abrir uma *offshore*, ou quando eu abri a *offshore*, o próprio banco, o agente do banco, vinha com uma relação de empresas já abertas. Ele falou: tem aqui...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, essa empresa Vanna Hill, com sobrenome da Presidente, já estava aberta?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Já, quando foi...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Uma coincidência, então, querendo envolver o nome da Presidente da República. O senhor tem 1 minuto, e vou fazer uma consideração aqui. Os bancos — tenho muitas outras perguntas —, mas os bancos que financiaram a Sete Brasil, Fundo de Pensão PETROS, PREVI, VALIA, FUNCEF, Banco BTG Pactual, BRADESCO e Santander são instituições conhecidas que não deixam vazar 1% em qualquer negociação. Então, se esses bancos, se essas empresas financiaram a Sete Brasil, elas tinham conhecimento que a Sete Brasil pagava propina?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não. Só mais uma pergunta, uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu Côrtes, o tempo de V.Exa...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Vou encerrar. Só uma colocação para você, Pedro Barusco, para dizer o seguinte: eu solicitei a cópia dos áudios e vídeos das reuniões do Conselho da PETROBRAS. Solicitei também a convocação da sua esposa, Luciana, porque, em momento algum, você solicitou claramente os agentes políticos. E, se você tinha uma relação tão próxima com o Renato Duque, não é possível que com tantos anos você não soubesse claramente a quem mais ele dava dinheiro, ou se vocês davam dinheiro. E, para você ter uma ideia, você sofre de câncer, que é uma doença terrível...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, eu tenho que falar! Eu vou falar! Você me desculpa, mas eu vou falar, Deputado. Cada um tem seu direito, cada um tem seu direito! Eu tenho na família quem sofre de câncer, e vou falar!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Olha, Deputado Altineu... Deputado Altineu, com todo o respeito que tenho a V.Exa., mas acordamos aqui com o depoente que questões de foro pessoal não seriam tratadas e que nós não permitiríamos que nenhum Parlamentar abordasse esse assunto. Então, eu não quero aqui cometer a descortesia com V.Exa. de cortar o seu microfone. Então esse assunto a Presidência não permitirá que seja tratado, porque isso foi um acordo feito previamente e publicizado por este Presidente para com a Comissão, e previamente acordado, inclusive com V.Exa., que concordou com os termos que fizemos para que o Sr. Pedro Barusco pudesse contribuir.

Então o tempo de V.Exa. está encerrado.

Com a palavra o Deputado Bruno Covas, 2º Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Pedro Barusco...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Art. 96, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Pauderney.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, estamos vendo aqui o Regimento ser quebrado a toda hora. Não há no Regimento Interno da Câmara dos Deputados esse tratamento coloquial, esse tratamento íntimo de “você”, como o Deputado que me antecedeu estava falando “*Você, Pedro Barusco...*” O próprio Relator assim se referindo ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós iremos cobrar que o Regimento seja cumprido a partir de agora.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Então, vamos cuidar para que esta Comissão possa cumprir o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e não criar essa intimidade, que alguns estão demonstrando, entre o depoente e quem está inquirindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está acatada a questão de ordem de V.Exa. Iremos cobrar que o Regimento seja integralmente cumprido.

Com a palavra o Deputado Bruno Covas.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Pedro Barusco, o esquema de desvio de recursos da PETROBRAS que o senhor ajudou a revelar atuou nas obras do GASENE?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quem idealizou o Projeto GASENE?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, foi a área de gás e energia. Porque o projeto, a concepção, a elaboração, a orçamentação global, isso é da área de negócios. Nós atuamos quando o projeto foi aprovado, dividido em pedaços de execução. Aí, a gente entrava para a execução.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe se houve aprovação, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da PETROBRAS, da criação da obra GASENE, da empresa transportadora GASENE?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu não participei dessa decisão, mas, com certeza, sim, porque isso é objeto de decisão de conselho e diretoria executiva.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe qual foi a participação da Sra. Graça Foster nessa criação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não sei responder, desculpe.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe quem foram os responsáveis pela idealização das sociedades de propósito específico e empresas de fachada, no caso GASENE?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não sei responder.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe dizer como foram operacionalizadas as propinas decorrentes do caso GASENE?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Bom, aí eu vou falar da parte que eu conheço.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Fale.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Já faz bastante tempo. Não lembro exatamente das empresas porque foram vários pacotes. O GASENE... Se não me engano, são mil quilômetros de gasoduto. E foram vários trechos. Foi dividido em vários trechos. E cada trecho teve um consórcio de empresas que foi responsável



pela implementação dessas obras. Eu lembro de algumas empresas que participaram, e que teve pagamento, sim, de comissões.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E quais são essas empresas?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu tenho que puxar pela minha cabeça. Eu lembro da Bueno, lembro da Galvão, e teve outras. Mas, aí, eu teria que puxar dados específicos para... Eu falei, no meu termo de colaboração, na relação de contratos que eu falei, que houve propina, e que tem alguns contratos do GASENE naquela relação.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Gostaria então, que, se possível, depois que V.Sa. tivesse levantado o nome de todas essas empresas, até mandasse oficializar aqui à CPI. Pode ser?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Está bom.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe quem recebeu propina relacionada ao caso GASENE?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Essa é uma pergunta assim: eu sei quem recebeu, mas não sei se foram todos que receberam. Eu sei quem recebeu: que fui eu, o Renato Duque e a parte relativa ao partido.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Qual partido?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O PT.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E quem recebeu esse recurso relacionado ao PT?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A gente sempre combinava esse tipo de assunto com o João Vaccari. Eu vou repetir até o final do meu depoimento: isso cabia ao PT, ao João Vaccari gerenciar.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Vaccari fazia a distribuição disso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É. Ele é que era o responsável. Eu não sei como ele recebia, para quem ele distribuía. A forma, se era oficial ou se era extraoficial, eu não sei. Cabia a ele, daquele percentual, uma parte; normalmente, a metade.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe dizer quando ocorreram os pagamentos de propina no caso GASENE?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso é uma questão muito difícil de responder, porque essas coisas eram feitas em blocos. Normalmente, não era, assim, como um contrato natural, em que há as faturas e paga-se a contrafatura. Juntavam-se algumas quantias, eram feitas remessas. Normalmente, eram de *offshore*, lá fora — pagando para *offshore*. Então, mesmo agora, que eu recebi toda a documentação bancária das minhas contas *offshore*, eu tenho vários (vamos dizer, de 30% a 50%) depósitos que eu mesmo não consigo identificar. De uns 50% a 60% eu consegui identificar as origens. E, mesmo identificando as origens, fica difícil relacionar aquele recebimento com determinado projeto. Eu consigo relacionar com determinado operador, que às vezes também representava duas ou três empresas. Então, é muito difícil fazer o caminho reverso dos recebimentos e chegar a uma empresa ou a quem pagou, relativo a qual projeto. Essa é uma contabilidade muito difícil de fazer.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas havia uma distribuição temporal, mês a mês, a cada dois meses, ou isso variava de acordo com os levantamentos de medições de obra? Como isso era dividido no tempo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Funcionava da seguinte maneira: a gente controlava com a planilha, com anotações. Periodicamente, dois meses ou três meses, ou, às vezes, quatro meses, fazia-se um acerto de contas com os operadores, representantes: “*Já foi faturado tanto? Vocês pagaram tanto?*” Aí, fazia-se um ajuste, havia um pagamento ou então a pessoa dizia: “*Já paguei tanto*”; e se fazia a contabilidade. Agora, é muito difícil. Foram 90 contratos que eu relatei, e esse tipo de detalhe é quase impossível de a gente lembrar.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Só para terminar, Sr. Presidente, a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa. está encerrado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Qual o papel desempenhado pelos Srs. Mário Goes e Shinko Nakandakari em relação a esses pagamentos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eles eram operadores. O Shinko operava a Galvão, a EIT (pouquíssimos contratos), e a Contreras também



(pouquíssimos contratos). O Mário Goes operava uma série de outras empresas que eu relatei no acordo: Mendes Júnior, Carioca...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Operava a propina?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É, operava. Sim, operava a propina daqueles contratos em que havia a combinação.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Pedro Barusco, bom dia.

Eu queria perguntar a V.Sa. a respeito dos afretamentos e a construção de navios de transporte, navios de plataforma e navios-sonda. O que o senhor sabe a respeito do faturamento nessa área?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - De afretamentos... Eu estive envolvido na fase em que eu estava na EBE, até 2003. Participei só de dois ou três contratos. De afretamentos de navio de transporte, eu participei, não como conduzindo a licitação, mas como suporte técnico da contratação de um navio, porque era uma tecnologia, vamos dizer, avançada, com posicionamento dinâmico, e tal. Então, eu participei. Mais ao final, agora, quando eu saí da PETROBRAS, eu era diretor da Sete Brasil, e participei de uma licitação para a PETROBRAS. E a gente fechou 28 contratos com a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - De quanto esses contratos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foram 28 contratos. A Sete Brasil foi criada em... Eu saí da PETROBRAS em abril de 2011. A Sete Brasil foi criada mais ou menos nessa época. Eu saí da PETROBRAS, e fui ser diretor da Sete Brasil. E, aí, participamos. A Sete Brasil ofereceu proposta para essas plataformas, e nós ganhamos os contratos com a PETROBRAS. Então, foi nessa fase aí, de abril de 2011 até, mais ou menos, meados de 2012, um ano, um ano e pouco.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor tem noção de alguns valores?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, a PETROBRAS, em que pese ela ter que cumprir as determinações da ANP de conteúdo local, conteúdo



nacional, nas plataformas de perfuração, sob pena de pagar multa, ela não aliviou na licitação, não; ela utilizou como referência para a licitação os valores internacionais de afretamento. Então, nós tivemos que atender ao conteúdo local. Porque encarecia um pouco construir as unidades aqui no Brasil. E, mesmo assim, nós ofertamos, pela Sete Brasil, preços internacionais. Ou seja, a PETROBRAS julgou a gente sem considerar a multa que ela pagaria se contratasse sondas sem conteúdo local. E nós ganhamos a licitação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A SBM holandesa é dessa área, não é?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. A SBM holandesa operava navios de produção, os chamados FPSOs.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, navios de produção...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O que eu estava falando era de plataformas de perfuração.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas eu estou falando de navios, tanto de produção quanto de afretamento. E a SBM está nessa faixa, desses navios?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A SBM opera nesse mercado de navios de produção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o senhor tinha alguma relação com a SBM, ou na Sete Brasil ou na PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, na Sete Brasil, não. Na SBM, enquanto eu estive na engenharia, de 2003 para frente, nós tivemos um contrato pequeno, de duas monoboias, que... Os senhores se lembram daquela época em que a Governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, falou que não ia permitir a implantação daquele oleoduto que saía da plataforma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Entendi.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Então, nós tivemos que fazer de emergência uma licitação para instalar duas monoboias que substituiriam esses oleodutos. E foi uma licitação muito apertada, muito apertada. E a SBM ganhou essa licitação naquela época, com um preço muito bom. E tivemos um FPSO, que foi a



P-57. Então, durante a fase em que eu estive na engenharia, de 2003 a 2011, nós tivemos esses dois contratos com a SBM.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na sua delação, o senhor citou várias empreiteiras, além daquelas que normalmente têm sido citadas. Uma delas o senhor citou agora, a Bueno. Além dela, o senhor cita também a Schahin e a Carioca. O que têm a Schahin e a Carioca?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Está no termo, né? A Schahin teve uns três ou quatro contratos. Teve um túnel ali na... O órgão de meio ambiente passou a não autorizar a instalação de gasodutos e oleodutos nas encostas da Serra do Mar. Então, teve-se que fazer uma tecnologia diferente de construção do gasoduto lá de Caraguatatuba, onde se tinha um túnel que entrava por baixo da Serra do Mar, e, depois, um *shaft*, um túnel vertical, uma tubulação vertical que levava o gás para cima, lá para a unidade de Caraguatatuba. E a Schahin ganhou essa licitação desse túnel. E, nesse túnel, nesse contrato, houve um pagamento de comissões.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto de comissões?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eh... Eu acho que foi 1%.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabe, aproximadamente, quanto é esse valor?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Está naquela relação de contratos que estão na delação premiada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Arnaldo, para concluir.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Tem dois contratos ali.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu peço que V.Sa., posteriormente, me forneça esses dados, porque, como Sub-Relator dessa parte, eu preciso desses dados para poder tomar as devidas providências. E agradeço a sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Pedro Barusco, já que o senhor disse que sua indicação para a PETROBRAS foi meramente técnica, quem o indicou



para o cargo da Sete Brasil? foi o Renato Duque, foi o João Ferraz? E quem assumiu a presidência da Sete, saindo da gerência de finanças de PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Quando... Eu tinha decidido sair da PETROBRAS, tá, por motivo de saúde, e também porque estava... O meu cargo na PETROBRAS era um cargo de muita pressão, muita demanda. Tanto que, depois que eu saí, entrou o Roberto Gonçalves com um ano; e, recentemente, a Presidente Graça Foster, com o Diretor de Serviço, dividiu o meu antigo cargo em quatro, uma para cada área. Era um cargo muito demandado, e eu, por problema de saúde, resolvi me aposentar. Estava completando 55 anos, e estava com 35 anos de contribuição. Quer dizer, eu resolvi falar: *“É o momento de sair.”* E eu vinha conduzindo dentro da PETROBRAS essa questão das sondas nacionais. Então, eu já vinha trabalhando nesse processo que culminou com a criação da Sete. Então, quando a Sete foi criada... Eu até disse no meu depoimento que eu tinha sido indicado pelo Presidente José Sergio Gabrielli; e ele falou que não tinha sido ele quem me indicou. Então, sinceramente, eu não sei quem me indicou, porque se não foi o Presidente Gabrielli, se não foi o Diretor Renato Duque, quem foi que me indicou? Eu não sei. Eu era a pessoa mais indicada, assim, porque eu já trabalhava no processo. E foi, assim, automaticamente para a Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Caiu do céu!

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não é que caiu do céu, não. Porque depois ficou provado o seguinte: a gente ganhou a licitação. Sinceramente, se não estivesse eu com a experiência técnica — porque eu já vinha conduzindo aquele processo há muito tempo, e o João Ferraz, que já estava trabalhando na estruturação financeira —, se não tivesse essa ação minha e dele, dificilmente acho que a gente teria fechado o contrato.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Barusco, na sua delação premiada, V.Sa. afirma haver fraude em 90 contratos relacionados à PETROBRAS. Isso se deve a sua atuação somente na PETROBRAS ou também como executivo da Sete Brasil a partir de 2011?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, são até anexos diferentes do meu acordo, tá? Esses 90 contratos da PETROBRAS referem-se às atividades enquanto eu era Gerente Executivo na PETROBRAS. O caso Sete Brasil é um



termo independente, onde eu relato o que aconteceu com a Sete Brasil, que foi o pagamento de propina nos contratos de construção das sondas junto aos estaleiros.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Tá. Segundo números divulgados pela imprensa, apresentados também pelo Tribunal de Contas da União, os ativos da PETROBRAS vendidos na África ao Banco BTG Pactual valiam algo em torno de 3,5 bilhões de dólares. Mas o banco negociou os ativos por 1,5 bi; ou seja, um prejuízo de 2 bilhões para os cofres brasileiros. Assim, o senhor avalia que o prejuízo na África foi maior do que o de Pasadena? Foi o pior negócio da PETROBRAS nos últimos anos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Desculpa, Excelência, mas desse assunto eu não participei. Não era da minha alçada. Eu não posso opinar porque eu simplesmente não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor afirmou, no início do seu depoimento aqui, ter estimado, na delação premiada, que o PT recebeu algo em torno de 150 a 200 milhões de dólares, porque é o dobro do que o senhor tinha recebido, e que, a partir de 2004, o recebimento de propinas da PETROBRAS estava institucionalizado.

O senhor pode me informar quem era o Presidente da PETROBRAS em 2004, quando começou a institucionalização da propina na PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Acho que em 2004 era Presidente o José Eduardo Dutra, não é?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Que depois veio a ser o Presidente Nacional do PT. E ele tinha conhecimento dessa propina institucionalizada na PETROBRAS? José Eduardo Dutra tinha participação? Tinha a anuência dele?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tinha essa informação, não tinha esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas começou na gestão de José Eduardo Dutra a institucionalização da propina na PETROBRAS? O senhor afirmou que foi 2004. O senhor afirmou que era em 2004. E ele era o presidente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu falei que, a partir de 2004, aquele ambiente em que eu vivia tinha, assim, um pagamento meio que automático de propina, nesses contratos.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim. Então, se começou em 2004, foi institucionalizado na gestão dele, quando presidente da PETROBRAS. A afirmativa do senhor é 2004.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O que eu digo é o seguinte: eu passei a ocupar aquele cargo de executivo em 2003. A partir de 2004 — eu afirmei e reafirmo. Agora, o que acontecia antes eu não sei. Então, eu não sei se nasceu antes ou depois.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. O que eu quero saber é...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A partir de 2004, existia.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Em 2004, na gestão de José Eduardo Dutra?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas eu não sei se nasceu ali. Eu não sei dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas afirmou que tinha nascido em 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado André Moura, por causa do tempo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos agora aos autores. Deputado Carlos Sampaio, V.Exa. é o...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, só para um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu estou como requerente, para não criar um ambiente ruim, e fico; não tem nenhum problema. Mas o Relator acabou de designar dois Sub-Relatores. Que o peso valha da mesma forma do tratamento dos Sub-Relatores que tiveram a autorização para fazer as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. pode repetir? O Deputado Paulinho falava de um assunto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não, é isso. Eu, como requerente, aguardo. Não tem nenhum problema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas, como o Relator designou, da forma dele, dois Sub-Relatores, que a tratativa dada aos quatro Sub-Relatores designados por V.Exa. seja feita da mesma forma, com a precedência.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O Partido dos Trabalhadores concorda com o pleito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas eu concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos, a partir das próximas oitivas e depoimentos, pretendendo dar tratamento do mesmo...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, vamos dar tratamento uniforme a todos os Sub-Relatores. É um apelo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas eu ainda não criei as sub-relatorias. Essa questão do Relator, eu queria acatar, porém ainda não efetivei. Irei fazer isso numa sessão deliberativa. Hoje eu não posso.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, eu vou dar a palavra ao Deputado Carlos Sampaio. S.Exa. irá falar como autor. Há um apelo aqui, e eu indago...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu não sei se ele falaria como Sub-Relator. Só estou anuindo com a postulação que foi feita pelo Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu até concordo com a ponderação feita inicialmente: que os autores dos requerimentos falem antes do que os Sub-Relatores. Mas abro mão pelo entendimento e andamento, com a presença do Dr. Barusco, que veio contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

O Deputado Paulo Pereira tem um compromisso agora ao meio-dia e fez um apelo. Ele é um dos autores que têm requerimentos aqui pedindo a presença do Sr. Pedro Barusco. E eu indago aos demais autores se, após o Deputado Carlos Sampaio, podemos dar a palavra ao Deputado Paulo e, em seguida, seguir a ordem, para que a gente possa atender o apelo de um colega.

Deputado Carlos Sampaio...



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas peço que sejam acrescidos aos meus 5 minutos os 7 minutos que tenho como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. É um direito. Serão 12 minutos para o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Pedro Barusco, eu, primeiro, faço o registro de que evidentemente V.Sa. envolveu-se com o esquema de corrupção. Mas, no segundo momento, V.Exa. contribui não só com a PETROBRAS mas com o País. Portanto, eu louvo o gesto de V.Sa. de ter tido a coragem de apontar todos aqueles que estavam envolvidos nesse esquema de corrupção.

E confesso a V.Sa., discordando aqui do colega que me antecedeu: não tem o menor sentido a vinda aqui da sua esposa ou de quem quer que seja. V.Sa. está respondendo a todas as perguntas, e de forma satisfatória.

A primeira colocação que faço — e muitas delas serão, Sr. Paulo, no sentido da percepção de V.Sa., já que integrou por tantos anos os quadros da PETROBRAS — é que, por todos os seus depoimentos na delação premiada, percebe-se que a aprovação das obras da PETROBRAS passava sempre por cinco etapas: nós tínhamos um gerente de empreendimentos; um gerente geral; um gerente executivo, que elaborava o DIP; a Diretoria de Serviço; e a Diretoria Executiva. Então, pergunto a V.Sa.: diante dessa constatação e afirmação que fiz, corroborada por V.Sa., seria correto eu afirmar que, nesses 10 anos em que vigorou esse esquema de pagamento de propina, seria impossível acontecer algo sem que houvesse o aval da Diretoria Executiva?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Só uma observação: os contratos, dependendo do valor, eles vão para a Diretoria Executiva e podem ser fechados em nível de diretor e podem ser fechados em nível de...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu me refiro aos que chegavam.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Os que chegavam, com certeza.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Portanto, posso concluir que o Presidente da Diretoria Executiva, nos casos que chegavam até ele, tinha conhecimento desse esquema?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, porque eu falei: esse esquema era, assim, *out*, era fora, esse esquema era fora da companhia. Quer



dizer, era impossível saber se aquele contrato tinha ou não tinha, porque havia vários contratos que não tinham esquema nenhum. Então, eu acredito que seria impossível separar o joio do trigo. Só sabia quem estava envolvido. E eu falei isso na delação premiada. Tem contratos da área E&P de que o Diretor Guilherme Estrella não sabia de nada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, eu entendo. Mas veja, a partir do momento em que V.Sa. e tantos outros foram indicados politicamente — V.Sa. sentava-se junto com o João Vaccari, que era o tesoureiro do PT, para definir percentuais de propina — parece-me que fica claro que tinha um monitoramento externo à PETROBRAS sobre esses valores, porque envolviam partidos da base aliada.

Não é possível que tudo isso se passasse sem que não houvesse qualquer monitoramento de fora, até porque os próprios diretores eram indicados com esse propósito. Está certo o meu raciocínio?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu não fui indicado politicamente. Eu já falei aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, os diretores. V.Sa. foi indicado por competência técnica.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O que eu afirmo, por exemplo: se era um contrato que estivesse na Diretoria Executiva que era da área de abastecimento, eu tenho certeza absoluta de que o Dr. Paulo sabia e o Diretor Duque sabia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Do esquema?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Era essa...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Se era um contrato da Gás e Energia, o Diretor Duque sabia. Se o Diretor da área de Gás e Energia sabia ou não, eu não sei dizer.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Entendi. Entendi perfeitamente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - No E&P, provavelmente não sabia.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Desde a deflagração da Operação Lava-Jato, vários são os depoimentos em que V.Sa. declara que esse esquema criminoso foi orquestrado de fora para dentro.

O doleiro Youssef, por exemplo, numa de suas passagens enquanto colaborador, disse — abre aspas:

“Indagado quanto a quem se referia em relação ao termo “Palácio do Planalto conhecia tudo”, esclarece que tanto a Presidência da República, a Casa Civil, o Ministro de Minas e Energia, tais como Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, Ideli, Gleisi Hoffmann, Dilma Rousseff, Antônio Palocci, José Dirceu e Edison Lobão, entre outros relacionados.”

E continua o Sr. Youssef. Quando indagado “Mas quem do Planalto?”, responde: “Lula e Dilma”.

Por fim, quando foi indagado sobre um outro assunto, Youssef chegou a afirmar textualmente:

“Em primeiro lugar, eu quero deixar claro para V.Exa. e para o Ministério Público que eu não sou o mentor e nem o chefe desse esquema, como vem se mencionando na mídia. Eu sou apenas uma engrenagem desse assunto que ocorria na PETROBRAS. Tinha gente muito mais elevada acima disso, inclusive acima do Paulo Roberto da Costa, no caso dos agentes públicos. Esse assunto ocorria nas obras da PETROBRAS. E eu apenas era um dos operadores”.

Essas colocações me fazem chegar à seguinte conclusão — veja se V.Sa. concorda: que a magnitude desse esquema, montado de forma sistêmica, de forma organizada, como V.Sa. mesmo disse, a partir de 2003 ou 2004, com percentuais previamente definidos para cada partido que participava da arrecadação, evidencia minimamente que esse esquema de corrupção atendia a interesses de Governo, que viam os partidos da base aliada atendidos. Essa afirmação está correta?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha...



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É a percepção de V.Sa. mesmo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É o que eu falei: a divisão da propina, até onde eu sabia, iria para o PP e, mais recentemente, PP e PMDB, no caso do Diretor Paulo Roberto Costa. E no caso do Diretor Renato Duque, atendia o PT. Era isso que eu sabia e que eu vivenciava.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ou seja, eram partidos da base aliada, e, portanto, atendia aos interesses do Governo essa divisão. A percepção de V.Sa.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É, mas também apareceu gente de outros partidos aí nas delações do Youssef.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não tem problema algum. Não tem problema algum.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Do Youssef não, do Youssef não.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Do Paulo Roberto.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Também não. Foi apenas de um policial que foi preso, chamado Careca, o que, aliás, foi negado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas foi aberto um inquérito.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É. Mas foi negado pelo Sr. Youssef. A minha pergunta é outra.

Veja, o senhor participou tantos anos desse esquema. O senhor se sentava à mesa com o Sr. João Vaccari, discutindo valores de propina. O João Vaccari era tesoureiro do PT. Assusta V.Sa. a minha pergunta se o esquema atendia aos interesses de Governo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, com o João Vaccari, realmente, eu sentava com ele e discutia mais recentemente. Mas eu não me envolvia nessa parte do que ele ia fazer com o dinheiro, se era para ele, se era para o partido. O rótulo era "PT".

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito. Satisfeito.

Com relação ao depoimento prestado por V.Sa., em vários, mas em vários momentos, V.Sa. relata a participação do João Vaccari, inclusive com percentuais. Num deles, V.Sa. chega a afirmar que ele estipulou que o percentual para ele era "x"



na época da Sete Brasil. E V.Sa. chegou a discordar; achou que era um valor elevado; e pegou 0,1% desse valor para V.Sa. Está correta essa minha afirmação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É fato.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ou seja, ele quis um valor que, no seu entendimento, era demasiado para o PT. E V.Sa. pegou 0,1% desse valor para si mesmo. Está correta essa afirmação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Está correta.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A conclusão a que eu chego é que o João Vaccari Neto operava para o PT — e aí V.Sa. não saberia dizer se era com contas no exterior, se era pagando ou não. Mas ele operava em nome do PT?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Esses repasses ocorreram entre fevereiro de 2003 ou 2004 até o período em que V.Sa. deixou a empresa?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso eu já não sei dizer, porque, no começo, o tesoureiro do partido era o Delúbio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ah, não! Entendi, entendi!

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu nunca tive contato com o Delúbio. Eu tive contato mais recentemente com o Vaccari.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa., respondendo a uma pergunta do Relator — apenas pra esclarecer aqui —, V.Sa. disse: *“Olha, eu não sei exatamente”*. V.Sa. não sabe exatamente se o Vaccari recebia em espécie, em conta no exterior, ou via doação. Mas V.Sa. não tem dúvida de que ele, enquanto tesoureiro do PT, recebia um percentual, sim, da propina da PETROBRAS. Essa dúvida inexistente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. O que eu tenho certeza é do que a gente acertava nas nossas reuniões.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sentava pra fazer o acordo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E num desses acordos, V.Sa. chegou a discordar e pegou 0,1% pra V.Sa., porque achou que ele estava pegando demais?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso foi no caso da Sete Brasil.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso. Mas aconteceu?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Aconteceu.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em seus depoimentos, V.Sa. fez questão de frisar que, também nas obras da Refinaria Abreu e Lima, houve ação por parte do cartel — numa das falas de V.Sa. Pois bem, tem uma passagem da delação do Paulo Roberto Costa, na qual ele diz que enfrentou dificuldades aqui no Congresso, porque houve um parecer do Tribunal de Contas da União contrário às obras. E na época, ele mandou um *e-mail* para a então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. E, por consequência, ato inevitavelmente consequente, o Presidente Lula vetou todas as restrições que o Congresso impôs às obras de Abreu e Lima, os valores.

V.Sa. saberia apontar, V.Sa. saberia dizer se esse seria um ponto que — V.Sa. tem conhecimento — poderia levar ao conhecimento do Planalto de que questões de interesses partidários eram resolvidas dentro da PETROBRAS? Essa seria a demonstração que pelo menos há certeza de que na PETROBRAS se discutiam assuntos de interesse da base do Governo? Tinha conhecimento o Palácio do Planalto?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu me lembro dessa correspondência a que V.Exa. se refere. E quando eu li, eu li o *e-mail* — saiu na imprensa — eu interpretei de uma forma diferente o *e-mail*. Eu interpretei o Diretor Paulo pedindo uma ajuda, porque o TCU tem uma atuação forte dentro da PETROBRAS, muito detalhada, muito detalhista, ele vai aos detalhes e quantitativos. E o TCU é bastante rigoroso. Só que muitas vezes é um rigor excessivo, porque aí passam-se anos, e a gente fica com um processo lá 8 ou 9 anos até demonstrar que era correto. Na maioria das vezes isso acontece. Então, a ação, eu entendi o seguinte: que a ação do TCU estava muito forte, estava, assim, meio que dificultando as licitações, a obtenção dos contratos. E eu entendi aquilo como o Diretor Paulo pedindo uma ajuda pra tentar agilizar, porque existia uma...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E a ajuda de fato aconteceu com o veto, com o veto.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Exatamente. Eu só interpretei dessa forma.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Seria correto eu afirmar, por tudo que V.Sa. disse até agora que, antes de 2003, essa distribuição de tarefas que foram desvendadas aí pela Operação Lava-Jato, entre agentes públicos, agentes privados e políticos, com divisão de valores e percentuais, nada tem a ver com a relação dita por V.Sa., em 1997, quando fez uma relação pessoal com a SBM? Ou seja, são coisas completamente distintas?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - São, são distintas. Mas é o que eu falei: eu não sei falar...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sem problema. Entendi.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - ...sobre o que acontecia, por exemplo, na esfera da Gerência Executiva de Engenharia naquela época, porque eu não participativa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, era apenas... É porque aqui pra nós ficou muito claro que, se V.Sa. dissesse que, desse esquema de percentual, de partidos, de clube, cartel — porque em algum momento vai ter dizer —, V.Sa. já participava desde 1997, esta CPI retroagiria. Eu mesmo pediria isso. Mas ficou muito claro pra mim, em todos os seus depoimentos, que a sua relação foi pessoal em 1997 e foi institucional a partir de 2003. É isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É como está no depoimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na delação. Então, também seria correto afirmar que, antes de 2003, V.Sa. não participou de qualquer engrenagem semelhante a essa que foi descoberta pela Lava-Jato?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 30 segundos, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - As duas últimas perguntas foram contempladas nas anteriores. Eu agradeço a V.Sa. por ter respondido a todas elas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Até agora nós estamos na fase que os requerentes convocaram.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não sei qual é o tempo que V.Exa. está dando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cinco minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele é Líder do PSDB e tem direito a 7 minutos. Ele acrescentou o tempo de Líder ao seu tempo de autor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele acrescentou o tempo. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Paulinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer aos colegas a cessão como autor. Eu pedi para passar na frente dos demais, então, quero agradecer. Quero também cumprimentar o Sr. Pedro Barusco pela coragem de estar colaborando para esclarecer uma das maiores corrupções, com certeza, por que o Brasil já passou.

Sr. Pedro Barusco, eu vou fazer apenas cinco perguntas ao senhor. Mas eu fiz uma conta aqui enquanto o senhor estava falando, até para as pessoas terem ideia, porque a gente fala de milhões, bilhões e ninguém tem ideia do tamanho disso. Eu fiz uma conta para as pessoas entenderem talvez melhor. O senhor disse que o PT ou o Vaccari recebeu em torno de 200 milhões de dólares. Com o dólar de hoje a 3,13 reais, nós estamos falando de 626 milhões de reais. Se a gente transformasse isso em segundos, para as pessoas entenderem, 1 dia tem 1.444 segundos; 1 mês tem 43.200 segundos; 1 ano tem 518.400 segundos. Se a gente pegasse o dinheiro que o Vaccari recebeu e trocasse em notinha de 1 real e contasse assim em um, dois, três, quatro, cinco, e fosse contando em notinha de 1 real, demoraria 12 anos e 7 meses para contar o dinheiro que ele levou. É só para as pessoas terem uma ideia do tamanho que são 200 milhões de dólares.

Queria fazer, então, algumas perguntas rápidas ao senhor, para colaborar aqui com os colegas. Os 100 milhões que o senhor está devolvendo eram só do senhor?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim. Mas tem um detalhe, sim, que é importante: que eu recebia — durante todo esse período, eu fui recebendo —



algumas coisas relativas a propinas e comissões endereçadas diretamente a mim e algumas que eu recebia em nome do Diretor Renato Duque. Então, eu fui acumulando isso ao longo desse tempo todo, o que culminou com esse valor. Quando eu saí da PETROBRAS, ainda tinha, vamos dizer, compromissos acordados de recebimento. E aí, sim, que esses recebimentos passaram a ser encaminhados ao Diretor Renato Duque. Então, na realidade, esse dinheiro relativo a propina ou comissões caberia a mim. Só que eu recebi durante a fase em que eu estava na ativa e depois houve uma compensação. Mas as propinas que foram recebidas lá eram relativas a mim. Agora, eu queria ressaltar também: teve alguns recebimentos que foram de atividades lícitas também, atividades minhas de participação em negócios que não tinham nada a ver com a PETROBRAS, pouca coisa. Só que fica muito difícil separar uma coisa da outra. E, no meu acordo de delação premiada, o Ministério Público falou: *“Não, você vai devolver tudo”*. E eu devolvi tudo.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Então, a segunda pergunta era esta: o senhor está devolvendo tudo que o senhor tinha?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Tudo, porque tudo o que eu recebi praticamente foi lá fora. Então, não há o que discutir. É melhor passar a régua e devolver tudo.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Só para a gente esclarecer no futuro: o senhor tem outras contas no exterior?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não, não. Eu sempre operei na Suíça. Inclusive é bom esclarecer, porque saiu muito na mídia que, quando houve o início da Lava-Jato, eu tinha ido para a Suíça para tirar o dinheiro da Suíça. Não. Eu fui efetivamente para a Suíça, mas por um outro motivo. Eu estava tentando arrumar as contas, tentando salvar alguma coisa, mas no sentido do que já foi comentado aqui: eu tenho problema de saúde. Já queria tentar arrumar essas contas de alguma forma. Então, eu fui lá para tentar dar uma arrumação, fechar algumas contas. E eu não saí da Suíça. Eu saí de bancos suíços para bancos suíços, tanto que foi tudo bloqueado. Algumas contas não foram bloqueadas — e eu apresentei ao Ministério Público contas que não estavam bloqueadas. Vamos dizer assim, peguei tudo que tinha na Suíça e devolvi. Eu tive uma conta nos Estados Unidos, mas foi uma conta pequena durante um tempo, com 70 mil dólares, porque



foi dinheiro enviado oficialmente via Banco Central e depois voltou, que não tem nada a ver com isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Como está acabando o meu tempo, eu vou fazer duas perguntas, então, ao mesmo tempo. Primeira: a sua família também não tem? Rapidinho.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Segunda: o senhor tem conhecimento se os outros envolvidos, tipo Renato Duque, Vaccari, têm conta no exterior?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, isto eu já coloquei na delação também: que uma dessas contas nós abrimos em conjunto. Nós fomos a Itália, Milão, e lá, em reunião com o presidente do banco e mais com auxílio do Sr. Júlio Camargo...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Conjunta com quem?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Quem? De quem é essa conta?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Conjuntamente é assim: no mesmo momento. Desculpa: não é conta conjunta. Nós abrimos ao mesmo tempo, tá?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Quem abriu? Só para a gente esclarecer, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Quem é que abriu a conta? Porque o senhor está falando de três pessoas aí.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Quem abriu a conta? Eu abri uma conta, o Diretor Renato Duque abriu outra conta e o João Ferraz abriu outra conta.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O João Vaccari não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não, não. Isso está no meu depoimento. É público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Paulinho.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu quero deixar claro aqui que o depoimento do Sr. Pedro



Barusco me remete à CPI dos Correios por uma questão muito objetiva. No momento em que foi montado aquele esquema com as empresas de publicidade e que depois se desdobrou na operação do Delúbio, do Genoíno e da Visanet, e que veio lá do Marcos Valério, naquela mesma época, o José Dirceu, que tudo comandava no Brasil, mandou Renato Duque ser Diretor da PETROBRAS. E José Dirceu também determinou que Paulo Roberto Costa fosse colocado na PETROBRAS.

E os dois diretores lá chegaram com um objetivo muito claro: licença para roubar, Sr. Pedro José Barusco Filho. Eles foram colocados lá com licença para fazer caixa. Tanto é verdade que Paulo Roberto reconhece que, desde o início, ele administrava 1% da operação na diretoria dele; o outro 1% ele tinha de repassar ao PT. E o senhor foi chamado por Renato Duque para a gerência porque era um excelente operador, por tudo que o senhor já reportou de seu passado, a ponto de o Sr. Renato Duque ter perfeita confiança no senhor. Porque o senhor diz na sua delação — no seu acordo, perdão — que o senhor inclusive, durante muito tempo, funcionou como contador do Sr. Renato Duque. Inclusive o senhor relatou — já veio aqui nesta audiência — que acompanhava João Vaccari a encontros em hotéis, onde se discutia como seriam as partilhas. Inclusive em reuniões com o Sr. Vaccari, depois que o Sr. Vaccari, pelo que dá para entender do depoimento, fez — assumiu, perdão — a tesouraria do Partido dos Trabalhadores.

Então, a PETROBRAS nada mais é do que um dos tentáculos em que a sistematização da roubalheira no Brasil se fez. E vou levar Roberto Jefferson — vamos lá —, que levantou as mãos, abriu os dedos e disse: *“Correios, DNIT, PETROBRAS, fundos de pensão”*. E por aí afora vai. O relato de Roberto Jefferson que hoje, passados 10 anos desse relato, está cada vez mais claro: a operação foi feita lá; e o senhor participou dessa mesma operação.

A pergunta que eu quero lhe fazer é a seguinte: primeiro, a quem o senhor, ou quem é, se o senhor sabe, que, antes de o Dr. João Vaccari fazer a operação de coleta e transferência dos recursos para o PT, fez isso em nome do partido, já que o senhor falou rapidamente que, com Delúbio Soares, o senhor não teve contato? Se não era o senhor, é lícito supor que poderia ser Renato Duque, que, aliás, curiosamente é o único preso e libertado — muito curiosamente. Esta é uma dúvida



que está na cabeça de todos nós: por quê? E que afirma que não recebeu nenhum centavo. E o senhor inclusive coloca com dados a época em que foi feita e os valores: que o senhor sabe que, curiosamente, na conta do Banco Cramer; que o senhor foi num jantar em Milão, com o Presidente do Banco Cramer.

A conta do Renato Duque é muito curiosa e talvez reveladora para os psicólogos ou para os psiquiatras forenses. A conta dele se chamava “Drenos”, para drenar a roubalheira que era feita na PETROBRAS.

Muito bem, causa-me muita espécie, o senhor como um gerente, com todo o respeito que o senhor merece nesse momento, ter acumulado 67 milhões de dólares, que é o acordo da sua devolução, é o que está no texto: 67 milhões de dólares!

(Não identificado) - Noventa e sete.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não. Sessenta e sete é o que está escrito — e meio. Eu li.

A pergunta é: esse dinheiro era só para o senhor? O senhor não está protegendo, ocultando ninguém? O dinheiro que foi desviado para Renato Duque é só do Renato Duque? É isso que me parece pouco verossímil, pelo volume de recurso com que o senhor operou. Marcos Valério, no melhor do seu momento, não tinha a décima parte de efetividade que o senhor, somado a Renato Duque, teve. Só pra gente ter um grau de grandeza dessa história.

Então, a primeira pergunta é esta: o senhor, antes, conviveu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ... lá com Duque, Vaccari, e antes de Vaccari, quem era?

Por fim, Sr. Presidente, eu vou pedir vênica por apenas 1 minuto, porque há um fato muito interessante para a investigação, que é o fato da criação da Sete Brasil. Quem é que criou a Sete Brasil? A Sete Brasil é carta marcada! A Sete Brasil é criada por alguém; junta-se à PREVI, à VALIA, à FUNCEF, À PETROS do nada! E essa empresa, do nada, faz um contrato de 22 bilhões de dólares, Sr. Pedro Barusco! O senhor quer que a gente acredite que o senhor foi colocado lá ao acaso! Sabem de quanto era, Srs. Deputados, o custo de operação/dia de cada uma das



21? Em média, 500 mil dólares a operação! A construção era 720 milhões! Que negócio é esse?

O senhor chega lá, colocado do nada; a empresa nasce do nada; e ela, de repente, tem 22 bilhões para roubar. Quem é que inventou a Sete Brasil e quem é que lhe colocou lá? Se o senhor nos der essa informação, o senhor vai ajudar o seu País.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO- Bom, em relação à primeira pergunta, é como eu disse: eu não tinha contato com o Delúbio Soares e não sei quem fazia essa articulação.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tinha alguém.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Tinha, tinha. A relação, a divisão já era... Eu não sei precisar exatamente quando apareceu essa divisão, porque é uma coisa que vai aparecendo e tal e, de repente, já está estabelecida.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Em 2004.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, mas eu não consigo precisar exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu consigo, porque o Paulo Roberto diz isso e é quando o Dirceu coloca os dois na PETROBRAS.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Tá bom. Então, o que eu posso dizer é que, a partir da vinda do João Vaccari, aí eu comecei a ter reuniões com ele e aí eu consegui perceber. Posso dizer que, depois que ele assumiu o cargo de tesoureiro, havia essas reuniões e havia essas combinações. Quanto à Sete Brasil, é o que eu falei. Em 2008 já apareceu a necessidade das sondas nacionais. Então, o que aconteceu? O embrião da Sete Brasil foi um projeto chamado P-53, onde nós aplicamos a mesma estruturação que foi feita para a Sete. Só que a Sete foi em grande escala. Nós já tínhamos, vamos dizer, o projeto piloto da estruturação financeira, que foi aplicado no projeto da P-53, que foi um projeto que deu bom resultado. Então, o João Ferraz e eu vimos que, usando aquela estruturação financeira e aquela estruturação do projeto financeiro e tal, a gente poderia ter bons resultados na obtenção de preços. No que pese ser 500 mil dólares por dia a sonda, esse é o preço do mercado internacional. É até um preço barato, competitivo. É caro mesmo, mas é fato. É um preço alto, mas é um preço barato para esse tipo de



serviço no mercado internacional. Então, foi montado esse esquema financeiro todo com as SPEs e tal, e foi feita uma primeira licitação dentro da própria PETROBRAS, que ganhou para extrair o Atlântico Sul, as primeiras sete plataformas. E aí surgiu a necessidade, tá? Aí tem uma série de fatores, como, por exemplo, a capacidade de investimento da PETROBRAS. Se a PETROBRAS tomasse aquelas plataformas diretamente, aquilo iria agravar o balanço na hora. Então, precisava-se de financiamento extra, vamos dizer, um financiamento adicional. A Sete Brasil não gravava ou não grava balanço do endividamento da PETROBRAS. Era uma forma de obter financiamento e implantar aqueles projetos. Era uma forma de finalmente fazer essas plataformas no Brasil, coisa que não era feita até aquele momento. E quem que trabalhou tanto na P-53, nas primeiras sete plataformas lá dentro? Por isso se chama Sete Brasil, por causa das primeiras sete plataformas que foram contratadas na PETROBRAS. Então, a Sete, é difícil falar isso, porque quando existe o pagamento de propina, isso prevalece e anula todo o resto. Essa é a visão que a gente tem. Mas o projeto da Sete Brasil, a estruturação, foi muito bem feita, muito bem elaborada, tanto que viabilizou a construção das sondas no Brasil. O problema que houve, e a exemplo do que aconteceu na PETROBRAS, é esse pagamento de propina. Isso realmente é lamentável, mas isso não inviabiliza ou não tira o mérito do resto do projeto, que foi um projeto onde se juntou grandes acionistas que tinham capacidade de investimento, que podiam aportar, veio o BNDES dando o apoio. Quer dizer, foi um projeto que envolveu vários agentes da sociedade. Então, agora a questão de eu ser indicado ou não para a Sete Brasil. Na época, eu lembro que se discutia muito. Tinha o cargo.... À PETROBRAS cabia, dentro do Estatuto da Sete, indicar o Diretor de Operações e o Presidente. Então, essa discussão aconteceu dentro da PETROBRAS. O que eu sei é o seguinte: que o João Ferraz pediu até demissão da PETROBRAS para ser Presidente da Sete Brasil. Ele saiu da PETROBRAS. Ele pediu demissão. E eu tinha acabado de me aposentar. Eu tinha participado do projeto desde o começo. Então, quem me indicou foi a PETROBRAS, porque cabia à PETROBRAS designar.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Renato Duque.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, eu não sei como é que foi essa decisão, cabia à PETROBRAS. Quem é a figura da PETROBRAS? O



Presidente e Diretor Executivo. Então, a PETROBRAS me indicou, ponto, porque isso era o que estava no Estatuto. Quem foi a pessoa, quem defendeu a minha colocação, eu acho que foi o Renato Duque e o Presidente Gabrielli. Mas também devo dizer que era uma opção natural, era difícil achar uma outra pessoa que tivesse todo o conhecimento, que tivesse trabalhado nesse projeto desde o início, o projeto andava bem. Foi uma coisa natural.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pedro, dos 67 milhões devolvidos, quanto é da Sete Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já se esgotou o tempo. O tempo de V.Exa. está encerrado, senão terei que ser complacente... V.Exa. falará novamente. V.Exa. está inscrito.

Eu passarei a palavra para a próxima autora, Deputada Eliziane Gama. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, eu estou na ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Olha, nós adotamos o seguinte, Deputado Efraim: existe aqui um critério. O Deputado Carlos Sampaio, e também tinha aqui vários outros autores e nós demos ao primeiro subscritor de cada requerimento, porque nós temos um tempo para cada autor.

Então, o critério adotado aqui, desde o início, por exemplo, o requerimento do Deputado Carlos Sampaio teria Antonio Imbassahy, Bruno Covas, Otavio Leite e Izalci. Nenhum desses coautores falou. E nós estamos dando a palavra ao primeiro subscritor. V.Exa. está inscrito aqui como membro da CPI e falará em seguida.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Foi perguntado sobre a questão de procedimento e V.Exa. afirmou que todos os subscritores falariam. Já que V.Exa. está tomando essa decisão e já teve precedentes, eu não vou contestar. Mas V.Exa. não esclareceu isso de forma prévia.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, só registrar uma pergunta: V.Exa. está seguindo a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A ordem do...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sugeriria a todos nós aqui, compreendendo a condescendência de V.Exa. com o pedido do Deputado Paulinho, que isso não vire regra, porque senão o Deputado pede para falar antes, sai, não



fica até o final, não debate — nada contra o Deputado Paulinho, mas que essa exceção seja a única, seja a exceção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não será a regra, Deputado Florence, tanto é que nós comunicamos previamente e houve a anuência dos autores em aceitar.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu aceitei, eu aceitei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Onyx Lorenzoni, que era em seguida... Não tenha dúvida de que manteremos a ordem restrita da ordem dos requerimentos.

Deputada Eliziane Gama, eu quero pedir vênua a V.Exa., pois o Deputado Mendonça requisitou a palavra como Líder e ele tem precedência.

Passarei a palavra ao Deputado Mendonça e em seguida para V.Exa..

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar o depoente.

Vou ser bem objetivo na minha participação.

Já percebi a palavra do depoente, Sr. Pedro Barusco, a respeito da Sete Brasil, que vive uma crise muito grave, uma crise financeira tremenda. Evidentemente, o propósito inicial, que justificou a criação da Sete Brasil, foi o mais nobre possível, mas foi se desvirtuando e perdendo o caminho original de ser uma empresa que pudesse intermediar e viabilizar grandes contratos e a implementação de serviços ao máximo na área de petróleo aqui no Brasil.

Qual é a sua avaliação, hoje, da Sete Brasil? Ela está quebra, mas não quebra; o Governo, inclusive, recebendo pressão da Presidente Dilma, segundo relatos dos jornais, para que o BNDES empreste dinheiro para salvar a Sete Brasil.

A Sete Brasil foi contaminada por esse ambiente de corrupção? Como delator de todo esse ambiente de corrupção envolvendo a PETROBRAS, o senhor acha que é justificável uma empresa que hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça, 1 minuto. Eu queria pedir silêncio ao Plenário para que o questionamento do Deputado Mendonça e a resposta do Sr. Barusco possam ser entendidos por todos os presentes.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O senhor acha que a Sete Brasil, que está absolutamente contaminada e que foi parte dessa engrenagem, deveria merecer mais aporte de recursos públicos, sendo talvez a engrenagem mais relevante nesse esquema de desvio de recursos da PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu acho que essa pergunta cabe até pra PETROBRAS. Nós estamos falando de pagamento de propina. Isso aqui, em nenhum momento, por exemplo, eu neguei. Eu falei a relação dos contratos e tal. Mas a gente acha que, por causa disso, todo o resto está errado... Não é isso. A Sete, o projeto é muito interessante. O projeto é um projeto inteligente. É uma estruturação que viabilizou. Só que ele tinha um detalhe: era muito dependente, obviamente, do financiamento do BNDES — extremamente dependente. E, com a descoberta ou a informação de que houve pagamento de propina nos contratos junto aos estaleiros, os agentes financeiros se retraíram. E, se não houver aporte dos recursos que estão previstos, que estão no Orçamento, estão no planejamento, a Sete pode realmente quebrar, pode vir a não ter condição de honrar os compromissos. Então, eu acho que tem que separar o que houve de errado. Eu... eu... eu inclusive mostrei o que foi pago de propina. Eu não tenho o valor exato, mas, no máximo, 10 milhões, no máximo. E parou. Então, isso está errado, mas a gente está falando de um contrato: só de construção, 24 bilhões e, de operação, 80 bilhões. São contratos que trouxeram o estaleiro Kawasaki para o Brasil. O estaleiro Jurong é um estaleiro novo no Brasil. Propiciou a reforma do estaleiro Keppel, dando condições de o Estaleiro Atlântico Sul se perpetuar. Quer dizer, é um projeto estruturante com uma geração de emprego enorme que está sendo ameaçado porque houve um pagamento de propina que chega, no máximo, a 10 milhões. Essa é uma questão muito delicada.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Pedro, com relação ao pagamento de propina, o senhor estimou que o Vaccari Neto deve ter recebido entre 150 e 200 milhões de dólares de propina. É crível que um tesoureiro de um partido político, mesmo de um governo com outras forças... Para ter a força para chegar a um Diretor como Renato Duque e pressioná-lo no sentido de que pagasse regularmente propina em relação a contratos com a PETROBRAS, ele tem que ter alguém dando suporte político além dele. Não é só o tesoureiro do PT que chega lá



na diretoria de serviços da PETROBRAS e diz ao Duque que quer propina, quer participar do jogo e pronto.

Quem estava por trás do Vaccari no pagamento desses 150 a 200 milhões de dólares? Alguma dessas conversas... Quem dava o suporte político para que ele pudesse chegar com essa autoridade junto à PETROBRAS para cobrar tanto dinheiro de propina, de acordo com o esquema que foi delatado por V.Sa.?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei responder a essa pergunta. Nunca... nunca teve essa conversa. Nunca... Não se falou de nomes assim.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Nunca comentou nenhum nome?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não... Sim... Falava-se... falava-se de nome assim de política geral, não tinha assim: *"Ah, isso aqui pra Fulano ou pra Sicrano!"* Não tinha isso.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E como é que ele recebia essa propina, o João Vaccari? Era em espécie, em conta na Suíça? Como é que se dava?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É isso que eu disse, eu não sei como é que era. Eu acredito que a maior parte tenha sido contribuição oficial, mas eu não tenho... Essa informação eu não tenho; eu já falei aqui que não tenho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O Renato Duque, o senhor acha que ele vai... O fato de ele ter sido liberado pela Justiça dificultará a confissão dele de participação dos atos criminosos denunciados por V.Sa.?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso pra mim é muito difícil afirmar. Isso é uma questão da Justiça, né, do processo que ele está passando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Mendonça.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Concluí, Presidente.

Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra por até 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.

Sr. Pedro Barusco, eu quero inicialmente cumprimentá-lo e dizer ao senhor que o arrependimento é um gesto muito nobre da pessoa humana para tentar



reparar, no seu caso, um crime grave, não é, especialmente pela situação econômica do nosso País.

Mas eu queria fazer algumas perguntas ao senhor, e, considerando o tempo, eu queria pedir que a gente tivesse respostas também rápidas, para poder ganhar tempo. O senhor tem conhecimento do envolvimento de algum integrante do Tribunal de Contas da União com esse esquema de pagamento de propina na PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Esse questionamento foi feito ao senhor em algum momento junto à Justiça?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E o inverso, em relação a membros, integrantes da própria PETROBRAS que poderiam ter, junto ao TCU...

Eu vou pegar esta outra cadeira para melhorar aqui e para o senhor poder conversar melhor.

E o inverso, Sr. Pedro Barusco, em relação a funcionários ou integrantes da PETROBRAS, o senhor tem conhecimento de que teriam buscado alguém no TCU no sentido de evitar investigações em obras e projetos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. É, teve esse caso do auxílio, que foi mencionado aqui, né, mas não tenho conhecimento sobre isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual era a sua relação com José Dirceu e Sérgio Gabrielli? Como se dava a sua relação com os dois?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, com o Sérgio Gabrielli, ele era Diretor Financeiro, né, no início, depois virou Presidente da companhia, uma relação totalmente profissional, sabe, intensa, né, porque eu trabalhava na... eu estava sempre nas reuniões da Diretoria Executiva, e a gente tinha muitas obras; então, uma relação estritamente profissional. Em relação a José Dirceu... Eu não conhecia José Dirceu, né? Vim conhecer o Zé Dirceu por força do cargo, né? Tive algumas... tive uma... eu lembro uma primeira... Conheci ele no Palácio do Planalto, numa reunião de trabalho; depois eu tive alguns encontros com o Zé Dirceu, né? Conheço o Zé Dirceu, mas nunca discuti com o Zé Dirceu nada sobre propina. Era



só mais, assim, política, coisas do País, mas nunca tive, assim, intimidade nem nunca discuti esse assunto com o Zé Dirceu.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Esses seus encontros com ele eram encontros propositais, marcados ou encontros ocasionais?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu posso contar até, assim, nos dedos de uma mão: teve um casamento, né; teve um jantar, uma vez, na casa de um amigo comum, estávamos lá. O que mais? Deixe eu ver. *(Pausa.)* É isso. Talvez mais um jantar. Ah, teve um jantar, sim, outro jantar, na casa de outro amigo comum. Resume-se a isso, nesse tempo todo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor fala que o senhor não teve nenhuma indicação política para estar na Diretoria operacional da Sete Brasil. Mas o senhor chegou a fazer algum acordo, logo após assumir a Diretoria ou durante esse momento de assumir a Diretoria, com Sérgio Gabrielli? Chegou a sentar e fazer algum acordo que tivesse referência à questão dos recursos da PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não fiz acordo nenhum. Não houve essa discussão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nas informações que constam na delação premiada... O senhor poderia nos afirmar acerca de um contato, de uma relação que existia e dos contatos que eram frequentes feitos de João Carlos Ferraz em linha direta com o ex-Presidente Lula, que telefonava com frequência e que o recebeu, inclusive mais de uma vez, em seu escritório em São Paulo? Sua presença, nessa reunião no Instituto, se dava de que forma e quais assuntos na verdade eram tratados?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É fato que o Presidente João Ferraz, inclusive ele comentou, teve uma ou duas reuniões com o ex-Presidente Lula. Agora, ele não me reportou os assuntos que foram tratados. Eu não participei das reuniões, não participava desse tipo de reunião. Então, eu não sei dizer o que foi tratado. Eu sei que houve, sim, uma ou duas reuniões.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor, na delação, fala da complexidade que era o recolhimento dessas propinas. E, ao mesmo tempo, o senhor coloca que, por exemplo, a partir de 2003, 2004, houve a institucionalização, digamos assim, dessas propinas, muito embora já viessem antes. Foi designado



alguém especificamente para fazer essa organização dessa propina, considerando essa complexidade? Se foi, quem era?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputada, o tempo de V.Exa. acabou.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vou fazer só mais uma pergunta após.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O que eu digo é assim: não é que houve a institucionalização, tá? Quando eu percebi... Eu vi: *"Mas isso aqui é institucionalizado."* Já tinha... Tanto que se fazia o contrato com determinada empresa, sempre tinha um percentual que estava destinado à propina.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Havia conhecimento...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - E não tinha... Não conheço um organizador assim, porque tinha lá na área do Diretor Paulo Roberto, tinha na área do Dr. Renato Duque...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Havia o conhecimento por parte do Conselho Administrativo da PETROBRAS e, ao mesmo tempo, somando a isso, o senhor tem informação se houve, por exemplo, propinas? E como se deu essa cobrança, esse pagamento de propinas, em relação às Refinarias Premium I e II, no Maranhão e no Ceará?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Aí eu não tenho essa informação. Não tenho esse conhecimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E sobre o conhecimento do Conselho de Administração da PETROBRAS? Tinha conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputada.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei responder. Eu não sei. Eu não tenho essa informação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Bruno Araújo requisitou a palavra como Líder?

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Senhores...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. falará como Líder da Minoria, é isso?

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Agradeço a V.Exa.

Acho que a Comissão começa escolhendo e sistematizando a ordem cronológica dos fatos. O Sr. Pedro Barusco inicia do foco desta Comissão demonstrando que a partir de 2003, 2004, com a chegada do PT à Presidência, se inicia um processo de organização, senão institucionalização, mas V.Exa. percebe, em algum momento, que começam a se fixar valores, percentuais nos negócios definidos dentro da PETROBRAS.

Nós ficamos imaginando os brasileiros que nos veem e nos assistem vendo os números apresentados, como funcionam como um verdadeiro tapa na cara do brasileiro que vive...

Peço, por gentileza, Sr. Presidente, que solicite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Queria solicitar respeito ao Deputado Bruno Araújo, que neste momento faz seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Portanto, no momento em que o Brasil assiste, de forma sistemática, ao aumento das tarifas de energia elétrica, de combustíveis, nós nos assustamos com os números que são apresentados. Aqui, o Deputado Paulinho da Força fez uma leitura figurativa. V.Exa. deduz que os recursos controlados pelo senhor... recebidos pelo tesoureiro do PT, supõem-se, o senhor estime algo como o dobro do percebido por V.Exa. Nós estamos falando, em valores do dólar de hoje, como algo próximo a 600 milhões de reais. A última campanha da Presidente Dilma custou 350 milhões, conforme dados apresentados à Justiça Eleitoral. A primeira eleição do Presidente Lula custou 160 milhões, conforme dados informados à Justiça Eleitoral.

Estou citando esses números, Sras. e Srs. Deputados, para mostrar, porque, mais do que um projeto criminoso de ocupação de poder, nós vemos, aliado a isso, um processo de enriquecimento ilícito que é uma verdadeira agressão a qualquer sociedade organizada.



Portanto, quero, pela Minoria, fazer o registro dessa indignação dos milhões de brasileiros que seguramente nos acompanham. E também, observando, Sr. Pedro Barusco, a posição da Sete, consta na delação premiada de V.Exa. a cobrança de 1% de propina nos contratos entre os estaleiros e a empresa Sete Brasil. Procede isso?

Eu coloco isso para nós vermos que chegou ao ponto de a operação capitaneada por essa organização, com a participação do Sr. Vaccari na distribuição da propina, ela passou a atuar não mais só tirando da PETROBRAS, uma empresa da qual o brasileiro, o Governo brasileiro, é o seu sócio majoritário. A Comissão se estendeu para a relação entre empresas privadas, entre a Sete Brasil e estaleiros, contratantes dessa empresa. Procede, Sr. Barusco?

Portanto, além de subtrair recursos da PETROBRAS, e aí eu vou na linha do Deputado Onyx Lorenzoni, se uma empresa é constituída e o agente que é tesoureiro de um partido participa de uma reunião que define os percentuais, tem autonomia e autoridade de participar, como levar o resultado da Sete Brasil, que é contratada por empresas particulares, já não pela PETROBRAS?

Aos Srs. Relatores, eu peço atenção de aprofundar as investigações em relação à real composição da Sete Brasil: quem são os verdadeiros sócios, se há sócios ocultos e como a Sete Brasil também foi utilizada de forma absolutamente criminosa para, em última análise, subtrair recursos da PETROBRAS e, em última análise, fazer com que o consumidor brasileiro pague um preço maior na bomba de combustível, como está havendo neste momento.

Uma pergunta por outras ilações. O senhor, em algum momento, ouviu falar o nome da Sra. Erenice Guerra durante todo esse procedimento?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Bruno. O tempo de V.Exa...

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, eu acho que, com essas reflexões, eu me dou por satisfeito por hoje e cumprimento a todos. É um bom início de trabalho por parte da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Temos aqui dois pedidos de palavra como Líder. Deputado Celso Pansera, pela Liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, Dr. Barusco, o senhor assumiu uma gerência no CENPES em 1997?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, no CENPES foi em 1988.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E ficou no CENPES até quando?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu fiquei no CENPES de 1979 até o final de 1994, início de 1995.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Em 1998, o senhor estava onde, a sua gerência?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Em 1998, eu estava no E&P.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Que significa?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Diretoria de Exploração e Produção.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E a sua ascensão para a gerência depois sênior, que o senhor falou, em 2003, 2004, se deu por que critério?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A minha ascensão?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Dentro do E&P foi critério técnico. Eu fui gerente setorial, depois gerente de divisão, cheguei a gerente-geral. Fiquei 6 meses interino.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Por favor, por ano. Eu gostaria que o senhor fosse adendendo por ano.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Por ano?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu só quero explicar, porque está repercutindo na Internet, a gente dá uma olhada aqui e há muitas lacunas na sua fala naquilo que está repercutindo, para a gente tentar sistematizar também o nosso trabalho aqui dentro.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Está bom. Eu fiquei de 1979 a 1995 no CENPES. No CENPES, eu comecei como engenheiro, comecei na área técnica, fui seguindo a carreira, vamos dizer, técnica, fiz o mestrado. Quando eu terminei o mestrado, em 1988, eu fui convidado para ser gerente. Então, nesse



período no CENPES, de 1988 até 1995, eu fui gerente no CENPES, gerente setorial, primeiro nível. Mudei para gerente setorial em 1995, no Departamento de Exploração e Produção. Lá eu fui para gerente de divisão e gerente de produção, gerente-geral. Voltei a gerente de divisão. Aí, fui convidado para ser gerente-executivo na Diretoria de Serviços em 2003. Portanto, fiquei de 1995 a 2003 no Departamento de Exploração e Produção. De 2003 a 2011, fui gerente-executivo. Em 2011, me aposentei, em abril.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Está o.k. Vamos lá. O senhor falou que, a partir de um determinado momento, o senhor percebeu que havia um pagamento de comissionamento e propina de forma endêmica e sistêmica.

O senhor poderia só, em pequenas palavras, tornar mais claras essas suas duas falas? O que significa endêmico e sistêmico?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É o seguinte: sistêmico porque já estava assim... Eu me refiro mais a minha última fase, 2008, 2009, entendeu?, quando era um sistema em que os contratos já tinham praticamente de algumas empresas, obviamente, já vinham, já estava embutido o pagamento de comissões e propinas, tá? Isso estava institucionalizado. É isso o que eu estou dizendo. Era um *modus operandi*. Era o dia a dia dessas empresas essas licitações. Entendeu?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Tá. O senhor também fala na sua delação que, a partir de 1997, 1998 — você vai precisar a data —, passou a receber por conta própria um comissionamento, propina, né? Mas o senhor também fala que, como era um contrato de longo prazo, isso tinha um sequenciamento, um continuado. Isso também não poderia ser determinado como sistêmico, já que havia uma regularidade nesse processo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, nesse caso era ligado ao contrato, ao tipo de contrato, né? Era um contrato pago mês a mês, em parcelas.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Então, agora outra coisa, por fim. Quero dizer o seguinte: eu entendo a fala do Deputado do PR que fez uma intervenção exaltada, mas é porque a base política dele é Itaboraí, São Gonçalo, e lá a paralisação do COMPERJ virou de fato um problema social gravíssimo. Eu moro na Baixada Fluminense e se dá reflexo em toda a Baixada Fluminense. E por isso eu acho que a gente compreende a emotividade da fala. Agora, o fato é que isso mexe



com a vida real mesmo, e nós temos milhares de famílias desempregadas. Toda uma perspectiva de uma região do Rio de Janeiro está, vamos dizer assim, perdida agora daquele projeto de futuro que se construiu a partir da decisão da construção do COMPERJ em Itaboraí, que foi, na minha avaliação à época, uma grande decisão. Ao invés de fazer no norte fluminense, fizeram ali para fixar as pessoas naquela região, do outro lado da ponte.

Agora, por que eu estou falando isso? Porque o senhor explicou aqui a formação do processo de preço e definição de valores. A imprensa fala, e a gente tem essa percepção, que o processo de definição de preço e de valores de fato não pode ter sido o mais lícito e o mais correto com o mercado de fato, e que o fato de haver sobrepreço vai além dos valores acertados para o que era para pagar de comissionamento.

Então, eu queria que o senhor explicasse melhor como é a formação do preço da PETROBRAS, como ele se dá, como se dá o preço final do contrato, e por que não haveria sobrepreço nessa formação. E de onde sairia, então, o valor de comissionamento de 2% ,3%, 4% que o senhor fala que os agentes recebiam nesses contratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Celso. O tempo de V.Exa. está encerrado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Bom, iniciada a licitação, é acionada a área de orçamentação. Isso eu só vou falar dos contratos da área de serviços, os contratos da engenharia. É designado um grupo que trabalha como se fosse uma empresa licitante. Ele é o enésimo mais um licitante. Ele recebe as circulares, ele recebe as orientações, as restrições, tudo. E ele monta como se fosse uma proposta. O orçamento daquela licitação é como se fosse uma proposta com todas as condicionantes, com todas as premissas, com todas as circulares que correm durante o processo licitatório. Então, a proposta da PETROBRAS, que é o orçamento, ela é fechada na véspera, e lacrada, e vai para o chefe da Comissão de Licitação. O chefe da Comissão de Licitação, no dia marcado, recebe as propostas e abre todas, mais o orçamento. É registrado em ata e tal. Aí é que é aberto o orçamento daquela obra, daquele contrato. E o critério é o seguinte: as empresas que, de cara, tiverem entre menos 15 e mais 20 são classificadas, não são



vencedoras, e as que estiverem fora desse intervalo são desclassificadas. Aí se passa-se à segunda fase, de pegar a empresa mais bem qualificada ou com menor preço, melhor preço, e aí se pede para abrir o demonstrativo de informação de preço; a Comissão senta e discute com o proponente por que está mais caro, por que está mais barato. Porque às vezes tem discussão também de preço inexequível — às vezes tem de preço excessivo e às vezes tem discussão de preço inexequível também. Então, essa discussão acontece. É isso o que a gente chama de negociação, mas é uma negociação dentro do processo licitatório. E aí se chega a uma margem. Entre menos 15 e mais 20, se aquela empresa vencedora atendeu todos os requisitos, a Comissão tem a prerrogativa de encaminhar, recomendando que se contrate aquela empresa. Normalmente, o que é que acontece? Faz-se um ajuste, porque, quando se senta para analisar uma proposta: *“Pô, você não pode diminuir um pouco aqui? Não pode dar uma condição melhor e tal?”* Ajusta-se aquela proposta, que é encaminha à Diretoria-Executiva para ser aprovada. Então, o que pode acontecer... Eu, no tempo em que eu fiquei lá na PETROBRAS, via gente fechar contratos com menos 10, menos 12 e até menos 15. Já vi gente ter que sentar com o proponente para ele comprovar que deu um preço mais baixo e que ele tem condição de cumprir o contrato. E já sentei também... Não eu! Normalmente, a Comissão. E depois era trazido a mim. Mas a Comissão discutia o que era mais comum: obviamente, preços mais altos. Então, eu já vi contratações de tudo quanto é tipo. Então, as que têm preço muito baixo normalmente o pessoal diz que são inexequíveis e as que têm preço muito alto têm superfaturamento, e quando bate no orçamento, é porque vazou. Então, é difícil! A realidade é que a gente fecha contratos — ou fechava — entre menos 15 e mais 20. Esse é o critério. Pode-se questionar o critério — devia ser mais apertado ou que não se concorda —, mas esse era o critério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Passarei a palavra para o Deputado Ivan Valente, que é o próximo autor, intercalando com os Líderes. Falarão dois Líderes, e existem aqui inscritos os Líderes Rubens Bueno, o Deputado Chico Alencar e o Deputado Aluisio Mendes, para os quais, em seguida, darei a palavra.



Deputado Afonso Florence, V.Exa. está inscrito e será o próximo, como autor, e V.Exa. manifestou aqui o desejo de agregar o tempo de Líder à sua participação como autor.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Ivan. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Pedro Barusco, eu queria, inicialmente, fazer 3 perguntas bem diretas ao senhor. A primeira é a seguinte: hoje, tem uma declaração do Sr. Paulo Roberto Costa colocando claramente que não há separação entre doações e propinas, que é muito difícil fazê-lo. V.Sa., que operou tanto nesse ramo, pode me dizer se concorda com o Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Desculpa, Excelência, eu não entendi. Ele falou que não existe diferença entre doação e propina?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E propina! Porque, na verdade, vai tudo para o caixa da empresa, entende?, e depois é tudo propina. É disso que ele está falando.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não entendi direito, exatamente, o que ele está falando. É... Por que...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele está falando que não é possível distinguir entre doações para as empresas...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Hã...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E propina.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O nosso sistema de patrocínio de campanha previa doações. Por isso não se pode dizer que é ilegal a doação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas você acha que empresas fazem doações, mas, na verdade, estão passando propina?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu acho que tem todos os casos. Eu acho que tem casos em que sim...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito!

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - E casos em que aquela doação pode estar sendo...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito!

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Provisionada na propina e sendo cumprida da forma de doação oficial. Eu acho que existem todas as formas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado pela resposta.

Segunda questão: O senhor operou bastante no exterior. Inclusive o senhor tinha um contato aqui. O senhor operou pelo HSBC, pelo Banco Cramer e depois pelo Banco Safra. O senhor conhece a Sra. Denise Kos? Esses bancos tinham o conhecimento de que o dinheiro que estava lá era propina?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso é difícil dizer! Ó, eu conheço a Dra. Denise. Ela é agente bancária. Na abertura da conta em qualquer banco suíço, tem que fazer aquele perfil. E, naquele perfil, a gente coloca. Tanto que, na minha documentação bancária, está lá que eu sou empregado da PETROBRAS e tal. Então...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não foi com o salário da PETROBRAS que V.Sa. depositou 96 bilhões...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está certo?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Está certo! Então...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então ela sabia?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o banco também?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não! Não é só o caso...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Sr. Edmond Michaan,...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não estou dizendo que a...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente do Safra?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Só a Denise. Eu acho que os bancos todos sabiam.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sabem. Perfeito!

Terceira questão. Vou agora perguntar o seguinte: é sim ou não. O senhor tinha relação de intimidade, ou seja, frequentava a casa, era amigo do Sr. Renato Duque?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu era amigo dele. Já fui à casa dele. Não era de estar toda hora. Mas já fui a casa dele. Por exemplo, na casa antiga dele, onde ele morava, na Tijuca, nunca fui; na casa nova, que é na Barra da Tijuca, que é perto da minha casa, já fui umas duas ou três vezes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o senhor não se considera amigo íntimo dele? O senhor dividia a propina toda e não se considera um amigo íntimo dele?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Íntimo não. Era amigo. Amigo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Sr. João Vaccari Neto pode ser considerado seu amigo também? O senhor jantou com ele? Foi à casa dele? Conhece algum histórico dele, já que o senhor botou numa tabela que eles recebiam metade, e metade disso significa muitos milhões de dólares?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Com o Sr. João Vaccari, a gente tinha esse tipo de relação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor conhecia ele?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, eu conheci ele por causa dessa relação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor almoçava com ele? O senhor passou dinheiro para ele?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Eu nunca passei dinheiro para o Dr. João Vaccari. Almoçar, não lembro, mas a gente teve alguns jantares juntos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Sr. Julio Faerman, que foi seu primeiro contato na SBM Offshore holandesa, é seu amigo? O senhor repartiu tudo com ele.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha... Ele era. Ele era meu amigo. É que ele já não mora no Brasil há mais de 5 anos. E eu não o vejo há mais de 6 anos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quanto o senhor recebeu... Tem várias versões aqui. Quanto o senhor acha que acumulou de propina? Qual é o valor?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso, para mim, foi fácil, porque é o que eu falei, tudo que eu recebi foi encaminhado para os bancos.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quanto é esse valor?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foram 97 milhões. Esse é um dado meio difícil. Pode ser 1997, mais ou menos, sei lá, 5%, porque depende da data, do tipo de investimento. Agora que está fazendo a repatriação é que a gente sabe exatamente o valor correto, que são títulos que estão...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor tem certeza de que não há mais nenhum recurso fora esses?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Absoluta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O.k. Perguntas. V.Exa. falou da Sete Brasil, uma empresa providencial, e, na minha opinião, funcional, mas ela trouxe vários estaleiros para cá, está certo?, Keppel, Jurong, Kawasaki...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou concluir, Presidente.

Ao mesmo tempo, V.Exa. não falou que esses estaleiros estavam ligados, conectados às empreiteiras do cartel, para a produção das operadoras, para retirar petróleo, sondas.

Então, eu quero dizer o seguinte: a Sete Brasil era intermediária de um grande negócio, no qual entrava capital internacional, capital nacional, financiamento do BNDES e dos fundos de pensão. V.Exa. não acha que isso era uma farra do boi em termos de dinheiro público?

Eu vou perguntar outras coisas, porque o Presidente colocou que acabou o tempo, e aí eu recebo depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não estou colocando, não. Realmente, acabou o tempo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, para finalizar, eu só quero ler as perguntas para o Sr. Pedro Barusco.

Contrato do Projeto Malhas, construção de gasodutos, conhecidos como Malha Sudeste e Malha Nordeste, que foi assinado, entre 2001 e 2002, com a Camargo Corrêa e empresas japonesas, mesmo sem licença ambiental e sem financiamento, que só saíam por volta de 2004 e 2005. O senhor acha que houve pressão e pressa para assinar isso? Tinha alguma propina nessa relação?



Segunda questão. Vendas de ativos da PETROBRAS, na África, em 2013. São ativos avaliados em 6 bilhões de dólares, que são os campos de produção de petróleo. Metade desses ativos foi vendido por 1,5 bilhão ao Banco BTG Pactual, um preço bem abaixo do mercado. Queria que o senhor pudesse comentar também essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, o tempo de V.Exa. se encerrou. Eu solicito ao depoente que encaminhe as respostas por escrito. A meu ver, ainda há um leque de perguntas a serem feitas. V.Exa. poderia encaminhar por escrito aqui e ele depois informar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Regimentalmente, eu tenho direito à réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem, mas V.Exa. não está esperando.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Estou esperando ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já concluiu todas as perguntas?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não concluí porque V.Exa. está me apertando. Eu não concluí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então conclua todas as perguntas de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não, Presidente. Inclusive agradeço vossa boa vontade.

Mais uma pergunta, Sr. Pedro Barusco. O que o senhor sabe sobre a decisão da PETROBRAS de contratar a MPX Thermal, do Ceará, empresa até então de Eike Batista, em abril de 2002, quando o racionamento de energia já havia encerrado em março de 2002, sem um estudo detalhado de viabilidade técnico-econômica e tendo como argumento de urgência a crise energética? Tal contrato, com um preço muito acima do valor de mercado, causou prejuízos à PETROBRAS em torno de 300 milhões de dólares, o que obrigou a própria empresa a fazer arbitragem, reduzindo isso para 150 milhões de dólares.

O senhor poderia comentar também essa questão?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Excelência, em relação à África e a essa questão da MPX, não eram assuntos com que eu tinha envolvimento. Então, não posso falar, porque não era da minha área de atuação. Quanto ao Projeto Malhas, ele foi assinado um pouco antes de eu chegar à Engenharia Executiva. O que eu posso dizer é que nesses dois projetos houve, sim, pagamento de propina, que eu tenha conhecimento, em cima dos aditivos, não em cima dos contratos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então houve pagamento em 2002, pagamento de propina?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Esses pagamentos de propina foram a partir de 2003, 2004, relativos a esse Projeto Malhas, mas em cima dos quantitativos e dos valores pagos a título de aditivos. Eu não sei dizer... Não estou dizendo que houve ou que não houve pagamento de propina em relação ao contrato original. Isso eu não sei dizer. Eu sei dizer que houve pagamento de propina em cima dos aditivos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu agradeço.

Eu tinha mais uma pergunta, Excelência, sobre a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, eu já fui complacente com V.Exa. O tempo de V.Exa. já está encerrado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É sobre os estaleiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Houve um pedido do Deputado Chico Alencar, como Líder. Nós temos aqui o art. 90... Perdão, o art. 66, § 1º, pelo qual, na prática, os Líderes podem fazer uso da palavra para Comunicação de Lideranças uma única vez a cada sessão. V.Exa. já usou o tempo de Liderança de V.Exa., não sendo possível conceder a palavra a V.Exa. pela Liderança novamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi o único caso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Os Líderes de cada partido aqui falaram uma única vez. Então, em respeito à quantidade de Deputados ainda inscritos, eu não posso até... Não teria problema se não tivéssemos uma quantidade vasta de inscrições que nós vamos ter que cumprir. Então, se V.Exa. estiver inscrito, darei a palavra a V.Exa. com o maior prazer, porém, pela Liderança, esta Presidência não pode mais, mantendo respeito às inscrições.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E ainda quero, Presidente, aproveitar e agregar uma questão de ordem. Aí fala de Comunicação de Liderança. Mas, quanto a Líder poder assumir a palavra com prioridade para fazer perguntas ao depoente, eu queria que V.Exa. revisse esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já fiz o acordo. A partir da próxima oitiva, como nós permitimos aqui Líderes fazerem perguntas, nós temos que terminar a sessão da forma como iniciamos. Porém, a partir da próxima oitiva, no tempo de Liderança, perguntas não poderão ser feitas. Apenas no tempo das inquisições.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Muito grato.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Cassados estamos do direito de perguntar. Não podemos ter nem o direito de perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Rubens Bueno, V.Exa. tem a palavra pela Liderança do PPS.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. convidados, aproveitando a benevolência dessa Mesa, eu vou então fazer algumas perguntas enquanto Líder da bancada do PPS.

Aqui já se ouviu que por um passe de mágica — e ninguém sabia — os Estados Unidos se tornaram autossuficientes na produção de petróleo, sem que ninguém pudesse imaginar que isso aconteceria. Já vimos isso aqui. E os americanos se tornaram autossuficientes na produção de petróleo em 2009, com a tecnologia da extração do petróleo e do gás, através do xisto. Então, apenas esse registro.

Com relação à economia — Lehman Brothers, crise imobiliária americana —, fico impressionado que em 2009, naquela mesma época, o então Presidente Lula, de forma irresponsável, como ele costuma ser — irresponsável! —, disse que a crise econômica era apenas uma marolinha. E deu no que deu: até hoje o Brasil não encontrou saída para aquela marolinha irresponsável do Sr. Lula, e outra irresponsável, a Presidente Dilma...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Vamos manter o nível, Rubens. Nós temos o maior Presidente da história do Brasil, e você está...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, a história...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Olha, Deputado Florence, V.Exa. tem que respeitar o Deputado Rubens Bueno.

Está mantida a palavra a V.Exa., Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, um irresponsável como o Lula e uma incompetente e despreparada como Dilma levaram o País à situação em que se encontra, ao lado disso, com a corrupção em todos os níveis de Governo, seja no BNDES, seja nos fundos de pensão, seja na PETROBRAS. Quem é que nomeou os diretores da PETROBRAS? Quem é que avalizou a sua permanência durante 12 anos? Foram o Presidente Lula e a Presidente Dilma. Eles são os grandes responsáveis pelo que aconteceu na PETROBRAS.

Pergunto ao Sr. Barusco: o senhor foi aqui convidado e veio responder, em sessão aberta. As empreiteiras e os seus advogados dizem que pagavam propinas porque eram extorquidos. Pergunto se o senhor sabe mostrar algum caso em que a empreiteira era extorquida.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu fico procurando na minha mente, na minha memória, e não encontro caso nenhum de extorsão. Era uma relação normal, uma relação em que se acordavam as coisas. Nunca vi extorsão. Às vezes, havia um conflito aqui e ali para se discutir alguma coisa, mas extorsão eu nunca vi.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor disse também, já de 2013, que o Sr. João Vaccari teria recebido 4 milhões e 500 mil dólares em propina até 2013. E aí era apenas do estaleiro Keppel Fels. E os outros estaleiros?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Deixe-me esclarecer. Na divisão da Sete — está no termo de colaboração —, como tinha o João Vaccari e tinham outras pessoas, houve uma divisão assim, vamos dizer, prática. O estaleiro Jurong paga a mim, a Duque e a mais algumas pessoas, e os outros estaleiros pagam ao João Vaccari, porque, senão, fica uma movimentação financeira cruzada muito complexa.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Como é que o senhor conheceu o Sr. João Vaccari Neto?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu conheci o João Vaccari numa dessas reuniões que ele tinha com o Diretor Duque, eu fui também à reunião, e o conheci.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quer dizer, o Tesoureiro Nacional do PT em reunião com os diretores da PETROBRAS, para buscar o dinheiro... dividir o butim, o assalto à PETROBRAS.

Aí, Sr. Presidente, eu gostaria também, se o senhor pudesse me informar, Sr. Barusco, de saber qual era o papel do Duque junto ao PT? Qual era o papel dele, assim, que o senhor possa...?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu conheço esse relacionamento de que eu falei aqui, esse relacionamento com o tesoureiro do partido.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E quem apadrinhava Renato Duque?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, isso aí, a mídia toda falava que era o Zé Dirceu, né? Eu acredito que quem tenha indicado o Duque tenha sido o próprio partido, o partido do Governo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E, aí, essa informação do Zé Dirceu também corria como conversa dentro da empresa?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Corria como conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Rubens Bueno, para concluir.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quero apenas perguntar, Sr. Presidente: quando o PT entrou nesse esquema? Qual é a época que o senhor poderia indicar?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É o que eu falei: eu me lembro de 2003, 2004, quando começou essa divisão. Uma parte ia para o partido, uma parte ia para o partido. Depois, uma parte ia para o partido e para o Vaccari. Quer dizer, aí começou o partido a ser nominado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É o presente que o Lula deu ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Passarei a palavra para o Deputado Afonso Florence. Ao seu tempo de autor será somado o tempo da Liderança do PT, para que V.Exa. possa fazer uso da palavra. Em seguida, falará o Deputado Aluisio Mendes, pela Liderança do PRB; em seguida, o Deputado Júlio



Delgado e o Deputado Kaio Maniçoba, encerrando, assim, as inscrições de autores e Líderes, para darmos seguimento à lista dos membros para o debate.

Deputado Afonso Florence, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quantos minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quinze minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu vou, primeiro, fazer a intervenção de Líder e, no tempo de requerente, farei perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já somei os dois tempos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu só estou dizendo como vou proceder, até para o Sr. Pedro Barusco... Eu vou fazer uma intervenção de Líder, e peço que desconte meu tempo, porque está correndo, e, depois, eu vou fazer perguntas a que ele poderá responder gradativamente ao término. Peço para descontar o tempo, porque eu vou começar a intervenção agora, por gentileza.

Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, Presidente, Sr. Pedro Barusco, Relator, Sr. Vice-Presidente, povo que nos ouve e nos assiste, nós, do Partido dos Trabalhadores, temos — e vamos encaminhar, como fizemos na CPI — interesse no procedimento para apurar todo o ilícito que tenha ocorrido na PETROBRAS, ou em qualquer instituição, em qualquer época.

Não foi o Procurador-Geral da República do Governo Lula ou do Governo Dilma que ficou conhecido como “engavetador-geral da República”. Foi no período que coincidiu com o período em que o senhor se refere a ter iniciado atos ilícitos, quando saiu na televisão um acordo e pagamento para Parlamentares votarem pela reeleição, aprovarem a reeleição aqui.

Nesse período, é notório no Brasil que o Sr. Paulo Francis perdeu uma ação movida pela PETROBRAS, em decorrência do fato de ele ter denunciado um esquema de corrupção na PETROBRAS, justamente no período em que o senhor se refere ao início da prática de atos ilícitos.

Então, o Brasil acompanha essa trajetória de prática de atos ilícitos na PETROBRAS e a possibilidade da existência de cartel e de quadrilha já muito antes do período que o senhor aqui disse ter iniciado.



Claro que nós, o Brasil, saudamos a sua disposição de falar. Entretanto, o senhor tem que entender que, quando nós nos reportamos ao documento que foi veiculado nas mídias como o seu depoimento, estamos nos reportando a um documento que não foi liberado de forma oficial. Por isso, nós sempre fazemos perguntas. O senhor diz: “*Consta do depoimento*”. Não é um depoimento, é um documento de domínio público em mídias, em órgãos de comunicação. Entretanto, ele carece da veracidade aqui dada pelo senhor. Por isso nós fazemos essas perguntas diretas, está certo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu quero garantir minha fala.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Nós queremos, primeiro, em sintonia com o povo brasileiro... O povo brasileiro não aguenta mais corrupção na PETROBRAS e em outros órgãos, no Governo do Estado de São Paulo, no Governo de Minas, na época do PSDB, em vários Municípios. O povo brasileiro não aguenta mais corrupção! Nós queremos passar a PETROBRAS a limpo e todas as outras instituições, em qualquer ente federado, no Legislativo, no Judiciário, porque, no caso da PETROBRAS, a PETROBRAS tem que voltar a cumprir o papel dela, retomar os seus investimentos.

O senhor próprio aqui — todos os depoentes, Paulo Roberto quando esteve aqui e outros depoentes, fizemos uma acareação de Paulo Roberto com Cerveró — e todos dizem que a estrutura de gestão corporativa era muito forte, eficiente, efetiva e que os investimentos e os contratos estavam nas margens de mercado.

Nós, e o povo pobre brasileiro, a trabalhadora, o trabalhador, o pai de família, que precisa de saúde, estamos querendo que esses investimentos sejam retomados, porque queremos que o recurso do pré-sal e do regime de partilha, como está previsto na lei, vá para a educação e vá para a saúde! E tem disputa política aqui, claro! Tem disputa política eleitoral e tem disputa política de interesses econômicos. Todo mundo sabe que a cadeia de petróleo e gás move o mundo! Que as grandes petrolíferas patrocinaram e patrocinam dentro de países guerras e que a



PETROBRAS sofre ataque especulativo. E aqui no Parlamento há quem defenda a privatização, o fim do regime de partilha.

Então, esse cenário precisa estar nítido para o povo brasileiro, porque todos nós aqui queremos investigar, mas nós temos posições políticas distintas. Então, quando nós do PT — eu vou inquirir V.Sa. — fazemos perguntas sobre 1997, 1998, ou sobre 2004, 2010, é porque nós queremos apurar a orientação do Partido dos Trabalhadores e do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. E quem cometeu ilícito procure seu advogado e se defenda. Nós não patrocinamos a corrupção.

Quando aqui há excesso de Parlamentares generalizando, às vezes com excessos sem sustentação de prova, é o calor do debate. Mas o senhor próprio aqui tem se referido... O senhor disse que não encontrou, não tem como afirmar, suas palavras aqui: *“Não sei se Vaccari recebeu, se foi doação legal, se foi no exterior, se foi em dinheiro”*. Em seguida, há uma intervenção dizendo que Vaccari montou uma quadrilha. O senhor próprio disse que não foi indicação política.

Então, o Brasil tem que entender que há um debate político, há interesses econômicos e tem apuração. Nós do PT, no debate político, defendemos o Governo do Presidente Lula, o maior Presidente da história do Brasil, e defendemos o Governo da Presidenta Dilma.

A economia brasileira passa por um ajuste, mas nós fechamos 2014 com o menor desemprego da série histórica do Brasil, e os investimentos da PETROBRAS foram fundamentais, a desoneração tributária foi fundamental. Nós estamos implantando regime de bem-estar social neste País. Recuperar a PETROBRAS para os seus acionistas e para o povo brasileiro é fundamental. Por isso, nós temos que investigar.

Eventualmente, uma pergunta pode não ser agradável, mas o senhor há de compreender que alguns próceres de mercado e da Oposição transformaram réus confessos em heróis, mas a delação tem que ser submetida a prova. Quem afirma que Vaccari ou que o PSDB... Qual foi a diferença? Um Deputado me antecedeu aqui falando pela Oposição, bem antes, e eu o interpelei, porque, em relação à CPMI, nós aprovamos um relatório com base na documentação disponível. Por isso o Relator Marco Maia não incluiu uma proposta de indiciamento do Senador Aécio



Neves. Ele não foi ouvido, não teve prova. Já o Deputado Carlos Sampaio propôs o indiciamento do Sérgio Guerra, Presidente do PSDB. Está errado. Nós não votamos isso. Mas o relatório que foi aprovado na CPMI, em que requeremos o resgate dessa documentação, foi sustentado em provas, em documentos. Isso é o que nós queremos fazer aqui.

Por isso, as nossas perguntas, a nossa inquirição, são para tentar apurar a verdade, independentemente de quem é o ator econômico, independentemente de quem é o agente público e do partido ao qual ele é filiado.

São esses os compromissos com um Brasil mais generoso para o seu povo, cada vez mais transparente e menos suscetível à corrupção. Mesmo que reconheçamos — acho que V.Sa. compartilha dessa constatação — que a PETROBRAS dispunha de um modelo de gestão corporativa submetida à auditoria externa, esses atos ocorreram. Nós queremos extirpar isso da realidade da PETROBRAS e da realidade do Brasil em geral, em qualquer ente federado.

Nesse sentido, quero dizer que uma série de afirmações suas ainda requer detalhamento e comprovação, porque — permita-me dizer, com todo o respeito — não é porque o senhor diz que, no Judiciário e nesta CPI, a quem cabe investigar, será dado como verdade.

Há algumas nuances. Aqui o senhor disse sobre 1997 e 1998: *“Não quero voltar para esse período. Vou me reservar a não falar”*. Alguma coisa nesse gênero. Entretanto, o senhor próprio riu e, quando o eminente Deputado Luiz Sérgio, Relator, perguntou se o senhor tinha inventado a corrupção na PETROBRAS, o senhor disse que não foi o senhor.

Foi divulgado largamente na imprensa um artigo do empresário Semler, dizendo que desde os anos 80 ele sabia disso. Suspeito que o senhor tenha conhecimento desse artigo. É notório que houve outros inquéritos administrativos sobre corrupção em órgãos brasileiros. E reitero esse caso da ação da PETROBRAS contra o jornalista Paulo Francis.

Portanto, sobre 1997 e 1998, nós temos que perguntar a V.Sa. qual é a relação entre os recursos auferidos por atos ilícitos em 1997 e 1998 com os de 2004 e seguinte. O senhor está se dispondo, no acordo, a fazer uma devolução. Como é a precificação desses ativos lá de 1997 e 1998? Que valores, que contratos, que



empresas, em 1997 e 1998, geraram esses recursos? Que bancos foram escolhidos? Quais os critérios para a escolha dos bancos? O senhor disse aqui que, provavelmente, todos os bancos tenham conhecimento, mesmo que não haja uma pactuação. Há uma lista de bancos. Em quais bancos, mais precisamente, houve conversas referentes à origem ilegal desses recursos? Se houve, com quais houve?

Na lista de bancos em que o senhor teve recursos, há o Banco Delta, em Genebra. Como o senhor chegou especificamente a esse banco e a outros bancos? O senhor tem indicações? Se alguém indicou, quem indicou os bancos? O senhor diz aqui que foi escolhido para essa função em 2004, pela sua *performance* profissional. Eu tenho que lhe perguntar: o senhor está convicto disso ou pode ter havido uma escolha porque quem lhe convidou sabia que o senhor já praticava esses atos ilícitos? Quando o senhor foi convidado, alguém o orientou a continuar ou a aperfeiçoar essa prática de atos ilícitos? Alguém o orientou? Quem o orientou? Que conversas o senhor teve que, digamos, compartilharam com o senhor o esforço para construir — apesar de o senhor ter dito que isso não aconteceu? Mas nós temos que lhe perguntar aqui, está certo? O senhor reiterou aqui indiretamente. É preciso que isso fique explícito, especificamente sobre o Sr. Vaccari.

O senhor disse — eu li aqui — que não sabia. Mas a cada alusão que o senhor faz, mesmo como uma estimativa de recursos, ela permite que próceres da Oposição generalizem acusações sobre um partido político. E nós zelamos... Eu disse na CPMI que não ia fazer isso com o PSDB. E por isso nós queríamos convidar quem pudesse, pelo PSDB, prestar contas.

Então, está sendo dito aqui, na sua frente, que o senhor participou de uma quadrilha montada pelo Partido dos Trabalhadores. A minha pergunta é: qual foi o achaque, o constrangimento, a chantagem, que provas o senhor tem, se isso ocorreu, de que Vaccari Neto o orientou e o obrigou a praticar atos ilícitos, a partir de 2004? Se isso ocorreu, como, quando e quê provas? Se o senhor estima e tem suspeita, entenda, o senhor está lançando suspeita sobre o maior partido de esquerda do mundo hoje, um partido que tem centenas, dezenas de milhares de filiados, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras. Quando o Presidente Hugo Motta, a título de pilhéria... E eu disse: “Nós *ficaremos aqui*”. Na CPI como nesta, eu chego meia hora antes, estou na sala com o Relator, com o Presidente,



trabalhando; saio meia hora depois, atendo toda a imprensa, está certo? Nós somos um partido de homens e mulheres dignas: agricultores familiares, operários, profissionais liberais. Nós temos orgulho do nosso partido. Então, não pode ficar dúvida sobre isso.

Do Partido dos Trabalhadores, que provas o senhor tem? Se não tem provas, tem que ter algum indício. Se é suposição, legítimo, ajude-nos a procurar provas. Se alguém praticou ilícito, não praticou em nome da Presidenta Dilma, da Presidenta Graça, do Presidente Gabrielli, do Presidente Lula, nem do Partido dos Trabalhadores.

Aí, outra pergunta: como discernir, nessas conversas, qual é a dimensão da propina, qual é a dimensão da captação de financiamento empresarial? Nós, do Partido dos Trabalhadores, somos contra o poder da grana no financiamento da política. Queremos acabar com o financiamento empresarial.

Aqui, a reforma política se iniciou por uma PEC que aponta a constitucionalização do financiamento empresarial. Então, nós precisamos do senhor, mas com nitidez nisso. Onde está a propina? Onde está a negociação, de qualquer partido? Inclusive, tem PSDB... Estou com uma lista aqui das doações. Da Andrade Gutierrez, 55 milhões, o maior captador é o PMDB; o segundo maior é o PSDB. E assim sucessivamente. Da Queiroz Galvão, o maior é o PSB; depois, é o PSDB; depois, é o PT; e depois é o PMDB. E vai aqui uma lista de inúmeros partidos. Nós não podemos criminalizar a política brasileira. Por isso nós temos que apurar com acuidade. Essas são as minhas perguntas.

Queria registrar que o Youssef, depois, disse que o tal do *e-mail* tinha sido uma ilação dele. E, na acareação que nós fizemos, Paulo Roberto e Cerveró, o Paulo Roberto disse que esse *e-mail* não existia. E o senhor aqui afirmou ter conhecimento desse *e-mail*. Gostaria também de incluir essa pergunta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu já falei aqui que são dois momentos diferentes, pela menos da minha vida profissional. Nas atividades de 1997, 1998, houve uma atitude isolada, uma coisa minha. Já de 2004 para frente, foi uma coisa mais institucionalizada. Não há relação de um momento e de outro. E as pessoas...



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Desculpe-me, senhor. A minha pergunta é sobre o patrimônio, o patrimônio que o senhor vai ressarcir com essa conta de ativos.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, essa é a primeira pergunta. Logo em seguida vem a questão do patrimônio, os valores. Então, desses valores que eu recebi — e isso eu esclareci já para o Ministério Público... Porque é desde 97. São 18 anos. Eu recebia, e esse dinheiro era aplicado. Então, eu separei também em depósitos, que seriam a propina em si e o rendimento financeiro. Porque, como eu declarei, eu nunca fiz retirada. Eu retirei, ao longo desses 18 anos, um pouco menos de 1 milhão de dólares, para viagem, tratamento de saúde, e 400 mil eu trouxe de volta. Isso foi tudo nos 18 anos. Então, tudo está lá. Então, eu dividi em depósitos e parte financeira. Então, na realidade, de depósitos, foi na faixa de 70 milhões. Vinte e sete são rendimentos financeiros. Então, na realidade, eu recebi de propina 70 milhões. A questão dos bancos também.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Dólar, sempre dólar. A questão dos bancos: os bancos suíços ofereciam esse serviço aqui, através dos seus agentes. Então, eu tive um histórico bancário, que também está relatado no meu depoimento. Eu comecei com o Banco HS Republic, depois fui para o HSBC, saí do HSBC. É uma história longa, é difícil detalhar assim, inclusive pela memória. Mas, assim, o relacionamento maior foi com o Banco Safra, onde eu tive o maior volume de recebimento. E depois com o Banco Cramer, o Royal Bank of Canada. Está tudo no histórico, encadeado. No Banco Delta — e foi outra pergunta —, realmente, eu tenho uma conta lá. Era uma conta que, à época do meu depoimento,... Eu não lembrava o nome da *offshore*. Agora eu já tenho, já recebi os extratos bancários, forneci para o Ministério Público. E tinha lá uns 4 milhões e meio no Banco Delta. Foi uma agente bancária que visitava o Brasil regularmente, indicada pelo Zwi Skornicki, que indicou o Banco Delta. Conheci a Ângela, e me indicou, e eu abri a conta lá. *(Pausa.)* Aos outros bancos eu cheguei através de indicação de amigos. No Safra, era a Dra. Denise. Depois, nos outros bancos...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Alguma ingerência política nessas indicações?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não, não. Deixe-me ver o que mais. *(Pausa.)* Olha, essa questão de assumir a gerência por competência técnica... O que eu posso dizer é que não foi política. Eu não tinha padrinho político, nunca tive envolvimento político. Então, eu só posso crer que tenha sido por competência técnica, entendeu? Eu não tinha envolvimento político, não tive padrinho político em momento nenhum.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Tinham conhecimento dos seus atos ilícitos? Era porque o senhor era capaz de praticar esses atos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, foi o que eu falei. Os atos de 97 e 98 eram meus, ninguém sabia de nada, era uma coisa particular. Eu não compartilhava com ninguém. *(Pausa.)* E, a partir de 2004, eu falei aqui como acontecia. A questão com o Sr. Vaccari... Na realidade, eu fiz o depoimento e contei a verdade, para a Polícia Federal e para o Ministério Público. Eles perguntaram: “*Você tem documentação?*” Eu falei: “*Não, não tenho documentação*”. Inclusive, quando houve o início da Lava-Jato, antes de eu fazer o acordo, muito dessa documentação foi destruído. E eu relatei simplesmente o que eu sabia: os encontros, como era a divisão. Eu acho que esse trabalho de coletar provas e tal é um trabalho que vai progredir. Não é verdade? Eu simplesmente falei o que eu sabia, procurando me ater ao mais próximo possível da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, antes de passar a palavra para o Deputado...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu respondi a tudo, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Encerrou? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Como é que se chegava à diferença entre propina? Se essa negociação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence, eu só queria pedir a V.Exa. que conclua.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, só faltou... Desculpe-me, eu esqueci um detalhe.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, e o que eu falei? Do que eu participava era combinação. Então, tem a combinação. E aí, a parte que cabia a mim, a operacionalização, eu operacionalizava. Sobre essa parte que caberia a João Vaccari receber eu realmente não sei dizer se foi doação, se foi...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, a uma pergunta importante ele não respondeu. É rápido.

Ele o constrangeu ou lhe propôs ato ilícito? Vaccari o orientou a praticar ato ilícito ou alguma coisa assim?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não, não. Foi o que eu falei: com os empresários, com o Vaccari, com o Renato Duque, eram conversas negociais. Não tinha extorsão nem constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Só quero registrar, Deputado Florence, que V.Exa. entendeu como uma pilhéria nossa, (*ininteligível*) do Partido dos Trabalhadores. Eu não quis desrespeitar as raízes do partido de V.Exa. e tenho o maior respeito pela história do Partido dos Trabalhadores. Quero deixar isso aqui registrado. E, se V.Exa. se sentiu ofendido, o nosso pedido de desculpas.

Eu passarei a palavra para o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Obrigado, Presidente.

Eu gostaria que somasse ao meu tempo como requerente o tempo de Líder do PRB, representando a Liderança, por favor. Acho que não vou precisar usar o tempo, mas é por uma questão só de garantia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. não é requerente. V.Exa. está inscrito aqui como membro, para debates.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Isso. E pediria que acrescentasse o tempo da Liderança também, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - São 3 minutos de requerente, mais o tempo da Liderança do PRB.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, V.Exa. acabou de dizer que ele não é requerente. Eu sou requerente, sou o sexto requerente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é o próximo.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... e vou ser o vigésimo a falar. É um absurdo! Não há condição. O requerente, que faz o trabalho... Eu sou o vigésimo a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero que V.Exa., com a experiência que tem, dê-me outra forma para eu fazer, que não seja essa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Ele pode falar como Líder. Agora, o tempo de requerente, não, Excelência. O tempo de requerente é de acordo com a inscrição.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu sou o vigésimo a falar. Estou aqui, com toda a atenção, aguardando, mas sou o vigésimo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Estou falando como Líder.

Sr. Pedro Barusco, o senhor disse, no seu depoimento à Polícia Federal e no acordo de delação premiada, que, nos contratos que ocorriam na Diretoria de Abastecimento, do Sr. Paulo Roberto, o acordo era o de que 2% dos valores fossem pagos mediante propina e que essa divisão era feita da seguinte maneira: 1% desses recursos iam para o Paulo Roberto, que era o Diretor; 0,5% ia para o João Vaccari Neto, Tesoureiro do PT; e 0,5% ia para o Renato Duque, da Diretoria da qual o senhor fazia parte. O senhor confirma isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Para o Renato Duque e para mim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Para o senhor. Está certo. Era 0,5%, que era dividido entre os dois. Está certo?

Já nos contratos feitos na Diretoria de Serviços, do Sr. Renato Duque, o percentual sobre os contratos era o mesmo, de 2%, sendo que a divisão era diferente: era 1% para o PT, pago através do Sr. João Vaccari Neto; 0,5% era pago ao Sr. Renato Duque; e 0,5%, ao senhor. Isso está no seu acordo de delação premiada. Há uma diferença na divisão.

A minha pergunta é a seguinte: por que a divisão da propina recebida na Diretoria do Sr. Paulo Roberto era diferente da recebida na Diretoria do Renato Duque? Por que o Paulo Roberto não tinha participação também na divisão da propina recebida pelo Sr. Renato Duque?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É o seguinte: porque os contratos a que se referiam eram executados pela Diretoria de Serviços. Então, por exemplo...



O que eu vou falar aqui não é uma afirmação. Se tivesse... Por exemplo, se o Diretor Paulo Roberto fizesse um contrato dele, de afretamento de uma embarcação, ele não daria a propina para a área de serviços. Entendeu? Porque é contrato dele. Quer dizer, na realidade, todos esses contratos de que a gente está falando são contratos conduzidos pela área de Serviços. É por isso que quando... No E&P, com o E&P não havia nenhuma combinação. Então, a propina era integral, recebida pela área de Serviços. Com a área de abastecimento havia esse acordo, porque o Diretor Paulo Roberto era responsável por receber 1%. Com a de Gás e Energia também não havia acordo. Então, a Diretoria de Serviços recebia.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ficou uma dúvida aqui: quando o butim era de responsabilidade da Diretoria do Paulo Roberto, o Renato Duque recebia um percentual sobre isso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - No seu depoimento o senhor disse isso, sobre a divisão da propina.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, mas não é isso. O contrato não era responsabilidade do Sr. Paulo Roberto.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Quando era celebrado com a Diretoria dele.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Eu nem sei quais eram os contratos celebrados na Diretoria dele. A gente não tem nem conhecimento. Eu estou só falando dos contratos todos celebrados pela área de Serviços, mas, para prestar serviço à área de abastecimento.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, de qualquer maneira, o Sr. Renato Duque ganhava em qualquer que fosse o contrato, quando ele era o responsável, independente da Diretoria para a qual ele prestava o serviço.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, mas nos contratos onde existia propina. A gente acaba transformando esse universo num universo geral. Não. Nós estamos falando aqui dos contratos em que havia propina, que eu acho que não é a maioria. A maioria não tinha propina.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor disse também que grande parte dos recursos desviados mediante propina o senhor recebeu no exterior,



através de transferências bancárias, e que uma pequena parte o senhor recebeu em espécie, aqui no Brasil. Correto? Quem é lhe entregava, efetivamente, essa pequena parcela — o senhor diz “pequena”, mas eu imagino que seja grande — de recursos em espécie aqui no Brasil?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, é pequena, proporcional ao que recebia lá fora. Eu recebi, aqui no Brasil, do Sr. Shinko Nakandakari — a Galvão pagava em dinheiro vivo aqui — e do Sr. Mário Goes, que representava algumas empresas. Algumas empresas pagavam em dinheiro vivo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eram as duas únicas pessoas os dois operadores que lhe entregavam dinheiro em espécie aqui no Brasil?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - *(Pausa.)* Aí tem que puxar pela memória. Porque é assim: significativo? Sim. Pode eventualmente... São 14 anos, não é? Houve um recebimento que eu recebi da UTC, mas já agora em 2013.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mais uma pergunta, para finalizar, Sr. Presidente: o senhor é proprietário de uma casa na Praia da Joatinga, uma das áreas mais valorizadas e caras do Rio de Janeiro. Essa casa foi avaliada recentemente por corretores em 6 milhões de reais. Quando o senhor adquiriu essa casa e por quanto o senhor adquiriu essa casa?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Essa casa não é minha, essa casa é da... Eu chamo “minha esposa” porque nós vivemos juntos. Mas é herança de família dela. Já é da família dela há mais de 20 anos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está certo. O senhor, na sua declaração de Imposto de Renda,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - ... o senhor declara rendimentos de quanto, no período em que esteve na PETROBRAS? O rendimento como Gerente da PETROBRAS nesse período era de quanto, aproximadamente?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Vou dizer do último ano. Pode ser?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, não. Eu quero ver... Comparativo aos anos de 2004, 2005. Aproximadamente de quanto? A média



salarial. Porque nesse período o senhor ocupava funções inferiores na PETROBRAS. Não é?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não. De 2003 até 2011 era o mesmo cargo: Gerente Executivo de Engenharia.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, em média, de quanto seriam esses valores?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Em valores de hoje, seriam na faixa de 1 milhão e 200. Anual.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O.k.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Pedro Barusco, já foram muitas perguntas, e eu sei que V.Sa. tem na cabeça, e o assessoramento da sua advogada, a tentativa de anotar tudo, para tentar responder. Então, eu vou tentar fazer algumas perguntas, mesmo dentro do meu tempo, para que V.Sa. possa responder imediatamente, pra gente poder acelerar.

V.Sa. conhecia os Srs. Alberto Youssef e Fernando Baiano?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, o Sr. Alberto Youssef eu nunca vi. Não fui nunca nem apresentado. Ao Fernando Baiano eu fui apresentado pelo Diretor Paulo Roberto, numa conferência, a *Offshore Technology Conference*, em Houston. Ele me apresentou o Fernando e...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em que ano isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu não consigo precisar, mas foi em 2009 ou 2010, uma coisa assim. Em 2008. Mas, assim, isso não é muito relevante porque eu nunca tive reunião nenhuma com Fernando, só assim de cumprimentar: "*Oi, Fernando*". E tal. Quando encontrava em algum lugar. Nunca compartilhei.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas, ao encontrar numa conferência fora do Brasil, sabia que ele participava do esquema da PETROBRAS?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não. Não tinha ideia nenhuma do que se tratava.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sabia que ele estava atuando na PETROBRAS também como intermediador de propina de empresas para políticos?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Disso aí eu ouvi rumores: *“Ah! O Fernando Baiano. Eu acho que ele é operador e tal”*. Só isso. Mas era comentário, comentário.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor ouvia. Ouvia.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tenho prova nenhuma. Eu nunca tive nenhum negócio, nenhum envolvimento com o Fernando.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor disse, na declaração, que ele era amigo do Paulo Roberto. O senhor sentiu essa relação entre ele e o Dr. Paulo Roberto, Diretor, quando foi apresentado, a relação de amizade entre os dois?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, quem me apresentou ao Fernando Baiano foi o Diretor Paulo Roberto, nessa conferência, e tido como amigo do Diretor Paulo Roberto. Só.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Sr. Paulo Roberto disse aqui, na acareação, que todos os diretores, do Governo Itamar para cá, tinham uma indicação política. V.Sa. sabia disso, que os diretores tinham indicação política para chegar aos cargos que ocuparam — Duque, Paulo Roberto e outros?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso é comentário geral. *“Ah! A Diretoria de Gás e Energia, o E&P, o PT indicou; a TRANSPETRO, o PMDB indicou; Abastecimento, foi indicado pelo PP”*. Esse tipo de comentário sempre houve.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas fazia uma ilação sobre porque havia essa indicação política para cargos tão específicos, de carreira, como foi o seu dentro da PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Estou falando do cargo de diretor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim, mas o Paulo Roberto disse que ascendeu por concurso também, que entrou por mérito. O Cerveró disse a mesma coisa. Aí, depois, eles foram ascendendo, e daí houve uma indicaçõzinha política. V.Sa. disse aqui que não teve. Eu quero saber por que, ao saberem que eles



tinham, os partidos políticos faziam esse pedido de ascensão desses diretores, para começarem a operar nesse esquema todo que a gente está apurando.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei responder. Eu sei que até gerente executivo normalmente vai galgando uma área técnica. Para ir para diretor tem...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É porque uma pergunta tem uma conexão com a outra. Por isso é que a estou fazendo a V.Sa.

O nosso amigo aqui, o Deputado Pansera, disse o seguinte: *“que o Duque disse que não exigia mais o pagamento porque era uma coisa endêmica”*. Eu queria — e aí guardando o meu tempo, porque eu tenho mais quatro perguntas, para que depois o senhor possa responder — saber como era essa questão endêmica? Endêmica é uma coisa que acontece... Quer dizer, o diretor de uma empresa que prestava serviços chegava lá: *“Ó, Duque, chegou o mês!”* Como era isso na prática? *“Agora vim aqui te entregar a minha parcelazinha!”* Como isso acontecia, para ser essa endemia dessa parte?

V.Sa. disse que começou a operar em 97 e 98 e que depois começou a ser uma coisa institucionalizada, em 2003 e 2004. Quem foi o passarinho que contou para os diretores o seguinte: *“Olha, o Pedro Barusco já faz isso para ele. Agora nós podemos ampliar, para poder conseguir para os partidos políticos”*? Como foi que o diretor descobriu que V.Sa. atuava e transferiu isso, de ser uma coisa pessoal, como V.Sa. disse, para uma coisa institucional? Eu desconfio... Ao trabalhar com um colega aqui, não posso chegar e propor algo, se eu não sei como é a linha dele, a postura dele, a conduta dele. Alguém deve ter soprado isso, para que os diretores pudessem utilizar V.Sa. para poder ampliar esse esquema, nesse setor.

Uma outra pergunta eu quero que fique registrada bem claramente. Eu tenho que fazer as perguntas porque o meu tempo está se esgotando. Ao fazer essas indagações, eu quero perguntar a V.Sa.: o senhor disse que o dinheiro ia para fora e, muitas vezes, recebia em dinheiro, e era pouco. O Sr. Vaccari — isto é importante, porque há uma conotação política nesse processo — chegou a receber recursos no exterior também, como V.Sa. e o Diretor Duque? É uma pergunta que eu queria fazer.



Outra coisa: quando começou efetivamente essa participação de terceiros? De 2003 para 2004, o Duque o procurou ou qualquer outro diretor e disse *“olha, está acontecendo isso, mas a gente precisa ampliar”*? Eu quero saber, diretamente, o dia a dia, como isso aconteceu. Quem era o chefe? Quem o procurou inicialmente para institucionalizar isso dentro da PETROBRAS?

De quem foi a ideia de dividir as diretorias entre PT, PMDB, PP? Quem foi o ideólogo disso dentro da PETROBRAS? Como isso surgiu? Se V.Sa. sabe disso. Mas como foi a idealização do esquema? Se não houve a sua participação, é lógico, mas, ao ter sido institucionalizada, alguém foi o mentor disso.

Na época do mensalão — eu vivi isso porque fui o Relator —, o Presidente Lula chamou o José Dirceu de “capitão do time”. Lá tem algum dirigente, algum político, algum gestor, que falou assim: *“Esse é a cabeça”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Júlio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu estou concluindo.

O senhor, ao final, passou a ser dirigente da Sete Brasil. E, sobre as práticas envolvendo a Sete Brasil, queria saber, concretamente, se o senhor teve relação com a GB Marítima? A Sete Brasil recebeu colaboração da PETROBRAS? Recursos do BNDES? E, se recebeu, quanto? Ou uma intermediação para esses contratos do Ministério de Minas e Energia?

Eram as perguntas que gostaria de fazer a V.Sa.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu não sei se o Vaccari recebeu recursos no exterior. Não tenho essa informação. Quem é a cabeça do negócio também não sei dizer. Eu sei as pessoas que eu citei. Não havia um único, vamos dizer assim, responsável. Eu sei o que acontecia na Diretoria de Abastecimento, o que acontecia na Diretoria de Serviços. E é o que relatei. Essa questão da indicação política eu não falei que existia, eu falei que a gente ouvia rumores. Não é verdade? Não consigo afirmar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - (*Inaudível*) V.Sa. ter sido chamado a participar do esquema, por um diretor. Ele deve ter dito o seguinte: *“Olha, essa diretoria aqui vai ficar responsável por tal. A outra...”*. Essa comunicação com certeza lhe foi feita, Dr. Pedro.



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não. Não foi assim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, como foi? Eu queria saber desse repasse endêmico, dessa questão de que V.Sa. começou falando, de que foi uma coisa institucionalizada. O senhor foi convocado a isso, em certo momento.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso começou lentamente. É difícil dizer o momento. *“Ah! Começou agora”*. Isso vai crescendo, vai ampliando. E chegou a um momento... Por que eu falei que era endêmica? Porque estava automática, vamos dizer assim. Entendeu? Ganhava o contrato, tinha, para algumas empresas, principalmente essas do cartel, já esse percentual estabelecido, o encaminhamento estabelecido, a divisão estabelecida. Por isso é que era endêmico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Júlio Delgado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, há mais perguntas. A ideia de dividir as diretorias por partidos: eu não sei responder a isso. Principalmente eu não sei responder a essa pergunta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, com a GD Marítima eu nunca tive relação nenhuma. Nem me lembro dessa empresa, não sei nem quem são os dirigentes. Não tive nenhum contato, a menos que... um contato muito rápido. Não me lembro de nenhuma atividade com a GD Marítima.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A Sete não só recebia recursos do BNDES. A Sete foi toda, vamos dizer assim, calcada — a sua estruturação financeira —, baseada, principalmente, em recursos de financiamento do BNDES, recursos formais. Eu não tenho essa informação, assim... Faz 2 anos que eu saí da Sete. Mas tinha a participação dos acionistas, um pouco; tinha um pouco de empréstimos de entidades privadas, agências de fomento, inclusive estrangeiras; e o BNDES. É uma estruturação. O grande financiador realmente era o BNDES.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Por último: V.Sa. sabia a ordem de valor do empréstimo do BNDES para a Sete Brasil?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tenho esse valor de cabeça, mas era o mais significativo, tipo 60%, uma coisa assim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tenho esses dados, eu não trabalho mais na Sete Brasil. Isso foi tudo reestruturado. Eu principalmente não tenho mais essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Júlio Delgado.

Ainda teríamos mais um autor, o Deputado Kaio Maniçoba, que abriu mão de fazer a sua fala. Agora passaremos para a inscrição dos membros. O primeiro inscrito é o Deputado Antonio Imbassahy.

V.Exa. terá até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Questão de procedimento, Presidente: poderia só nominar a ordem dos Deputados inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Deputado Antonio Imbassahy; Deputado Altineu Cortês; Deputado Izalci; Deputado Bruno Covas; Deputado Aluisio Mendes; Deputado Delegado Waldir; Deputado Valmir Prascidelli; Deputado Otavio Leite; Deputado Aelton Freitas; Deputada Maria do Rosário; Deputado Afonso Florence; Deputado Leo de Brito; Deputado Efraim Filho; Deputado Celso Panseira; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Darcísio Perondi; Deputado Paulo Pereira da Silva; Deputado Carlos Marun; Deputado Edio Lopes; Deputado Jorge Solla; Deputada Eliziane Gama; Deputado André Moura; Deputado Carlos Sampaio; Deputado Félix Mendonça; Deputado Carlos Andrade; Deputado Kaio Maniçoba; Deputado Pr. Marco Feliciano; Deputado João Carlos Bacelar; Deputado João Gualberto; Deputado Vitor Lippi; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Edmilson Rodrigues; Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Questão de procedimento ainda, Presidente: a reinscrição de Parlamentares só pode ser após o fim da fila, não é? Aqueles que já usaram da palavra não podem usar na frente dos demais, que ainda não falaram. É o caso... Há Parlamentares aí que...



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Os Parlamentares que falaram enquanto Líderes ou enquanto proponentes, Sr. Presidente, pelo bom senso inclusive, seria adequado que pudessem falar posteriormente àqueles que não falaram ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Adotaremos esse procedimento.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputadas e Deputados, primeiro eu quero cumprimentar e agradecer tanto ao Sr. Pedro Barusco, como também à advogada, a Dra. Beatriz Catta Preta, que acolheram uma solicitação do Presidente Hugo Motta, que era o desejo de todos os membros desta CPI, especialmente dos brasileiros: de que esta sessão não fosse uma sessão reservada, uma sessão secreta. É muito importante que esta sessão seja assistida ao vivo por todos os brasileiros que têm interesse em conhecer esse esquema de corrupção que foi instalado dentro da PETROBRAS.

Sr. Presidente, espero que o que aconteceu hoje aconteça sempre, que as sessões sempre sejam abertas. É assim que deve ser: à luz do dia. Que não fique nenhuma dúvida.

E também o Sr. Pedro Barusco, que nos garantiu que a tudo responderia, até então tem respondido a tudo.

E V.Sa., Sr. Pedro Barusco, em dois momentos distintos deixou muito claro — e até transcrevo aqui — que *“esse esquema foi instalado de forma mais ampla, institucionalmente, a partir de 2003 e 2004”*. E após, até essa questão ser retornada, V.Sa. voltou a dizer que *“a partir de 2003 era uma nova fase que estava institucionalizada”*.

A minha primeira pergunta, Sr. Pedro Barusco, é com relação a esse esquema. V.Sa. já falou, mas, por favor, se V.Sa. puder, discorra um pouco mais. Como foi feito esse esquema? E os principais protagonistas dessa organização?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Esse esquema foi se implantando lentamente. Os operadores se aproximam... Aproximaram-se de mim, do diretor... Por exemplo, foi comentado aqui aquele Projeto Malhas, que era um projeto que tinha sido assinado nos Governos anteriores, em 2000, em 2001. A gente recebeu comissões, em 2003, dos aditivos. Eu não sei dizer se já tinha propina no contrato original. Simplesmente não sei dizer. Eu sei que começou lentamente. Aí, vamos dizer, estabelecia um contato com o operador, estabelecia o contato com outro operador, e essa rede foi se estabelecendo gradativamente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito bem.

Farei mais duas perguntas apenas. V.Sa. era subordinado ao Diretor Renato Duque. Certamente, o Diretor Renato Duque, durante tantos e tantos momentos de convivência com V.Sa., deve ter comentado qual seria o apoio político dele, quem o indicou para o exercício de diretor, até porque é um cargo relevante. No País sempre se tem alguma relação de natureza política. Esta é a primeira pergunta: quem teria indicado o Sr. Renato Duque, no contexto da política?

Por fim, quando V.Sa. reclamou que estava recebendo menos, na questão das propinas dos contratos relativos à Sete Brasil, o Vaccari participou dessa conversação — está inclusive no depoimento de V.Exa., que eu tive a oportunidade de ler. V.Sa. conversa com ele e diz a ele que tem que receber mais 0,1%. Qual a influência do Sr. Vaccari para deliberar essa partição? Que poder ele tinha nessa organização?

Muito obrigado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Apesar de ter uma relação até de amizade com o Diretor Renato Duque, ele nunca comentou assim claramente: *“Ah, foi a pessoa tal ou o Deputado tal ou o político tal que me indicou”*. Isso ele nunca comentou. O que eu digo é que ouvia rumores de que alguns políticos tinham indicado alguns diretores.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - O senhor poderia declinar essas pessoas, esses nomes? Como rumores, porque sempre se conversa, alguém fala, comenta.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Conforme a própria mídia diz, havia rumores de que o PT, através do Sr. José Dirceu, teria indicado Renato



Duque, de que o PP, através do Deputado Janene, havia indicado o Paulo Roberto. Mas isso...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, esses rumores havia. Só isso. Rumor.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Só rumores. Ele está respondendo, Deputada...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor é que está dizendo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não, não.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Ah! Então, o senhor não está dizendo?

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Não. Ele está respondendo a uma indagação minha com relação a esses rumores sobre quem teria indicado o ex-Diretor Renato Duque. E, dos rumores, ele fala que ouviu que o ex-Ministro José Dirceu o teria indicado. Como rumores.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso. Agora, estou dizendo que ouvi rumores e que o Dr. Renato Duque nunca me falou isso, nunca confirmou isso, nunca tocou nesse assunto. A questão da Sete Brasil, do estabelecimento dos valores das propinas, era uma continuidade do que acontecia na PETROBRAS. A essas reuniões foram eu, Renato Duque e Vaccari. Então, houve discussão, houve acerto, e ficou acertado isto: 0,9. E não foi em todos os casos, não. Em alguns casos eu recebi 0,1 a mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Imbassahy.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero dizer que o Brasil todo está nos assistindo — em casa, nas lojas, em toda parte —, e o povo não aguenta mais demagogia, hipocrisia, mentiras. Dizer que o PT é contra recursos privados? Imagine se fosse a favor. O Diretório Nacional do PT, só em 2008, recebeu 61 milhões; em 2010, 177 milhões; em 2011, 51 milhões — nem era época de eleição; em 2012, 35 milhões.



Então, Sr. Presidente, eu quero fazer uma pergunta ao Sr. Barusco. Saiu na revista *ISTOÉ* ou na revista *Veja* o seguinte:

“A empreiteira e amigo de Lula

Documento do BC comprova que José Carlos Bumlai contraiu um empréstimo irregular de R\$ 12 milhões junto ao banco da construtora Schahin. Em troca, a empreiteira ganhou contratos com a Petrobras. Parte do dinheiro teria sido usada para comprar o silêncio” — de Ronan Maria Pinto, que ameaçou envolver Lula, José Dirceu e Gilberto Carvalho no assassinato de Celso Daniel.

No depoimento de V.Sa., no Termo de Colaboração nº 2, na página 4, V.Sa. diz assim: *“que houve uma situação específica na qual a empresa Schahin devia uma quantia para o declarante” — para V.Sa. — “e Renato Duque e Vaccari tinham uma quantia equivalente para receber da MPE, sendo então ajustado uma troca, pois Vaccari tinha mais facilidade em receber da Schahin”.*

Pergunto a V.Sa.: qual era essa facilidade que Vaccari tinha? Por que essa facilidade, como V.Sa. disse no depoimento? Se V.Sa. tem conhecimento dessa relação.

Segundo, perguntaria a V.Sa. também: no Termo de Colaboração nº 3... Primeiro, indago a V.Sa.: esses termos de colaboração disponibilizados pelo *Estadão* e, inclusive, por outros órgãos de comunicação, V.Sa. referenda todos eles, de 1 a 7? Também é uma pergunta.

E o nº 3, página 3: *“que Renato Duque solicitou ao representante da SBM, Julio Faerman, a quantia de 300 mil dólares, a título de reforço de campanha durante as eleições de 2010, provavelmente atendendo a pedido de João Vaccari Neto, o que foi contabilizado pelo declarante, à época, como pagamento destinado ao Partido dos Trabalhadores”.* Gostaria que V.Sa. também se referisse a essa questão.

E, por último, Sr. Presidente: a Sete Brasil, quando foi constituída, obteve também recursos dos fundos de pensão. Estão aqui a PETROS, a PREVI, a VALIA, a FUNCEF, que aportaram recursos para a Sete Brasil. O Tesoureiro Nacional do



PT, João Vaccari Neto, com dirigentes dos fundos de pensão, naturalmente os da PETROS... Foi inclusive apreendido um material da Indústria de Metais do Vale — o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa era o laranja disso. Segundo o advogado, a PETROS adquiriu 13 milhões da IMV. E nesse acordo havia um acordo de 500 mil de propina para os dirigentes.

V.Exa. tem conhecimento também dessa questão de um dos acionistas da PETROS e da Sete?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eram essas, Sr. Presidente, as perguntas.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, sobre essas afirmações sobre o empresário Bumlai eu não posso comentar nada porque eu não conheço, nunca fui apresentado, não tive nenhuma relação...

O SR. DEPUTADO IZALCI - E essa facilidade? Por que citou essa facilidade de receber o recurso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Tá. O que aconteceu foi o seguinte: eu já tinha falado aqui que havia alguns contratos que a Schahin — aquele túnel que eu mencionei aqui, no começo; um outro contrato, de que eu não me lembro exatamente o objetivo — em que havia recebimento de propina. E a gente estava com dificuldade de receber. E, numa conversa com o Vaccari e o Renato Duque... A dívida não era para o Vaccari e o Renato Duque, era para mim e para Renato Duque. E havia um recebimento da MPE que cabia ao Vaccari receber. E o Vaccari falou: *“Olha, eu tenho mais facilidade de receber da Schahin. Você não quer...? Você me passa essa dívida da Schahin, para eu receber a dívida da Schahin, e você recebe a dívida que a MPE tem comigo”*. O Vaccari. E nós fizemos essa troca.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não teve conhecimento nenhum dessa proximidade com a Schahin? Qual foi...? Por que essa facilidade? Não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só foi dito isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não. Foi só isto: *“Olha, tenho mais facilidade de receber da Schahin. Você não quer trocar essa dívida por essa dívida?”* Só isso. Então, foi um caso isolado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Izalci...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, ele está respondendo ainda, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, a IMV — é IMV, não é? — também é um assunto de que não participei, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E esse pedido do Duque, de 300 mil dólares?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, esse pedido do Duque de 300 mil dólares está relatado no depoimento, e esse é um dos assuntos pelos quais eu estou sendo investigado. Então, eu vou simplesmente reiterar o que está escrito aqui. Eu reafirmo e reitero o que está escrito aqui. Está bem claro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há mais alguma coisa, mas prefere não falar agora. É isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É. Neste momento eu prefiro não aprofundar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Bom dia a todos.

Bom dia, Sr. Pedro. Obrigado pela vinda até esta Comissão. Parabéns pela sua postura. O Brasil agradece, o Brasil e a sociedade brasileira.

Eu fiz aqui 18 perguntas. Vou tentar fazê-las o mais rapidamente, para a senhora poder anotar algumas delas.

Quem havia definido e combinado os pagamentos de dois terços para o PT e de um terço para os demais — quem combinou? —, na questão da Sete Brasil? Quem combinava isso?

Segunda pergunta: quanto tempo demorou para consolidar esse percentual dessa propina? Porque o senhor mencionou no seu depoimento que houve uma briga entre os operadores. Quanto tempo demorou?

Onde ocorriam os encontros com o Sr. João Vaccari? Em quais locais ocorriam esses encontros? Quanto tempo duravam? Quantos encontros ocorreram entre Duque e Vaccari nos hotéis no Rio e em São Paulo?

Como era distribuída essa propina recebida por Duque para Vaccari? Era em dinheiro, era em espécie? Ele ia com motorista? Havia mais alguém junto com ele?



Quem deu procuração para o Vaccari atuar nas empreiteiras? Quem deu essa autorização para ele? Como ele chegou? Para quem ele chegou? Como ele chegou impondo “*o percentual de 1% é do PT*”? Como aconteceu isso? Quem deu essa autorização?

As empresas. O senhor mantinha contato, amizade, bate-papo? Tomava cerveja? Ia a jantares? Viajava para a Europa? Falavam em cartel em outros órgãos? Que essa festa da propina acontecia em outros órgãos? O senhor chegou a ouvir falar de algum outro órgão?

Estranhou-me muito — o senhor trabalhava na divisão de serviços, não é? — que 34 contratos tenham sido na diretoria de gás e exploração, da qual a Graça foi gerente num período, e 32 dos contratos tenham acontecido na Diretoria de Abastecimento. Por quais razões?

Em 2010, houve 300 mil dólares de reforço para a campanha, nas eleições de 2010. Como foi feito esse pagamento e quem era o candidato? Era eleição para Governo do Estado, era para a Presidência? De que tipo foi esse reforço? Para que esfera foi? De quem era a campanha e quantos pagamentos foram efetuados?

Antes de Vaccari — acho até que já foi perguntado —, quem recebia esse dinheiro da propina pelo PT, pelo que o senhor tinha conhecimento? O senhor não tinha conhecimento. Mas, se ouvia falar, quem recebia o “dindim”?

O pré-sal, tão divulgado, tão propagado como a salvação do povo brasileiro, foi um sinônimo de aumento de propina, de uma arrecadação maior de “dindim” escuso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vou concluir. Eu tenho mais umas 20 perguntas, mas tudo bem.

Havia outro operador do PT, além do Vaccari? Havia mais alguém autorizado a receber esse “dindim”?

Vou escolher uma pergunta aqui. *(Pausa.)* Às vezes acontecia... O senhor mencionou, no seu depoimento aqui, que às vezes acontecia pagamento integral ao PT, de propina. Em quais vezes e em que condições isso aconteceu?



E a última pergunta, para finalizar, Sr. Presidente: por que Ildefonso Colares priorizava o PT? O da Queiroz Galvão. O senhor também mencionou isso no seu depoimento.

Muito obrigado.

Ficaram mais umas dez aqui, Sr. Presidente. *(Inaudível.)*

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, a combinação de dois terços ou um terço, no caso da Sete Brasil, foi estabelecida entre o Vaccari, o Renato Duque e eu, com muita discussão e tal, mas ficou estabelecida. Depois, a operacionalização — que foi a outra pergunta — dos pagamentos realmente foi muito difícil, porque era um projeto muito grande, com muitos interlocutores, tanto de um lado quanto de outro. Eram vários contratos, três pagamentos, com vários operadores. Então, demorou realmente bastante tempo. Eu, no meu Termo de Colaboração, eu tenho as datas ali em que começaram... Até onde eu sei. Por exemplo, até onde eu sabia, o Vaccari já tinha recebido 4 milhões e meio do Estaleiro Keppel. Depois é que a gente começou a receber. Os encontros com o Vaccari, via de regra, eram nos hotéis: no Hotel Windsor, em Copacabana; também em São Paulo, no Meliá; no Sofitel da Sena Madureira. Alguns encontros. Os encontros demoravam 1 hora, 1 hora e meia. E eventualmente a gente jantava, alguma coisa assim. Eu não comparecia a todos os encontros, eu comparecia a alguns encontros. Normalmente, quem se reunia com o Vaccari era o Renato Duque. Até onde eu sei, o Duque nunca pagou ao Vaccari, nunca houve esse tipo de relação, assim como eu também nunca paguei ao Vaccari, assim como eu nunca depus nada para Duque também. Eu dei alguma coisa para Duque em espécie, em dinheiro vivo, e o resto ele recebeu diretamente das empresas. Depois, havia assim um acordo de contas. Mas eu depositar para Renato Duque, nunca. Nunca houve. Eu não sei quem deu procuração para o Vaccari atuar nas empreiteiras, mas o fato é que ele atuava.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ele chegou lá do nada?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei dizer. Eu sei que os empresários todos conheciam ele, e ele tinha interlocução com todos os empresários. Na minha locução com as empresas... Havia, assim, algumas empresas que... Eu tinha uma relação mais social com os empresários: alguns



jantares, alguns almoços e tal. Mas normalmente a minha conversa com os empresários, com as empreiteiras, era de trabalho, era relação de trabalho. Quem discutia essas questões de recebimento de propina com os empresários eram os operadores. E eu discutia também com os operadores. Entendeu? Quer dizer, pode haver alguma exceção, mas, via de regra, quem discutia esses assuntos eram os operadores. Porque esse é o papel deles, e eles tinham uma parcela do... Quando eu falo assim que 0,5% ou 1% ficava para Renato Duque e para mim, na realidade, não era só para mim e para Renato Duque. Na operacionalização desse recebimento, havia um custo que era pago ao operador, e uma parte também normalmente ficava com o operador. Então, aquele 0,5% era dividido entre Renato Duque, eu e o operador. *(Pausa.)* Eu vou fazer uma pequena correção numa afirmação. É o seguinte: não é que os 32 contratos eram do Abastecimento. Todos os contratos eram da área de Serviços. Só que, em 32, o objeto, o cliente, era da área de Abastecimento; nos outros tantos, o cliente era de Gás e Energia. Mas os contratos todos eram da área de Serviços. Porque o que acontecia com os contratos... Aí, sim, da área de Abastecimento. Porque eles tinham os contratos deles, que não passavam na área de Serviços. Eles tinham outras atividades. Sobre isso eu não sei o que acontecia. Eu só sei o que acontecia nos contratos que passavam na minha área. Aqueles 300 mil que eu disse, de reforço de campanha, foi na campanha presidencial de 2010.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor lembra quem era o candidato a Presidente?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Era... Do PT, era a Dilma Rousseff; e José Serra, do PSDB.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Suficiente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Quem recebia antes do Vaccari eu não sei, porque eu passei a ter esse relacionamento com o tesoureiro do partido depois que o Vaccari assumiu. O pré-sal ou qualquer outra atividade não significam aumento de propina. A propina é ligada aos contratos. Então, quanto maior a atividade... A propina é proporcional. Quer dizer, quanto maior o número de contratos, maior o volume da propina, já que ela estava institucionalizada. Eu não conheço outro operador do PT, a não ser João Vaccari. Também o Ildefonso. Por



que ele priorizava o PT? Isso é uma decisão de algumas empresas. . Achavam que, vamos dizer assim, naquela divisão que havia de 0,5% para o PT, 1% para o PT, 1% para a Casa, era mais interessante saudar os compromissos com a área política do que com a área da Casa. Isso era uma decisão do... No caso, eu citei o Ildefonso porque ele era um deles, que preferia, assim, cumprir os compromissos prioritariamente com a área política.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Barusco, alguns Deputados aqui o estão tratando como herói. Eu quero dizer que não vou tratá-lo como herói. V.Sa. é um corrupto confesso e tem prestado este depoimento aqui, por duas ou três vezes confirmou que esses depoimentos que chegaram através da grande imprensa, de colaboração premiada que V.Sa. fez, o senhor assume o que está escrito aqui. Em dado momento, existe contradição entre o que o senhor disse aqui e disse nesses depoimentos. E daqui a pouco nós vamos dizer.

A primeira pergunta que eu quero lhe fazer é se o senhor foi orientado pelos seus advogados ou pelo Ministério Público para apagar a sua memória de 2003 para cá e trabalhar só com a corrupção a partir de 2003 para cá.

Essa é a primeira pergunta que eu quero lhe fazer, porque o advogado do Senador Aécio Neves diz que o Ministério Público ficou insistindo em levar o Senador Aécio Neves à questão da Lava-Jato.

Eu vou fazer a pergunta ao senhor: foi o Ministério Público que ficou insistindo em levar a questão do Vaccari para o senhor? Porque todas as vezes em que o senhor se refere ao Vaccari ou à propina, o senhor se refere a estimativas: "*provavelmente*", "*supostamente*", "*há rumores*", e nunca o senhor disse afirmativamente que alguém passou recurso, ou que o senhor passou recurso.

A segunda coisa que eu quero dizer é o seguinte: o senhor tem usado aqui nestes termos a palavra "*sistemática*", antes de 2003, e "*institucional*", a partir de 2003. Eu quero que o senhor me diga.

Eu vou ler aqui um trecho. Na página 2 do Termo de Colaboração 3, o senhor coloca aqui:



“Por conta de relacionamento bastante próximo que o declarante desenvolveu com o representante da SBM, Julio Faerman, tanto o declarante solicitou quanto Julio ofertou o pagamento de propina, sendo uma iniciativa que surgiu de ambos os lados e se tornou sistemática a partir do segundo contrato de FPSO firmado entre a SBM e a PETROBRAS, no ano de 2000, salvo engano; que esses contratos eram de longa duração e, desse modo, o pagamento das propinas também perdurou por longos anos”.

V.Sa. reafirma em várias passagens aqui que anteriormente as empresas, parte dessas que estão sendo acusadas e que estão sendo levantadas aqui na apuração Lava-Jato, também já trabalhavam para a PETROBRAS.

A minha pergunta é: o cartel a que o senhor se refere só existiu a partir de 2003? Não existia? Por que o senhor está assumindo a culpa sozinho antes disso, de 1997 para cá, quando o senhor disse que começou? O senhor está encobertando alguma empresa internacional? O senhor tem noção de que a CPI aqui está contratando uma consultoria internacional para investigar contas no exterior, eventuais contas no exterior que estejam aparecendo?

O senhor apresenta um rol de contas aqui. O senhor tem alguma coisa, tem alguma empresa que trabalhava na PETROBRAS, que encoberta a conta para o senhor lá fora do Brasil? O senhor tem algum recurso, fora essas contas que foram passadas? Porque não é possível o senhor dizer que não existia cartel antes. O senhor está defendendo algum interesse internacional? O senhor defende alguma empresa internacional? Porque não é possível o senhor colocar “supostamente”, “provavelmente” para alguns atos e se esquecer, como aqui já foi interpelado, o senhor dizer: “Não, isso eu preciso buscar pela memória”.

Nós queremos que o senhor busque pela memória, mas nós queremos que o senhor diga aqui e não assuma a responsabilidade sozinho e não nos engane, achando que não houve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ... responsabilidade de outros para que houvesse a sua corrupção antes de 2003, e também não fosse institucionalizada.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não disse que houve ou não houve cartel antes; eu só disse que eu passei a ter contato com o cartel a partir de 2003, 2004. Só isso. Eu simplesmente não sei dizer se houve ou se não houve antes. Eu não sei dizer. Eu não tenho essa informação. E quanto a... O senhor, excelência, releu o meu depoimento. É exatamente o que está escrito aqui. Eu vou reiterar, porque eu estou sob investigação. E o que eu falei é exatamente o que está escrito aqui.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor conhece a empresa EIT?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - EIT? Conheço.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Conhece? Na página 9 do Termo de Colaboração 4, o senhor diz o seguinte: *Que o contrato da EIT foi de 83 milhões de reais na Área de Gás e Energia, cuja propina foi de 1%, destinada exclusivamente à Casa.* O senhor sabia que o Senador Agripino Maia foi sócio dessa empresa EIT?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Isso eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito obrigado.

O seguinte Deputado a fazer as indagações é o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, ele não respondeu às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ah! Não respondeu? Desculpe-me, Deputado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não fui orientado por ninguém, eu estou aqui respondendo e tentando colaborar. Simplesmente tem alguns assuntos, pouquíssimos assuntos, que eu não posso me estender, tenho que me ater só ao que eu delatei. Só isso.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por que o senhor não pode se estender? Eu não estou entendendo. Foi quebrado o sigilo do processo?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Existem outras investigações em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos dar sequência aos Deputados que estão inscritos. V.Sa. já respondeu?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É porque tem investigação em andamento. Eu não posso falar sobre isso.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor não pode estender? Nós não estamos aqui numa investigação? É exatamente isso que nós estamos fazendo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aqui é CPI, tem poder de polícia.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Aqui é uma CPI, o senhor está sob juramento. Então, portanto, o senhor tem que se estender exatamente sobre fatos que nós precisamos apurar. Houve pressão, houve orientação do Ministério Público ou dos seus advogados?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É o mesmo poder de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vai responder? Não vai responder, né? O.k. Ele não vai responder, Deputado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor não pode responder por quê? Porque houve orientação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu já estou em investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ele não vai responder.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas houve orientação dos seus advogados para não responder aqui? Houve orientação do Ministério Público? Houve orientação de algum partido político, de alguma empresa internacional?



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Deputado, tem mais gente pra ser preso, Deputado. Isso é muito simples. Tem mais investigação em andamento, mais casa vai cair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ele já respondeu. Ele já respondeu.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É muito simples isso, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Pedro Barusco, o senhor deseja fazer algum comentário com relação a essa indagação?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, eu já falei. Sobre esse assunto eu me reservo o direito de não falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A relação dele com a advogada é protegida, Sr. Presidente. É protegida pelo estatuto da OAB. A relação dele com a advogada é protegida pelo estatuto da OAB.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, por favor, garanta a minha palavra. Eu acho que já acabou o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O senhor já perguntou a ele, já insistiu e ele não vai responder.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu só quero saber qual é o assunto sobre o qual ele não pode falar. Só isso que eu quero entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Está bom.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tenho uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Pedro Barusco...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A relação dele com a advogada é protegida pelo sigilo, Presidente. É sigilo profissional pelo estatuto da OAB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não vai falar! O.k.
Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Uma questão de ordem antes, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, Sr. Pedro Barusco... Eu estou com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Deputada, a senhora foi dos direitos humanos. Eu sou aqui protetor dos direitos humanos, que a senhora foi. (*Ininteligível.*) Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu estou aqui desde as 8 horas da manhã querendo falar. Estou desde as 8 horas da manhã querendo falar também. Depois tem questão de ordem, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Assim que ele encerrar, são 3 minutos só; depois concederei a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, Sr. Pedro Barusco, em que pesem as insinuações, as tentativas etc. — aliás, foi o próprio PSDB que inicialmente inaugurou a indagação sobre essa cronologia —, o Sr. Pedro Barusco deixou muito claro que as propinas havidas, recebidas por ele antes de 2003 se deram, portanto, em função de uma relação própria, direta dele como gerente com uma empresa prestadora de serviço, mas que o esquema mafioso, com a engrenagem dessa mecânica criminoso que se instalou, ele apenas teve contato e passou a fazer parte dela a partir de 2004. Então é preciso deixar bem claro esse divisor de águas como um dado elementar. No entanto, é preciso acrescentar a isso algo fundamental, porque há 12 anos o PT está no poder da PETROBRAS e não se sabe, não se tem registro de nada que tenha sido imposto em termos ou de iniciativas de persecução criminal, ou de algum escândalo, ou de alguma tentativa de apurar algo que aconteceu antes de 2003. Não houve nenhum escândalo, não houve nenhuma iniciativa para apurar nada. Então, no mínimo, você tem 12 anos aí em que o PT esteve no poder e não revelou nada em relação ao que houve antes do PT no poder.

Muito bem, a pergunta é a seguinte, Sr. Pedro Barusco: o senhor, em vários momentos, disse das reuniões que eram contumazes, eram reuniões regulares com o Sr. Vaccari, com o Sr. Duque e, a certa altura, fez valer — inclusive está no seu documento — que o senhor se insurgiu quanto a um racha, a uma divisão que estava para menor, e aí lhe deram alguma coisa a mais. Eu pergunto o seguinte: o



senhor, nessas reuniões todas, ouviu, em algum momento, o Sr. Vaccari também reclamar de que não passaram para ele a quantia que lhe era devida ou ele pediu algum percentual a mais em relação a essas tratativas que eram comuns, que eram regulares: foram almoços, foram jantares, foram encontros em hotéis? Em algum momento o Sr. Vaccari também reclamou que estava recebendo menos, não? Lembra-se disso, se ele reclamou?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Teve reclamação, sim.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Ele reclamou que estava recebendo menos. Saberia quando foi isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não sei precisar, mas, por exemplo, aquilo que eu mencionei aqui, aquela troca que a gente fez de uma dívida da MPE com a SCHAHIN é fruto de uma reclamação dessas: *"Poxa, eu não estou conseguindo receber da SCHAHIN, eu não estou conseguindo receber da MPE"*. E aí surgiu a oportunidade da troca. Ele falou: *"Não, eu estou com bom trânsito aqui, me dá a dívida da SCHAHIN, que eu te dou a dívida da MPE."* Isso é fruto de dificuldades no recebimento também.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor está, enfim, sob uma tutela fundamental do Judiciário brasileiro, do Ministério Público, do Poder Legislativo. Então, todas as suas afirmações, para lhe permitirem ter o gozo do benefício da delação premiada, têm de ser absolutamente verdadeiras. O senhor disse que esteve em vários hotéis, em várias reuniões, o Windsor ou outro e outro em São Paulo. O senhor sabe que todos esses hotéis têm câmeras que filmam, e, portanto, nós podemos estar absolutamente tranquilos que, se tivermos esse material, esses três personagens estarão presentes nesses vídeos, nessas câmeras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não conheço o sistema de segurança e a política de segurança, de renovação das fitas, mas com certeza. Tem aquele restaurante ali embaixo do Windsor, tinha os *maîtres* ali, eles conheciam a gente.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, quero solicitar imediatamente que a Presidência desta CPI solicite todo o arquivo de gravações do



tal restaurante, dos tais hotéis nas datas nas quais eles se reuniram para nós comprovarmos a presença do Sr. Vaccari e do Sr. Duque, ao lado do Sr. Pedro Barusco, que estavam na engrenagem criminosa que assaltaram o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado. V.Exa. faça o requerimento que será acolhido.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu acho que tem que ser de imediato, Sr. Presidente, uma solicitação *ex officio* da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. faça um requerimento aí rapidamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Questão de ordem, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Desde o começo, o depoente, quando chega a um determinado período, fala: *“Sobre isto aqui eu não vou responder”*. E não é uma questão pessoal em relação à qual ele se comprometeu no começo, e nós concordamos — mas com a questão pessoal. Mas essa não é uma questão pessoal. Nós estamos dizendo no período tal, inclusive em que ele recebeu propina direto da SBM, que tinha outros contatos com o Sr. Duque, etc. e tal. Ele disse: *“Isto aqui eu não vou responder”*.

O que eu quero arguir é o seguinte, Presidente: nós estamos numa CPI, o depoente fez um juramento de verdade aqui, a CPI tem poderes investigatórios agora, como a Polícia Federal e o Ministério Público, e a Justiça abriu o sigilo e está publicando todos os depoimentos. Então, não vou aceitar que o depoente fale: *“Sobre isso eu não vou falar”*. Ele fala o que ele quiser, mas ele vai falar, entende. Ele vai falar, ele tem que falar, porque ele está aqui para dizer a verdade e ele realmente está omitindo o período, eu quero que ele fale sobre o período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Ivan Valente, com todo o respeito, isso não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É a terceira vez que ele fala isso. É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - E o depoente não tem... Se ele acha que isso pode incriminá-lo, ele tem o direito de ficar silente. Até



agora todos estão observando que o Sr. Pedro Barusco tem respondido a todas as questões.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas ele não está respondendo a todas, Presidente, essa é a questão. Então ele fala: *“Eu estou impedido de responder; eu estou aqui impedido de responder”*. Eu gostaria que o senhor respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Seguindo aqui, Deputado Ivan... Não é questão de ordem, Deputado Ivan Valente.

Na sequência, Deputado Aelton Freitas. *(Pausa.)* Não estando presente, Deputado Mauro Pereira. *(Pausa.)* Também não estando presente, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, eu quero inicialmente perguntar ao depoente por que sobre o período de 1997 a 2002 ele não responde. Gostaria de sua resposta agora.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não é que eu não responda. Aqui no meu termo de colaboração, está descrito exatamente o que aconteceu. É isto que está aqui. O que eu estou dizendo é que eu não vou aprofundar essas questões porque eu estou neste momento em investigação. Já estou em investigação.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor aceitaria...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Então eu prefiro ficar calado em relação a esse assunto de aprofundar esse período.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor prefere ficar calado em relação a esse período e não aprofundá-lo? O senhor aceitaria...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não é que eu estou calado, eu já falei o que tinha que falar.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor não compreendeu, talvez o Presidente não tenha oferecido ao senhor.

Presidente! Presidente, eu estou no meu tempo, mas eu acho que V.Exa. deveria esclarecer ao depoente que, no período dele, ele tem que responder às perguntas, porque não basta ele se referir ao termo que não está oficialmente em nossas mãos. Então, ou ele responde, ou ele se nega a responder, mas ele diz: *“Me nego a responder tal questão”*.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só o que vai incriminá-lo.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O que vai incriminá-lo eu não estou solicitando.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É o que vai incriminá-lo que V.Exa. pode...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor considera...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, vamos respeitar os direitos constitucionais do nosso depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Olha, nós temos aqui alguns critérios estabelecidos previamente...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, V.Exa. preserva o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa. será preservado.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ... algumas questões que foram estabelecidas antes do início desta reunião, como que não abordaríamos questões de foro pessoal íntimo do depoente. E, em algumas questões em que ele está na condição de ter feito a delação premiada, ele nos antecipou previamente que em alguns assuntos ele não poderia se aprofundar, porém nos garantiu, naquilo que estivesse ao seu alcance, contribuir com os questionamentos que fossem feitos.

Nós não podemos neste momento exigir que ele fale sobre o assunto se o depoente está na condição de delação premiada. Então, V.Exa., quando questionar, e o depoente não puder responder, que ele diga: *"Sobre esse assunto eu não posso responder"*, atendendo ao questionamento de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O Sr. Pedro Barusco, então, está fazendo uma contribuição pela metade. Ele não está cumprindo a responsabilidade que assumiu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço a reposição do tempo da Deputada Maria do Rosário em 2 minutos, para que ela possa concluir a sua participação.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. pode ir usando o tempo.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Presidente.

Eu quero dizer, Sr. Pedro Barusco, que o senhor não está colaborando e contribuindo, como o senhor se comprometeu, porque, de fato, se o senhor vai falar sobre as suas atividades criminosas no período mais recente e pensar que nós vamos acreditar que a sua atividade criminosa — o senhor, que abriu uma conta na Suíça e em países estrangeiros já em 1997 e 1998 e que até 1998 auferiu mais de 1 milhão de dólares nessa conta —, se o senhor pensa que nós vamos acreditar que o senhor começou a estruturar uma ação mais endêmica e sistemática a partir de 2003, o senhor está muito enganado. Muito enganado porque essa estrutura criminosa de tratar de superfaturamento talvez não tenha sido inventada pelo senhor, mas o senhor foi peça-chave nela, peça-chave que estruturou outras formas de agir com vistas a roubar o recurso público da PETROBRAS, e criou esse *modus operandi* que o senhor chama de endêmico e institucionalizado.

Agora, o senhor se tornou gerente executivo da área de engenharia, mas não precisa bem a data, diz início de 2003, final de 2002. E nós queremos aqui investigar os Governos passados e o Governo presente, porque nós queremos saber que grupos criminosos são esses, que conexões têm com empresas dentro do País ou de fora. Muito bem colocou o Deputado Valmir: o senhor tem algum interesse de empresa internacional aqui, que o senhor está preservando do período anterior, em relação inclusive à SBM holandesa, que o senhor apresenta? Foi a primeira em que o senhor talvez tenha feito um achaque de dinheiro para favorecer os contratos da PETROBRAS.

Agora, o interessante é que o senhor se apresenta aqui como gerente. O senhor disse assim: *“Eu sou uma espécie de contador”*, até com uma ponta de orgulho — um contador! —, um contador do Renato Duque, um contador dessa estrutura criminosa toda. Mas aí, quando o senhor vai falar dos partidos políticos — e aí eu quero passar ao Deputado Otavio Leite aqui as reportagens da *Veja*, para ele se informar, ele que gosta tanto da *Veja*, das ligações perigosas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputada.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Mas eu quero dizer que o senhor cita o Vaccari e sempre com ilações, sempre ilações! Mas, se o senhor era o gerente, se o senhor se apresentou assim aqui no seu depoimento, se o senhor coordenava tudo — porque o senhor se apresentou assim, com orgulho —, como é que o senhor não sabe bem, não sabe se recebeu, se tem conta no exterior?

Então, se o senhor não sabe, o senhor não coloque aqui o nome de quem o senhor não sabe, porque o senhor será analisado pelos seus atos, pelas denúncias que está fazendo e pelas provas que tenhamos condições de auferir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Concluo dizendo isto: eu considero que o depoente não está contribuindo, na medida em que ele não firmou um termo de delação premiada ou outro instituto anterior a 2003. Alguns partidos aqui, inclusive o PSDB, que fizeram uma saudação ao depoente, estão gostando deste depoimento que não esclarece sobre o seu período de Governo. A população está vendo, está vendo que vocês querem meia CPI. É isso. Que o PSDB e alguns partidos querem meia CPI! E nós estamos buscando que o senhor faça um esquema de delação premiada para poder dizer tudo sem se prejudicar, obviamente, mas trazendo ao Brasil a verdade, e não meias-verdades, como alguns que lhe saudaram aqui e gostaram do seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O senhor pode responder.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi uma afirmação da Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu não fiz perguntas mais diretas a não ser essas que o senhor tem interesse em empresa internacional e de quando o senhor abriu a primeira conta na Suíça, porque o senhor me disse que não pode responder do período do PSDB no Governo, o que me deixou estarrecida com a sua falta de compromisso com o depoimento que o senhor está fazendo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tenho nenhuma empresa internacional, absolutamente. E nessa questão de contas no exterior há um anexo aqui que descreve todo o período, todas as contas. Já está aqui. Inclusive, eu forneci ao Ministério Público e à Polícia Federal todos os extratos de todas as



minhas contas. E essa investigação já está sendo feita. Eu já fiz e a Polícia Federal já fez.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Então, quem era o seu operador em 1997/1998? O senhor foi lá sozinho abrir uma conta na Suíça? O que o senhor influenciava dentro da empresa? O senhor não quer responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Maria do Rosário, V.Exa. já... Por favor!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que V.Exa.... Não. Eu não cortei. Eu fui benevolente com o tempo de V.Exa. V.Exa. está me agredindo dizendo isso. Eu não vou admitir, Deputada Maria do Rosário que, para defender o governo de V.Exa., me agrida. Isso eu não vou permitir. V.Exa. está dizendo que estou sendo parcial, e não estou. Não estou. Não estou sendo parcial. Eu irei cortar porque o tempo de V.Exa. já se encerrou. Não! Nós fomos aqui benevolentes e complacentes com o tempo, mas V.Exa. está exagerando. Então, eu peço que o depoente responda à Deputada Maria do Rosário para que possamos dar seguimento à lista.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Toda a minha relação bancária está detalhada em um termo, que é público.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu perguntei da conta de 1997.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Desde a minha primeira conta, está escrito aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não está, não.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tinha participação política nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa é a resposta de V.Exa.? Vamos ao próximo inscrito.

O Presidente não permitiu, Deputada? V.Exa. tem mais alguma resposta para dar à Deputada Maria do Rosário?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Não tem resposta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou lhe dar a palavra. Fique à vontade, Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, esta é uma CPI. V.Exa....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esgote todas as perguntas de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Exatamente. Não só as minhas, mas as dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Irei quebrar a regra para atender V.Exa., para V.Exa. ver que sou imparcial. Esgote tudo que V.Exa. tem vontade de falar.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente! Na minha vez, eu também vou querer.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu também vou querer. Ela falou mais do que todo mundo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, estou aqui inscrito e queria pedir a V.Exa. que me desse 1 ou 2 minutos. Só isso.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, nós estamos aqui há 5 horas esperando.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Há 25 inscritos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo inscrito. Com a palavra o Deputado Leo de Brito, do PT do Acre.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Boa tarde a todos os senhores.

Quero deixar registrado que, ao que parece e a sociedade brasileira deve estar se perguntando neste momento, parece ser proibido fazer qualquer tipo de investigação contra tucanos no Brasil. Assim foi na privataria, no processo de privatizações, no “trensão” de São Paulo, na lista de FURNAS e agora, Sr. Presidente, nesta CPI, pelo que nós estamos vendo agora. Mas isso não vai nos eximir, a Bancada do Partido dos Trabalhadores e todos aqueles que quiserem investigar, de fazer as perguntas ao Sr. Pedro Barusco.



E eu quero fazer as minhas perguntas. A primeira que eu quero fazer, Sr. Barusco, é que o senhor identifique as pessoas que o interrogaram neste processo de colaboração, o qual nós estamos verificando. O senhor foi orientado por essas pessoas a aprofundar apenas a partir de 2003? Queria que o senhor respondesse isso.

E mais ainda: queria perguntar ao senhor se o senhor topa — eu quero que o senhor diga para todos aqui — fazer uma delação premiada em relação aos fatos ocorridos antes de 2003. Queria que o senhor respondesse a esse respeito.

Faço aqui um adendo: aqui, o companheiro Valmir colocou que ele se esqueceu de citar um trecho, na parte que ele fala sobre os contratos com a SBM e a PETROBRAS. Que o senhor afirmou o seguinte: que existiam contratos de longa duração entre a SBM e a PETROBRAS; que ocupou o cargo entre 1995 e 2003, e que o pagamento de propinas teria perdurado durante esse período. V.Sa. confirma essa afirmação? Então, o senhor está confirmando categoricamente isso. Mas precisa se aprofundar, precisa se aprofundar, e é isso que eu estou pedindo neste momento.

E finalizo fazendo a seguinte indagação: o senhor se utiliza muito da palavra propina. Se a gente for pegar um conceito de propina — eu queria passar aqui para o senhor, para ver se concorda com esse conceito:

“Crime de corrupção ativa. Ato delituoso de quem, no exercício legítimo de função, ou cargo público, ou em razão dele, exige, ou aceita diretamente, ou por interposta pessoa, qualquer vantagem ou recompensa, para faltar ao cumprimento do seu dever, praticando ou se abstendo de praticar certo ato em prejuízo de terceiro.”

Têm dois elementos centrais no conceito: que seja um agente público e que haja uma troca de favores.

Eu queria fazer a seguinte pergunta, para finalizar, Sr. Presidente, por favor: o senhor acha que o Sr. Vaccari, mesmo não estando investido na condição de agente público, tenha recebido propina? Ou ele tendo ajudado, com favores, essas empresas, portanto, ele se adequa a esse conceito de propina?



Dois: o senhor considera que a arrecadação feita — e aí eu estou colocando em tese — por um tesoureiro de partido, devidamente contabilizada e com prestações de contas, representa um recebimento de propina com base nesse conceito?

Por fim, Sr. Presidente, o senhor considera lícito um tesoureiro de partido político manter contato com empresários num sistema em que a própria Lei dos Partidos Políticos nº 9.096 e a Lei nº 9.504, de 1997, estabelecem a possibilidade do financiamento privado de campanhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O senhor considera que seja lícito obter financiamento e manter esse contato com empresários por parte de um tesoureiro de partido político?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu gostaria de orientar os colegas Deputados que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ...estão se alterando com o nosso depoente. Isso configura tortura psicológica.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - É advogado dele agora?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É previsto na lei especial tortura psicológica.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - É delegado ou é advogado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dr. Barusco, o senhor tem a palavra.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Essa é uma questão jurídica, de interpretação. O que eu disse aqui, simplesmente, é o que ocorria. Eu não quero fazer ilação sobre os fatos. O fato é que a gente se reunia e acertava esses quantitativos em cima de contratos existentes. E depois disso cada um tinha a sua forma de atuar. Eu não sei a forma de atuar do Sr. João Vaccari. O nosso



envolvimento ia até o momento de se estabelecer os quantitativos relativos às comissões ou propinas. Só isso. Eu não vou fazer ilações sobre o que acontecia.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - E quanto às demais questões?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, se é lícito ou não lícito um tesoureiro de partido manter contato com empresários, eu não sei. Se for um contato para uma atividade lícita, é lícito; se for um contato para uma atividade ilícita, é ilícito. Eu não tenho opinião sobre isso.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - As demais questões relacionadas às pessoas que interrogaram foram, se foi orientado a aprofundar somente a partir de 2003, se o senhor topa fazer uma delação anterior a 2003?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, as pessoas que me interrogaram estão aqui no próprio termo. O delegado, a autoridade policial, o agente da Polícia Federal, está todo mundo relatado aqui.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Houve alguma orientação de que houvesse um aprofundamento só a partir de 2003.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não há nenhuma orientação. O que eu posso dizer é que, desse período, se pegar o que eu coloquei aqui, é praticamente tudo. Só que eu não posso aprofundar, porque eu estou, neste momento, sendo investigado exatamente nesse período.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Mas aí vai a pergunta que eu fiz a V.Sa.: o senhor topa fazer uma delação premiada anterior a 2003?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu preciso analisar esse assunto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Vai analisar?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - *A priori*, eu não sei nem responder, porque, primeiro, eu estou sendo investigado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Vai analisar?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu já confessei, falei aqui e reitero o que está escrito aqui. Então, eu tenho que esperar as investigações progredirem para tomar uma decisão. Não é o momento de eu optar por um caminho ou outro, se as investigações estão em curso.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O senhor vai devolver o...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo, o tempo de V.Exa...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, o dinheiro já... Eu vou devolver tudo, tudo, tudo, absolutamente tudo. Eu declarei todas as minhas contas no exterior, está aqui, e tudo que estiver na conta, e os extratos vão ser conferidos pelas autoridades, eu vou devolver simplesmente tudo, inclusive rendimento financeiro, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, esgotados praticamente os temas, eu queria me prender a alguns pontos cruciais.

Primeiro, quero dizer rapidamente que é possível perceber, e a perplexidade toma conta de nós, o malabarismo que os integrantes do Governo tentam colocar para dizer, ou deixar a impressão de que o depoente estaria negando, ou estaria colocando uma capa preta sobre o período anterior a 2003. Ele, todas as vezes que foi perguntado, disse: *"Não há nenhuma relação política."* A corrupção que ele assume e que ele confessa, ele disse, desde o primeiro momento, que se trata de uma relação estabelecida entre ele e o empresário. E aqui, quem não leu o termo de delação premiada dele, vê que ele não quer falar porque existe uma investigação na Holanda que trata sobre o tema, e ele tem o direito de permanecer para não se incriminar.

Agora, quando perguntado sobre relação política, todas as vezes ele disse que não aconteceu. É incrível o esforço do PT, que antes fazia questão de dizer que era diferente de todos, e agora faz questão de tentar provar que é todo mundo igual, que está todo mundo na mesma lama da PETROBRAS. E ele é muito claro ao dizer que começou a dividir propina para o partido a partir do Governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Então, esse malabarismo está absolutamente claro nas respostas dele.

Vou me cingir agora às minhas perguntas, Sr. Presidente. A primeira ainda não está esclarecida. V.Sa. afirmou que a primeira sonda não ficou pronta a tempo para o Estaleiro Atlântico Sul, e a Sete Brasil teve que adquirir uma sonda fabricada em Singapura, o que, efetivamente, teria sido feito. Sendo assim, essa concepção,



sem o conteúdo nacional, seria uma burla à legislação que nós temos? Foi assim que realmente aconteceu? Essa sonda veio de Singapura e não cumpriu os requisitos legais? Queria que V.Sa. esclarecesse.

Segundo, e aí, sim, muito importante: no seu termo de delação premiada, V.Sa. afirma que o Julio Faerman, da SBM, em 2010, deu uma quantia ao Sr. Vaccari Neto, a pedido do Sr. Renato Duque, para campanhas políticas. No termo de delação premiada, V.Sa. não explicita quais campanhas. Aqui no depoimento passou despercebido para muita gente, mas V.Sa. disse que foi para campanhas presidenciais. E quero saber se V.Sa. tem o domínio desse fato e se gostaria de reafirmar.

Por fim, também se passa aqui a impressão de que V.Sa. não teria provas da relação com o tesoureiro Vaccari Neto, porque não tem o mesmo grau de detalhamento das contas que são suas. Logicamente, V.Sa. não teria o balanço e o número das contas que foram ou não eventualmente trazidas pelo Sr. Vaccari Neto.

Agora testemunhos são provas. V.Sa. retrata de modo informal as conversas que teve com o Sr. Vaccari Neto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas aí ficam conversas, conversas... Eu deixo o resto do meu tempo à sua disposição. Transmita alguns diálogos, precisamente de quando o senhor se sentava com ele, o que o senhor dizia, o que ele respondia, e como era feito. Porque a forma como o senhor diz "*eu sentava para dividir propinas*" é compreensível, mas isso não constitui prova. Quais os diálogos, como eles eram estabelecidos? E o tempo fica para V.Exa. fazer as respostas.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Primeiro é a questão da sonda. Realmente foi fato que a primeira sonda do Estaleiro Atlântico Sul atrasou. E o Estaleiro Jurong estava fazendo uma sonda em Singapura, que seria a primeira de uma série. Ele estava fazendo por conta própria — a gente chama especulação. Quando se consolidou o atraso do Atlântico Sul, que a gente viu que era irreversível, já na Sete Brasil, eu realmente contratei essa sonda do Jurong, uma a mais. Mas a gente incluiu a cláusula de conteúdo local. Havia uma cláusula assim: as primeiras duas sondas eram 55%, depois as outras duas, 60%, e aí, 65%, para poder



aumentar gradativamente o conteúdo local. E a Jurong — tanto, que ela assinou o contrato — comprometeu-se a fazer 55% de conteúdo local naquela sonda que tinha o casco sendo construído em Singapura. Quer dizer, foi uma maneira de a gente...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - ...burlar.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Não é burlar, não. Nós entregávamos uma sonda dentro da qualificação que a PETROBRAS queria, recompondo o prazo contratual. E a primeira do Atlântico Sul virou segunda. Quer dizer, nós simplesmente resolvemos o problema do atraso e ficamos com uma sonda a mais, a Sete Brasil. Tanto que a Sete Brasil tinha, na realidade, 28 contratos de afretamento com a PETROBRAS e 29 contratos de construção de sonda com os estaleiros. A gente tinha uma sonda a mais para colocar no mercado futuramente.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A segunda pergunta.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A questão de 2010. Foi solicitado à SBM um patrocínio de campanha, só que não foi dado por eles diretamente. Eu recebi...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - ...a solicitação.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Eu recebi o dinheiro e repassei, num acerto de contas, em outro recebimento.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas esse dinheiro foi para a campanha de quem?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi para a campanha presidencial de 2010.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - De quem?(*Pausa.*)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi... José Serra e Dilma Rousseff.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas esse acerto de contas foi para ser doado a quem?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ao PT. João Vaccari Neto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa. foi esgotado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E ainda tem...

(*O microfone é desligado.*)



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Os diálogos eram reunião de trabalho, vamos dizer assim, de ajuste: *“Vai ter novos contratos, vai ter contratos antigos, isso foi recebido e não foi recebido, tem uma situação, tem um...”* Eram de discussão sobre os contratos e sobre os recebimentos. Esse era o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos dar seguimento às inscrições.

Deputado Perondi com a palavra.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O PMDB não pode avalizar o assalto feito à PETROBRAS. Não pode. Eu não posso cumprimentar o senhor. O senhor roubou, o senhor assaltou, o senhor fez parte da quadrilha que roubou a PETROBRAS e o Brasil. Mas o senhor é corajoso e agora reconheceu, quer o perdão e fez delação premiada, que tem que ser respeitada. Foi o Juiz Sérgio Moro e toda a sua equipe, com clareza, amigos do PT... Aqui tem muito valor a delação premiada feita pelo comando do extraordinário Juiz Sérgio Moro.

O Brasil foi assaltado. Em 2003 começou tudo. A Dilma era Ministra de Minas e Energia e Presidente do Conselho. Depois do mensalão, ela virou Chefe da Casa Civil e permaneceu Presidente do Conselho de Administração. E depois virou Presidente.

José Eduardo, Presidente da PETROBRAS a partir de 2003. Depois, o Presidente Gabrielli; depois, Graça Foster. Ele afirmou que o Duque e o Gabrielli, que o indicaram, inclusive, agora, para a UTC... Janot, nosso Procurador, afirmou, 15 dias atrás, que existe nesse processo a mais complexa organização criminosa para roubar todo o Brasil. Omissão, negligência, imperícia e imprudência formam um conjunto que pode levar a uma improbidade administrativa culposa. Quem está por trás disso? Quem é o chefe?

Perguntas:

O senhor confirma que foi Gabrielli e Duque que lhe indicaram, que lhe convidaram para ser gerente do serviço executivo, para a gerência de serviços? Depois o senhor responde.



Havia reserva de propina — ele disse aqui, vocês viram —, reserva de propina! E diz com tranquilidade. Ele era amigo, negociava fácil com Vaccari. Vocês têm alguma dúvida? Olha a serenidade dele, a segurança dele.

Claro, ele deve ter sofrido, chorado, mas ele era amigo do Duque. Ele, o Duque e o Vaccari trabalhavam e distribuíam o dinheiro. E o Vaccari pegava a parte dele, que era para a tesouraria do PT, para a campanha do Lula e da Dilma.

Como era a sua relação com o Vaccari?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Como é a sua relação com o Vaccari?

O Paulo Roberto Costa participou do casamento da filha da Dilma. O senhor também participou?

O senhor tem medo de se tornar um Valério, 40 anos na cadeia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - E para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir. Para concluir.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O senhor acha que se não houvesse essa roubalheira, a PETROBRAS estaria melhor? Ou pior?

Eu olho aqui para a turma do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eles querem saber por que Pedro Alves Cabral em vez de ir para a Índia veio para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Muito obrigado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O senhor perguntou se eu fui indicado gerente-executivo da Sete Brasil? Não. Gerente-executivo eu fui indicado



dentro da PETROBRAS por Renato Duque. E diretor da Sete Brasil, eu fui indicado pela PETROBRAS. Cabia à PETROBRAS, dentro do estatuto da Sete Brasil, indicar o diretor operacional. Então, eu não sei exatamente quem foi, mas foi objeto de uma decisão na diretoria executiva da PETROBRAS. E aí, a PETROBRAS institucionalmente me indicou. A minha relação com o tesoureiro do partido Vaccari foi amplamente discutida aqui. Eu me encontrava com ele periodicamente para discutir esses assuntos que foram relatados aqui. Não fui ao casamento, nem fui convidado para o casamento da filha da Presidente Dilma. Essa questão do Marcos Valério, eu acho que simplesmente eu estou enfrentando a situação da melhor maneira possível. O que eu fiz já está feito. E eu estou tentando reparar o que dá para reparar e tentando progredir. Essa questão da PETROBRAS se estaria melhor ou não estaria melhor, isso também é muito difícil, muito subjetivo. Acho que a PETROBRAS tem a questão também de gestão, que a gente se esqueceu de comentar. Então, tem essa questão da corrupção e tem a questão da gestão também. Então, se tivesse uma melhor gestão, talvez tivesse melhor. Não tendo a corrupção, também estaria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, por diversas vezes, o depoente afirmou a esta Comissão que os contratos obedeciam ao critério quanto a preços: ou a menor, 15%, ou maior, 20%.

Até aí é razoável a compreensão. Agora, é de se perguntar, e nós gostaríamos de saber, Sr. Barusco, se os inúmeros aditivos, tidos como absurdos nas obras da PETROBRAS, já eram previamente discutidos no momento em que firmavam esses contratos com essa discussão quase que geralmente a maior, 20%.

Parece que era um padrão isso aí. Porque, admitir que um contrato possa ter essa oscilação é razoável de se compreender. O que nós não podemos compreender são os inúmeros aditivos *a posteriori*.

E eu quero perguntar ao senhor. A gente ouve falar de um conjunto de pessoas que orbitavam esse sistema, muitas das quais tinham nomes, até certo ponto, engraçados. O senhor se lembra e saberia dizer a esta Comissão quem é o



personagem Marshall? Sabi? Sabi é um nome de uma pessoa do sexo feminino. Esses dois nomes lhe dizem alguma coisa, recordam-lhe alguma coisa?

É esta a minha breve intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Realmente os aditivos, os contratos da PETROBRAS apresentam muitos aditivos, mas não são frutos de discussão prévia. Os aditivos são frutos de distorções ou problemas que ocorrem ao longo da execução do contrato, como quantitativos a maior. Isso acontecia muito com quantidade de estaca. A questão do solo realmente é uma situação complexa. Você não tem uma investigação prévia muito detalhada. A quantidade de estaca é uma variável muito grande. Na REDUC isso acontecia a toda hora. Previavam-se 8 mil estacas e cravavam-se 15 mil estacas.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nesses aditivos também entrava o famoso 2%? Ou esses aditivos eram objeto de uma nova rodada de negociações?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, cada aditivo é motivo de criação de uma comissão de negociação. Passa como se fosse um novo contrato, o aditivo. Tem que ser aprovado por todas as instâncias. Tem o parecer jurídico e tal. Só que, em grande parte deles, a exemplo dos contratos, também havia um percentual de propina. O problema está sendo a propina. Essa questão dessas designações Marshall, Sabi é uma coisa que... As pessoas que mexem com essas comissões não chamam os pares dos nomes verdadeiros, põem codinomes. Então, são codinomes. O senhor quer que eu fale quem são as pessoas aqui?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A pergunta tem esse objetivo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Está bom. Sabi sou eu. Trata-se de uma antiga namorada minha que me tratava por esse nome nas anotações. Marshall é marechal em inglês. É como eu me referia ao João Ferraz pelo jeitão meio autoritário e forte dele. Eu o chamava de Marshall. Era uma forma só de designar as pessoas. Mocha é mochila. Eu chamava o João Vaccari, porque ele usava sempre uma mochila.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos dar seguimento às inscrições.

Quero pedir silêncio ao Plenário.



Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Jorge Solla. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu acho que nós estamos avançando para algumas conclusões importantes. A primeira e mais importante é que, enquanto este País não acabar com o financiamento empresarial de campanha, nós vamos, reiteradamente, ter que combater a corrupção de forma sistêmica. Isso não começou agora. Há muito tempo existe. Só vamos poder acabar quando acabar o financiamento privado de campanha. E aí não adianta ficar discutindo quem é contra e quem é a favor. A população brasileira vai ver, na hora da votação da reforma política. Quem é contra a corrupção vai votar contra o financiamento privado de campanha. E eu desafio aqui todos os Deputados e todos os partidos a votarem contra a corrupção, a votarem contra o financiamento privado de campanha. Vamos ver isso no futuro, na hora em que for para o plenário.

Outra conclusão importante que foi definida aqui, e bem estabelecida, é que a corrupção na PETROBRAS é antiga. O depoente colocou aqui, reiterou e confirmou aquilo que Paulo Francis já denunciou anteriormente. Ricardo Boechat já denunciou anteriormente. Qual é a grande diferença que o depoente mostrou e que as outras denúncias mostravam? O *modus operandi* era o mesmo. A diferença é que, e ele mesmo disse aqui, com as palavras dele: *"No começo era fácil fazer. Agora, foi pego porque a fiscalização existe. A Polícia Federal e o Ministério Público estão em cima. Antes o volume de obras e contratações era pequeno"*. Está gravado. Antes o volume de obras era pequeno. À medida que aumentou o volume de obras e contratações, aumentou a oportunidade de propina.

Agora, é inverossímil o que foi dito pelo senhor aqui de que recebeu propina no período de 1997 a 2002, quando ocupava um cargo de gerente, sem ter nenhum dirigente acima hierarquicamente que pudesse viabilizar a necessidade de a empresa pagar propina. A SBM não teria interesse com certeza de pagar propina ao senhor, se não tivessem instâncias superiores hierárquicas para decidir, porque a propina é um benefício em troca.

O que o senhor tinha em um cargo de gerente, se não tivesse outros acima com poder de decisão, que pudesse oferecer sozinho à SBM, para, como o senhor mesmo colocou na delação premiada, ficar recebendo propina da SBM de 1995,



1997 até o ano de 2000, uma iniciativa que se tornou sistemática a partir do segundo contrato, em suas palavras, firmado entre a SBM e a PETROBRAS no ano 2000?

Além disso, queria saber, sempre que o senhor se referiu ao período anterior a 2003, se não podia dizer quem eram os envolvidos, nem os dirigentes da PETROBRAS corruptos, nem os dirigentes da PETROBRAS que garantiram que o senhor recebesse propina, porque o senhor estava sob investigação nesse período... Quem está investigando? Como? Onde?

Mais uma questão importante: disse que a propina era relacionada a quem conduzia cada área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Para concluir. Era relacionada a quem conduzia cada área. O senhor, como responsável técnico, conseguia que poder para fazer com que a SBM levasse tanto tempo pagando uma propina tão elevada, sem ter tido nenhuma participação de dirigentes hierarquicamente superiores? E, nesse caso, como é que o Renato Duque, ao entrar, convida o senhor, se não soubesse que o senhor já participava desse esquema criminoso e que ele tinha interesse de mergulhar e participar desse esquema criminoso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Fora isso, para concluir, eu queria lembrar aos companheiros do PMDB que quem mais participou do Governo Federal, em todo o período em que o investigado e o depoente aqui confirmou que recebeu propina da PETROBRAS, foi o PMDB, que foi parte do Governo Federal 8 anos e mais 8 anos. Então, nesses 16 anos, Perondi, foi corrupção na PETROBRAS nos 16 anos do PMDB no Governo Federal. Eu não acredito que esteja aqui reiteradamente tentando achar propina para eleição de Michel Temer, Vice-Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o depoente.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - S.Exa. se referiu a esse período que eu estou impedido de aprofundar. Então, eu vou lhe dizer: eu estou sendo investigado pelo Ministério Público Federal e pela Justiça holandesa. Nesse tempo aqui, eu já fiz quase todas as declarações. O aprofundamento eu estou fazendo para o Ministério Público Federal.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - O senhor não respondeu por que a SBM pagava propina se o senhor era um gerente técnico. O senhor não respondeu quem era o diretor que estava hierarquicamente acima da sua área, já que, na sua afirmativa, coloca que cada propina era relacionada a uma área, e a gente sabe que nenhuma empresa vai pagar propina se não tiver um favor estabelecido. Que vantagem o senhor oferecia se era um franco atirador tão isolado assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Fica claro que o senhor não quer denunciar os dirigentes da PETROBRAS envolvidos na corrupção e na propina no período de 1997 a 2002.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Deputado, eu vou ter que novamente falar que nesse assunto eu não vou me aprofundar, porque eu estou sendo investigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - S.Exa. já concluiu as respostas ao Deputado Jorge?

Deputado Félix Mendonça, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL vai entrar com pedido de acareação entre o Sr. Julio Faerman, Vaccari e Duque com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, quem está com a palavra é o Deputado Félix Mendonça Júnior.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, eu queria fazer três perguntas ao Sr. Pedro Barusco Filho. Eu queria saber se os acionistas da Sete Brasil, ou parte deles, tais como os fundos de pensão e os grandes bancos, como BTG Pactual, tinham conhecimento das falcatruas na empresa que foi criada para administrar as sondas da PETROBRAS.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Dois. Como os estaleiros, e a gente pode citar especificamente um exemplo, o estaleiro Enseada do Paraguaçu, e os seus sócios, a OTC/Odebrecht, como eles se beneficiaram do esquema de corrupção instalado na Sete Brasil?



E, para completar, a última pergunta: o modelo de licitação adotado pela PETROBRAS, com a exclusão da Lei nº 8.666, representa uma facilidade para dirigir contrato às empresas que participaram do esquema? Ou, se a Lei nº 8.666 estivesse funcionando na PETROBRAS, isso iria dificultar esse desvio?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Bom, o interesse das empresas era ganhar os contratos. Não é verdade? Que eram contratos de grande valor. E, no caso da Enseada do Paraguaçu, através desses contratos, eles viabilizaram a construção do novo estaleiro lá na Enseada do Paraguaçu. Para todos é a mesma validade. É a atividade deles; eles tinham interesse em ganhar os contratos.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Contratos dirigidos.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Os contratos da Sete Brasil não foram dirigidos, tanto que a gente teve que fazer novos estaleiros, porque nós praticamente ocupamos toda a capacidade fabril de estaleiros no Brasil. Então, quer dizer, tivemos que até fomentar novos estaleiros. Não eram dirigidos. E a última pergunta era?(*Pausa.*) Ah, do modelo de licitação. O Decreto nº 2.745, que é decreto que a PETROBRAS segue, ele é muito parecido com o que determina a Lei nº 8.666, menos a seleção das empresas. Na Lei nº 8.666 seria um edital público e, no Decreto nº 2.745, a gente utiliza do convite. O resto é praticamente igual. Eu acredito que, se estivesse usando a Lei nº 8.666, o resultado seria igual, porque o que acontecia era o seguinte: as empresas de maior capacidade é que se adequavam a esses contratos de grande porte. Então, talvez com a Lei nº 8.666 demorasse mais, tivesse mais impugnações, mais intercursos no processo, mas o resultado ia ser praticamente o mesmo. Eu acredito nisso. Eu acho que o problema não está aí. O problema está em outro local.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Pedro, o senhor respondeu com muita convicção. Quando eu perguntei sobre os acionistas da Sete Brasil, o senhor respondeu: “Não!” Então, qual a convicção que o senhor tem que os acionistas dessa empresa, a Sete Brasil, não sabiam desse esquema que estava acontecendo? Como é que o senhor pode afirmar com tanta convicção?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Então, eu vou reformular a minha resposta: eu não tinha conhecimento de que eles sabiam. Até onde eu sei, eles não sabiam. Se sabiam, guardaram para si ou souberam de outra fonte. Eu não



informei. Em todos os contatos que tive com os acionistas, que foram poucos, nunca ninguém mencionou isso e nunca ninguém me perguntou isso. Não tenho por que dizer que alguém sabia.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Quais as pessoas que participavam da Sete Brasil no esquema?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - No recebimento de propina?

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sim. Ou recebendo, ou pagando, ou negociando. O que for.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Recebendo é o João Vaccari, eu, o Renato Duque e Roberto Gonçalves. Ah! E o João Ferraz e Eduardo Musa. Está no meu termo de delação, de acordo judicial. E os operadores também. Os operadores de cada estaleiro também estão no termo de acordo.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Carlos Andrade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Boa tarde a todos. Sr. Pedro Barusco, o senhor se aposentou da PETROBRAS em 2011. É isso? Ato contínuo, logo em seguida, o senhor tomou posse como Diretor da Sete Brasil. A empresa, acho que o senhor já como diretor, a empresa venceu uma licitação para executar 28 contratos — está no seu depoimento —, contratos de construção de sondas e perfurações para a PETROBRAS. Esses contratos... No primeiro momento, a Sete Brasil contratou a 500 mil dólares por dia de operação as primeiras sete sondas. As outras vinte e uma sondas foram contratadas por 530 mil dólares. Esses contratos totalizavam 22 bilhões de dólares...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Os contratos de construção totalizavam 22 bilhões. Os contratos de operação é um volume bem maior.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O.k. A minha pergunta é a seguinte: o senhor saiu da direção, o senhor saiu da gerência da PETROBRAS, ato contínuo assumiu a diretoria da Sete Brasil. Qual era o acordo que você tinha? Essa indicação era uma indicação política ou técnica? Qual era o acordo? Você sabe que a indicação para essas situações de empresas de propósito específico geralmente tem algo por trás. Qual era o acordo que você tinha quando foi indicado para a Sete Brasil?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não tinha acordo. Foi uma...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Você foi lá para fazer um trabalho puramente técnico?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foi, foi, foi. Eu estava envolvido no processo. Eu e o João Ferraz estávamos envolvidos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Você estava aposentado, estava fora do mercado?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não. Já dentro da PETROBRAS, eu trabalhava nesse projeto que culminou com a criação da Sete, entendeu? Foi uma sequência natural. A primeira licitação das sete sondas, que depois passaram para a Sete Brasil, foi conduzida pela própria PETROBRAS, por mim, quer dizer, pela minha equipe, quando eu estava na PETROBRAS. Quer dizer, foi uma passagem. Eu já estava envolvido no projeto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Soa muito estranho só essa indicação, só porque você estava envolvido no projeto. Você sabe que essas indicações... Elas trazem indicações políticas e você afirmou categoricamente *“É porque eu já estava envolvido no processo, ou porque houve uma indicação completamente técnica”*. Não é assim que acontece nesse mundo, não é dessa forma. Ela traz, geralmente, por trás de tudo isso, uma indicação política, até para fazer parte de uma diretoria. Por isso, a nossa pergunta está...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu entendo. Mas para mim, se houvesse essa indicação, eu falaria. Assim, eu já falei coisas bem piores, na verdade, confessei coisas bem mais difíceis. Eu não vou assim criar uma indicação política, porque não teve, eu não tenho, eu não sei. Eu estou te dizendo que cabia à PETROBRAS indicar.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Você desconhece?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu desconheço. Cabia à PETROBRAS indicar o presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Carlos.



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - ...e o diretor de operações. E a PETROBRAS indicou o João Ferraz, Presidente, e eu, Diretor de Operações. Isso foi discutido no âmbito da Diretoria Executiva da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor, em tantos anos participando de atos ilícitos, conforme as suas afirmações aí, na empresa, o senhor tinha conhecimento de quem comandava o esquema na PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não havia um comandante de esquema, havia vários participantes, como foi relatado aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor chegou lá e disse: *“Eu quero participar do esquema da PETROBRAS e tal...”*. E se apresentou?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, isso não existia. Eu falei, eu cheguei, fui colocado, fui convidado pelo Dr. Duque, e comecei a trabalhar e tal, e essas atividades foram aparecendo. E é uma coisa muito, não é uma coisa que aparece do dia para a noite. Primeiro, o operador, depois... Isso foi num crescente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Então, o senhor não se apresentou, o senhor não foi buscado por alguém para fazer parte. As coisas foram acontecendo naturalmente?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Foram, numa sequência.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - É como o senhor fala *“Já estava sistematizado dentro da PETROBRAS esse esquema”*.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, isso aí já é mais no final, já é mais para 2007, 2008. Aí, realmente, já tinha um contrato, já tinha tudo mais ou menos estabelecido. Nessa fase de 2003 e 2004, não; era bem mais raro e foi...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor há de convir que soa estranho. Fica assim, aparece do nada. Aí, digo: não, eu chego aqui, eu quero fazer parte desse processo. Não tem uma conexão.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É, mas não foi assim que aconteceu. Infelizmente,...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Muito obrigado, Sr. Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Andrade.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Presidente Hugo, aqui é o Hauly.

É por isso que milhões de trabalhadores, acionistas da PETROBRAS levaram o maior prejuízo da história deste País. Eu também sou acionista. Só registrando o prejuízo ao trabalhador brasileiro que foi induzido a comprar ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Marco Feliciano, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor delator, Sr. Pedro Barusco, embora já aqui há quase 6 horas, o escopo de perguntas já foi quase esvaziado, mas eu queria aqui ainda fazer algumas perguntas ao nosso delator para que ele possa só confirmar.

Como era feito o pagamento da propina ou daquele recurso ilegal ao senhor? Isso era feito em espécie, era feito em depósito no exterior, como agora está sendo devolvido ou era feito de forma legal? E eu queria estender essa pergunta também, mesmo o senhor já tendo respondido, ao Sr. Vaccari: como eram repassados esses recursos?

A segunda pergunta que eu queria que o senhor anotasse aí é que, quando se iniciou o pagamento desses recursos ilegais, havia parâmetros de valor? Isso ia crescendo com o decorrer dos negócios?

Terceira pergunta. Havia ajuste prévio de quem participaria do rateio dessa propina ou era aleatório? Qual o nome do principal agenciador dentro da PETROBRAS. Ou seja, qual era o nome mais forte, quem foi que o aliciou nesse caso? Quem mantinha contato com o Sr. Nestor Cerveró?

Pergunta penúltima: a Sra. Graça Foster participava dessas negociatas?

E a última pergunta que eu faço aqui é: de todo o dinheiro que o senhor movimentou no exterior, quem foi o seu operador? O senhor conhecia algum outro operador além do Sr. Alberto Youssef, operador que tenha condições de fazer a movimentação de uma monta tão grande quanto essa que lhe foi apresentada?

Essas são as perguntas.

Enquanto o senhor pensa nas respostas, eu queria aqui apenas ponderar que hoje não é apenas a PETROBRAS que sangra; sangra também o nosso País. Poucos dias atrás soubermos da morte de um caminhoneiro. Alguém pode dizer que



não tem nada a ver um caso com outro, mas se lincam, sim, por causa do aumento do combustível, por um preço que paga o brasileiro por causa de tudo aquilo que aconteceu com todo esse processo de corrupção.

Eu faço minhas as palavras do Deputado Darcísio Perondi, nosso companheiro, porque eu não posso lhe cumprimentar aqui como se o senhor fosse, no caso, um herói — herói é o que senhor não é. Todo perdão, todo arrependimento é bem visto, e eu, como Parlamentar e pastor, entendo disso. Lembro-me do ladrão que estava ao lado de Cristo na cruz. Ele pediu perdão, arrependeu-se. O arrependimento dele livrou sua alma do inferno, mas não livrou seu corpo da cruz e da morte.

Que o senhor possa responder a essas perguntas, se for possível. Deixo aqui essas minhas palavras como consideração final.

Obrigado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Quem remetia o dinheiro para o exterior eram os operadores, que, no fundo, são representantes das empresas.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - O senhor tem os nomes deles?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Tenho. Está na minha delação. Tem lá o nome de cada operador e as empresas em que eles operavam. Está aqui na delação.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - De cor o senhor não consegue recitar pelo menos uns dois ou três?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Consigo: na Keppel Fels, o Zwi Skornicki; na Mendes Júnior, na Carioca, na OAS, Bueno, o Mário Góes; na SBM, o Julio Faerman. É uma lista longa, mas está no meu depoimento.

Então, essas as pessoas que faziam os depósitos. É o que eu disse. Eu recebi muito pouco aqui em espécie. Só recebia de duas formas: em espécie e no exterior. Sendo lícito ou não lícito, recebia no exterior. A maior parte era referente a propinas.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Tendo o senhor citado o Sr. Vaccari, o senhor acredita que ele recebia da mesma forma que o senhor?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso é o que eu vou enfatizar aqui. Com o Vaccari a relação ia até o estabelecimento dos quantitativos. Como o Vaccari fazia — se recebia com doação oficial, se recebia lá fora, se recebia em espécie — eu não sei. Eu não tenho essa informação, e ele não comentava isso.

O quantitativo sempre foi, assim, nos contratos em que eu participei, entre 1% e 2%. Às vezes, menos de 1%. Mas é muito raro. Na maioria, o quantitativo era entre 1% e 2%. E o aumento do volume de comissões e propinas se deve ao aumento da atividade. Quer dizer, a PETROBRAS aumentou muito o investimento. Obviamente, aumentou muito o número de contratos, e assim foi num crescente.

Havia, sim, um ajuste prévio de rateio, que é o que eu falei. Quando eram contratos que eram integralmente — tanto a execução quanto o objeto — relativos à diretoria de serviços, era 1% para o partido e 1% para a casa — e a casa era Renato Duque e eu — e eventualmente, raramente, uma outra pessoa. E, quando eram contratos da área de Abastecimento, a informação que eu tenho é de que eram também 2% — 1% ia para o diretor Paulo Roberto, que tinha também a forma de operar própria, e outro 1% ia metade para o PT, operacionalizado pelo João Vaccari, e metade para a casa.

Não existe um nome mais forte. Existiam vários operadores ligados às empresas. Está tudo relatado aqui. Eu não tenho como apontar que essa pessoa é forte; ou que aquela pessoa é forte. Não havia como.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Dentro da PETROBRAS não havia um nome forte?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Quem marcava as reuniões?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Quais reuniões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Marco Feliciano, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - As reuniões que eram feitas. Desculpe, Sr. Presidente. É só para as considerações finais.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - As do Vaccari, do Renato Duque e eu?

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Exato.



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A gente... Na reunião que a gente tinha, a gente mais ou menos marcava: daqui a duas semanas, novamente; ou daqui a três semanas. E, assim, na véspera, a gente confirmava e tinha a reunião.

Olha, sobre a questão com o diretor Nestor Cerveró, eu tive, assim, algumas tentativas de trabalhar para a área internacional, mas, infelizmente, eu não lembro de nenhum contrato que a gente tenha feito, atendendo a pedido da área internacional. Então, eu não tive a oportunidade de trabalhar com o diretor Nestor Cerveró, assim, mais proximamente. Então, eu não sei responder a essa pergunta em relação ao diretor Nestor Cerveró. A diretora Graça não participava desse tipo de atividade. Que eu saiba, ela nunca participou.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - O senhor acredita que ela tinha conhecimento?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso aí é ilação minha. É o que eu falei no meu depoimento: se ela sabia, ela guardou para si, porque ela nunca externou, tá? Operadores no exterior?! Não tinha operador no exterior. O que tem são os agentes bancários, que abrem as contas, dão suporte, dão informações sobre os depósitos, quando caiu, quando não caiu. Então, nessa ponta das quantias que eu recebia, eu tinha os meus agentes bancários que cuidavam das contas de cada um dos bancos.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Certo.

Encerrando, Sr. Presidente, então os doleiros, no patamar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa. já foi esgotado há algum tempo. Já fomos complacentes.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Mas tem uma réplica. Ele está respondendo e eu quero entender a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu queria que V.Exa. concluísse, que daí nós passaremos ao próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, V.Exa. deu tanta colher de chá aqui para o PT e outros partidos! Estou aqui há seis horas e estou só com três minutos e meio. Já vou concluir; é a última pergunta.

Eu queria saber se — perdi até o nome dele agora — o Sr. Barusco conhecia algum doleiro do mesmo naipe do Sr. Alberto Youssef.



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, eu não tinha relação com o doleiro porque os pagamentos eram providos pelos representantes, e os agentes bancários só me informavam. Eu nunca tive transação com doleiro, nunca mexi com isso.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - O.k. Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado João Gualberto. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqui estão percebendo que o PT não tem o menor interesse em apurar essa corrupção na PETROBRAS. Sempre ele quer atrapalhar; porque, se quisesse, teria feito isso em 2003. Mas em 2003 o Presidente Lula, com sua bancada, estava preocupado em criar o mensalão e o petrolão, e por isso não quiseram apurar nada; e eles tinham a certeza também de que não tinha nada.

Só um Deputado do PT aqui, que falou sobre financiamento público de campanha, é que desafia os Deputados de oposição a votarem a favor. Eu queria esclarecer e perguntar a ele — se ele quiser dizer, para a consciência dele — se o valor gasto na campanha dele agora, realmente, o declarado, foi o que de verdade ele gastou. Porque todo mundo sabe que o PT usa muito o caixa dois para fazer financiamento de campanha. Isso todo mundo fala, e está lá no mensalão. Isso está no mensalão falando exatamente quanto gastou o PT em caixa dois. E, agora, no petrolão também.

Mas a minha pergunta para o Sr. Pedro Barusco é a seguinte: na discussão do senhor naquela roda, naquela quadrilha que fazia parte, que comandava o Vaccari, do PT, em que o senhor brigou para ter mais 0,1% sobre o roubo, ele por acaso argumentava, já que ele era mais guloso, que aquele dinheiro era porque tinha que dividir com várias outras pessoas? Por acaso ele comentou isso, que necessitava de mais roubo porque tinha muitos a dividir?

A segunda pergunta é sobre esse valor que roubaram na PETROBRAS, que ninguém sabe se é de 2% ou 20%. Porque o senhor falou que, muitas vezes, o cartel deixava que se elevasse o preço até 20% do valor que vocês achavam razoável, não é? Então, a gente não sabe se são 2% ou 20%. O que foi pior para a



PETROBRAS: foi esse roubo ou foi a má gestão dos três últimos presidentes da PETROBRAS?

A terceira pergunta é a seguinte. A sua indicação... O senhor repetiu aqui várias vezes que a sua indicação para a Sete Brasil foi feita pela PETROBRAS. Será que existe uma ata da reunião onde o presidente indica o senhor? Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento dessa ata.

E, por último, todos aqui perceberam que o senhor é uma pessoa inteligente, embora, infelizmente para o mal. Começou carreira na PETROBRAS, e cresceu. O senhor é muito inteligente e muito ambicioso. O senhor está devolvendo em torno de 90 milhões de dólares. Será que, se esse dinheiro fosse só seu, o senhor estaria devolvendo mesmo, visto que o senhor já mostrou que é um homem ambicioso? Será que esse dinheiro não é mais de alguém, e por isso o senhor está fazendo esse gesto de devolver esse dinheiro para o povo pobre brasileiro?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A questão da divisão com Vaccari foi uma reunião de... Ele colocou dois terços, um terço. Isso foi... Por isso é que demorou para aceitar, porque normalmente era a metade, não é? Eram 50% do partido e 50% para os representantes da casa. E, nesse caso da Sete Brasil, foi de dois terço para o partido e um terço para a casa. Só que não comentou. Falou que precisava e... O Vaccari não comentava esse tipo de coisa.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Mas o senhor não imaginava que ele, para convencer vocês de que precisava de mais recurso, mais roubo... Ele, por acaso, não falava?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Que precisava de mais recurso. Mas não entrava em detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O pessoal do PT, Sr. Presidente, usou muito esse tempo como réplica, tréplica. Então eu acho que tenho esse direito.

Ele não comentava que. O senhor achava que aquele dinheiro era somente para ele mesmo? O senhor achava isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, eu não achava. Eu achava que ele gerenciava aquele dinheiro.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Para o PT?



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ué? Ele é que representava o partido.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu acho que as duas coisas são ruins para a PETROBRAS: propina e má gestão, não é? Eu não sei qual é a pior, mas as duas são ruins.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - A má gestão do PT na PETROBRAS foi muito ruim, e a corrupção também.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não estou dizendo que a gestão do PT na PETROBRAS foi ruim ou que teve má gestão. Eu estou dizendo que a má gestão e a propina são duas coisas ruins.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - No caso da PETROBRAS, no caso da PETROBRAS.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, se a gente levar em consideração que, em 2009, a PETROBRAS estava valendo na Bolsa quase... E eu me lembro disso porque a própria OGX também estava valendo 39 bilhões de dólares. Se levassem em consideração as cotações das ações na Bolsa, a PETROBRAS estava valendo quase 300 bilhões.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Então não foi só o roubo; foi a má gestão também.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas naquele momento era gestão do PT. Quer dizer, é difícil. Eu estou dizendo má gestão, mas eu não quero fazer julgamento, sobre se a gestão do PT foi boa ou se foi ruim. Isso não cabe a mim. Estou dizendo que a má gestão e a corrupção são ambas negativas. Olha, quanto a essa questão da indicação da Sete Brasil, V.Exa. achou a chave do problema. Tem que solicitar à PETROBRAS a ata dessa reunião em que me nomeou. Aí está esclarecido.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, solicito, por favor, que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. encaminha à Comissão o que deseja, e, aí, aprovado o requerimento aqui pela maioria, solicitaremos a cópia da ata, o documento que V.Exa. solicita.



O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Essa quantia que eu estou devolvendo, repatriando, inclusive trabalhando pelo repatriamento, é minha.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não é de ninguém? Só do senhor?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É, porque, apesar de ao longo desses anos receber em nome meu e do diretor Duque, depois eu fui repassando. E, depois, quando eu saí da PETROBRAS, o que havia para receber foi encaminhado para o diretor Duque. Aí houve um acerto de contas. Então, o que tinha lá fora, o que acumulou lá fora era realmente tudo meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo inscrito, Deputado Vitor Lippi.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - V.Exa. pode ver qual é a minha inscrição, Deputado Hugo Motta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos no 31º, e V.Exa. é o 35º.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos dando a palavra a quem ainda não teve a oportunidade de falar. Depois, voltaremos para o início da lista, para falar quem já falou.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Na reinscrição, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na reinscrição.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - V.Exa. pode me inscrever? Alfredo Kafer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós não estamos mais inscrevendo, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, só para esclarecer: tem reinscrição ou inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não é reinscrição. Foram Deputados que chegaram aqui no início da reunião e que falaram como autores ou como Líderes. Nós estamos pulando esses Deputados agora para dar a oportunidade para quem não falou de falar. E esses Deputados continuam inscritos e desejando falar, como os Deputados Afonso Florence, Onyx Lorenzoni e diversos



outros Deputados que aqui estão. Ao Deputado Altineu Côrtes e os que desejarem falar novamente, como estão inscritos, nós garantiremos o direito da palavra.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ótimo! Está bom, esclareceu.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Sr. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentá-lo porque V.Exa. é tão jovem e está conduzindo com tanto brilhantismo este trabalho tão importante para o Brasil.

Quero também aqui reafirmar — e estou aqui desde o começo também, há mais de 6 horas, prestando muito atenção — que eu acho que o Brasil inteiro tem uma grande preocupação, porque o País está indignado com tantas notícias difíceis, não é? Essa crise que nós vivemos passa muito pela credibilidade, pela confiança. E ficou aqui muito claro, e eu gostaria aqui de reiterar, a coragem do Sr. Pedro Barusco, ao fazer uma série de denúncias em que ele deixou muito claro que ele atuava na PETROBRAS, individualmente, e que, a partir de 2004, de uma forma organizada, aí já pactuava com outras pessoas num esquema, numa atuação conjunta, numa organização, num crime organizado, com a finalidade de ter propina, ou seja, dinheiro ilícito.

Muito bem. Comentou ele também que isso era feito na atividade que ele desenvolvia, na diretoria que ele desenvolvia. Ele fez um cálculo: o que ele recebeu era proporcional ao dinheiro que o PT recebia. E que isso deveria ser algo em torno de 200 milhões de dólares. Naturalmente, ele fez parte apenas de uma diretoria. Mas em outras atividades... Porque já chegou ao nosso conhecimento também que essa organização criminosa, ou esse *modus operandi* ou essa forma de pactuar os valores, a propina, de uma forma já pactuada anteriormente em cada contrato, aconteceu em outras áreas da PETROBRAS e em outras empresas. Isso nos leva a crer — e eu gostaria, depois, de ouvir a confirmação do Sr. Pedro Barusco — que isso realmente deve levar a cifras bilionárias, bilhões de dólares, naturalmente pelos valores dos contratos das outras áreas e das outras empresas.

Essa é uma primeira pergunta.

A segunda questão é a questão do próprio Sr. Vaccari Neto, lembrando que ele é o tesoureiro do PT, arrecadador do PT para as campanhas. É um homem de confiança do Presidente Lula, um homem de confiança da Presidente Dilma, uma pessoa fundamental na articulação do PT. E tem sido reconhecido como uma das



peessoas importantes do partido. Ele é reverenciado durante os encontros do PT como uma pessoa exemplar, uma pessoa importante do PT. E, agora, absolutamente desmascarado! Quer dizer, eu acho que nenhum brasileiro possa acreditar nisto, que ele não está envolvido nesse gravíssimo caso de corrupção. Porque está aqui o Sr. Barusco com muita coragem, que vem aqui e traz essa verdade que é importante para o Brasil. E gostaria de dizer, até diante dessa coragem que o senhor está tendo diante da Nação brasileira: o senhor não tem medo de terminar como o Celso Daniel?

Obrigado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Medo eu tenho, né? Todo mundo tem medo. É uma situação em que eu me coloquei, Mas tenho que enfrentar — não tem jeito.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - O senhor acredita que essa cifra de 200 milhões, que era um cálculo proporcional ao que o senhor recebeu, naturalmente se isso acontecia nas outras diretorias, em outras atividades onde o PT atuava também, pode chegar a uma cifra de bilhões de dólares?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olhe, eu não sei responder. Inclusive, gostaria de ressaltar que no meu depoimento está escrito que é essa uma estimativa, não é uma afirmação de que recebeu isso ou não recebeu aquilo. É uma estimativa.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Mas tudo leva a quê?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não posso responder pelas outras áreas, não é? Eu relatei o que acontecia na minha área.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Quer dizer, 200 milhões era só na área em que o senhor era responsável.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Naturalmente, em todas as outras áreas essa cifra certamente seria de...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não sei. Não posso falar isso.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Perfeito! Mas é natural que a gente chegue a esta conclusão.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo inscrito.

Deputado Jorge Boeira.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu fico impressionado com o depoimento do Sr. Pedro Barusco, a facilidade com que ele fala de propina, como isso fosse algo natural do seu caráter. E ele fala que a sua vida, que a sua carreira dentro da PETROBRAS foi construída na lógica da meritocracia. E parece que o seu grande conhecimento e a sua grande *expertise*, de fato, é fazer negócios escusos com o dinheiro do Estado. A sua *expertise* de fato o levou à gerência executiva pelo Sr. Renato Duque, porque era preciso um operador de uma propina extremamente vultosa. É difícil também fazer uma análise de que dessa propina, em sendo de 2%, 1% ficaria para o Partido dos Trabalhadores e o outro 1% somente para o senhor e o Sr. Renato Duque. Eu não consigo acreditar que não tenha pessoas a mais por trás desse processo recebendo esses recursos, até porque custo a acreditar que o Ministério Público acredite nisso, que a Polícia Federal acredite nisso. Acho que o senhor está indo ao limite do que o senhor pode falar aqui dentro desta Comissão, até porque o senhor está sob investigação.

Então, eu não tenho admiração nenhuma pelo senhor. Pelo contrário. Pessoas que roubam o sonho dos brasileiros, que roubam recursos da PETROBRAS, que foi construída com recursos do Tesouro Nacional, e, portanto, com recursos da sociedade... O que o senhor faz é roubar o sonho de muitas crianças de terem uma boa educação, de terem uma boa saúde, ou até de o jovem ir para a universidade. Portanto, nada mais justo que o senhor, além de devolver os recursos, seja duramente penalizado por conta daquilo que o senhor fez. E que não sirva de exemplo para mais ninguém neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Alguma resposta? Alguma consideração?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Próximo inscrito, Deputado Osmar Serraglio. *(Pausa.)*

Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, obrigado.



Bem, primeiro queria observar que a decisão política de vender ações da PETROBRAS nas bolsas de valores, especialmente a de Nova Iorque, entre outras, isto tem que ser vinculado a esse processo de espoliação do patrimônio nacional, dos recursos nacionais, porque exatamente aí é que há uma marca. Eu não sei, com toda a sinceridade e respeito que merece qualquer ser humano, aí a pergunta, se foi o Sr. Barusco que iniciou — eu tenho certeza de que não foi — esse esquema de propinas no Estado brasileiro; uma cultura patrimonialista que efetivamente faz parte da nossa formação socioeconômica.

Agora, eu tenho certeza de que colocar as ações de recursos estratégicos no processo especulativo no momento em que o mundo se caracteriza como uma verdadeira espiral especulativa, um verdadeiro cassino — e o Brasil virou um quintal do imperialismo, do capital financeiro, como aqui já foi mostrado... Eu creio que isso tem que ser vinculado ao problema atual. Da mesma forma, esse processo gerou ganhos especulativos, e gera perdas especulativas. Eu sou um otimista de que é possível salvar e fortalecer a PETROBRAS. Mas o caminho não pode ser este, de tornar os recursos meras fontes de mercadoria.

Uma outra questão vinculada a esse período, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi essa flexibilização, que se tornou possível por conta da participação privada na PETROBRAS de forma mais intensa, de modo a flexibilizar as formas de contratação. Não há como levar a sério essa história de que os preços eram justos, se nós estamos conscientes, por todas as fontes de investigados e não investigados, de que a ação que aqui está sendo investigada é uma ação comandada por agentes políticos, de partidos, mandatários, de governos, mas também por agentes políticos, econômicos e financeiros. Há muitas grandes empresas envolvidas nesse processo.

Então, não há como dizer quinze para baixo ou vinte para cima, se não há uma licitação. Num mundo oligopolizado já seria difícil garantir licitude plena. No entanto, quando se escolhe as empresas que vão participar, e quando elas atuam em forma de cartel, só há um caminho: essa sangria nas nossas riquezas. Então, essa é uma observação de que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Para concluir. Permita-me, apenas para concluir, Sr. Presidente, dizer assim, que eu queria respostas, se possível: como sumiram as contas K e T. Foi por alguma desavença com o Duque?

E quero anunciar que talvez — espero que se aprove aqui — nós necessitemos, pelas respostas que eu tenho ouvido, de pelo menos três acareações, com o Vaccari, com o Renato Duque e com o Sr. Julio Faerman, por conta do início histórico, digamos, desse processo oficial e assumido de recebimento de propina sistêmica e não sistêmica. É bom investigar.

Obrigado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu entendi que tem uma pergunta: a questão das contas K e T. Eu recebia em nome do diretor Renato Duque. Porque estava ficando um volume muito grande, uma contabilidade muito desfavorável; ou seja, eu estava pegando muitos recursos que eram da diretoria de Renato Duque. A utilização dessas contas K e T foi uma forma de o diretor Duque receber também, ter uma forma de receber. E o que aconteceu? Nós começamos a utilizar essas contas K e T, que foram oferecidas por um operador bancário chamado Roberto — eu não consigo lembrar o sobrenome dele. E foram depositadas nessas contas 6 milhões. Está no meu depoimento. Só que eu não conseguia ter a informação correta sobre o andamento das contas com esse Roberto. E eu comentei com o diretor. Eu falei: *“Olha, não consigo controlar isso porque ele não me dá informação”*. E combinei de passar essas contas para o diretor Duque. E, agora, mais ao final, em 2013, o diretor Duque me falou que esse Roberto teria sumido ou que não teria repassado esses recursos para ele.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Poderia dizer qual é o valor que desapareceu assim?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, nessas contas K e T apareceram depósitos de vários operadores. Até onde eu sei — é uma informação que não é muito precisa — foram em torno de 6 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O último Deputado inscrito, que ainda não falou, é o Deputado Pauderney Avelino.

Antes de passar a palavra a S.Exa., eu gostaria de esclarecer aqui aos Deputados que já falaram ou que estão inscritos que nós iremos dar a palavra pela



ordem: Deputado Altineu Côrtes, Deputado Afonso Florence, Deputado Celso Pansera, Deputado Onyx Lorenzoni e a Deputada Eliziane Gama. Nós seguiremos esta ordem, após o Deputado Pauderney Avelino usar a palavra. E a nossa ordem de inscrição será esta, não havendo mais novas inscrições. Então, temos seis Deputados a falar.

O Deputado Osmar Serraglio está aqui inscrito. Darei a palavra a S.Exa. em seguida ao Deputado Pauderney.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado, e que o meu tempo passe a contar a partir de agora. Sr. Presidente.

No final do ano passado, numa acareação entre Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró, o Sr. Paulo Roberto Costa, ou o Nestor Cerveró, teria dito que o advogado dele era pago pela PETROBRAS através do fundo. Eu queria saber do Sr. Pedro Barusco quem é que está pagando a sua advogada.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sou eu.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O senhor tem fundos para isso? Tem recursos, afora esses que foram de propina da PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu estou pagando com os meus recursos à minha advogada.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

No ano de 2003 foi licitado o gasoduto Coari-Manaus, uma obra que inicialmente sairia por 500 milhões de reais. No final das contas, essa obra custou 9 vezes mais do que o preço inicial, saindo em torno de 4,5 bilhões de reais. Obras na PETROBRAS têm esta característica: iniciam-se com um preço e terminam com outros valores que são extremamente elevados. Como é que isso se dá, já que V.Sa. falou, no início da sua fala, que o próprio TCU tem dificuldades, ou é rigoroso, para controlar? E eu sei, por informações de auditores do TCU, que eles têm dificuldades para auditar essas contas dessas obras. Como é que isso se dá?

Outra coisa. Quanto ao Sr. Julio Faerman, como operador, o senhor diz: "(...) *o qual utilizava diversas contas e está verificando quais para detalhar, mas as mais utilizadas e que têm registro era a CARTMEL WORLDWIDE S.A. (pertencente a LUIZ EDUARDO BARBOSA, sócio de JULIO FAERMAN; QUE RENATO DE SOUZA DUQUE solicitou ao Presidente da SBM, JULIO FAERMAN, a quantia de US\$ 300*



mil dólares, a título de reforço de campanha, durante a eleição de 2010, provavelmente atendendo pedido de JOÃO VACCARI NETO, o que foi contabilizado pelo declarante à época como pagamento destinado ao Partido dos Trabalhadores — PT”.

Esse dinheiro foi diretamente para a campanha do PT em 2010?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tenho essa informação porque, como falei, o destino que o Sr. Vaccari dava ao dinheiro, ele não comentava comigo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer: vamos deixar dessa falácia de que o Governo do PT está apurando roubalheira na PETROBRAS, em outras estatais ou no próprio Governo. Vamos parar com isso! Quem está apurando essas roubalheiras é a Justiça Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Vamos acabar com esse papo furado de que o Governo manda apurar! Vamos acabar com essa história, porque é a Justiça Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal que estão desbaratando essa enorme quadrilha e complexa quadrilha, no dizer do Procurador-Geral da República, que se instalou na PETROBRAS, que se instalou em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Osmar Serraglio chegou a tempo ainda das inscrições. Os Deputados ainda não haviam falado, e V.Exa. está devidamente inscrito. Portanto, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Sr. Presidente, quero agradecer a deferência e pedir escusas, pois eu estava participando da eleição da Mesa na CCJ.

Quero dizer que, evidentemente, venho decepcionado a esta CPI porque imaginávamos que, pedagogicamente, o que ocorreu na CPI do Mensalão serviria como um rumo, uma bússola para que este País se organizasse, tivesse vergonha e não reincidisse nesse tipo de desrespeito à coisa pública. Há um escritor, filósofo e matemático alemão, Georg Lichtenberg, que diz: *“Quando os que comandam perdem a vergonha, os que obedecem perdem o respeito”*. E é ao que estamos assistindo neste País. Parece que nós falamos em bilhões de reais com uma tranquilidade... Defende-se, ainda, aquilo que está tão evidente e escancarado. Isso



até lembra de novo uma menção que fiz a Cícero, nas *Catilinárias*: “*Quos que tandem abutere, Catilina, patientia nostra?*”. Até quando vão abusar da nossa paciência? Até quando o povo brasileiro vai tolerar que se fale, como aqui se diz, em desvios de milhões e milhões de reais que fazem falta? E, depois, vai-se pedir ao caminhoneiro para que reponha, porque não se dá a redução que ele pede no óleo *diesel*, uma migalha diante do tanto que se subtrai!?

Mas eu queria alguma explicação meio rápida, até porque o tempo é muito curto e já se foi 1 minuto, sobre se V.Sa. está devolvendo 97 ou 100 milhões de dólares. Porque está no seu depoimento 97 milhões de dólares. Ele está conferindo lá, mas eu tenho o depoimento aqui. Portanto, foram 100 milhões de dólares, confessados — é o que está na sua delação. E se V.Sa. tinha, em relação a isso — percebo que o PT tinha dois terços —, assim como o Duque, um terço. Portanto, estamos falando que só nesse esquema o Vaccari levou 300 milhões de dólares. V.Sa. confirma isso? Pelos seus cálculos, um terço do grupo Barusco e Duque; e dois terços. Seria três vezes isso.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, a divisão não era um terço e dois terços; era metade e metade.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - No seu depoimento também está isso. Perdoe-me. Depois o senhor vai ler. O senhor disse que era um terço e dois terços. Dois terços para o PT.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Deixe-me só explicar. No caso da Sete Brasil, exatamente isso: dois terços, um terço. Nos contratos da PETROBRAS, não. Nos contratos da PETROBRAS era meio a meio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - No caso da Sete Brasil, que é um contrato de 22 bilhões de dólares, então, quando nós falamos em 1%, nós estamos falando em 200 milhões de dólares. E quando nós falamos em dois terços, então nós estamos falando que, desse montante de 200, são 140 milhões de dólares — só dos contratos da Sete — que foram para o PT.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, não foram, porque isso não aconteceu.



O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Mas uma parte aconteceu. Os estaleiros pagaram. Tanto é que de novo: V.Sa. diz que não sabe para onde foram os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Osmar, para concluir.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Foram pagos 3, 4 ou 5 meses.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Tá. V.Sa. não identifica recursos do Vaccari. Só que V.Sa. confessa que ele recebeu do Keppel 4 milhões de dólares. Dólares! E dólares que não foram depositados em contas no exterior.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É o que eu disse: a informação que eu tenho. Porque o Vaccari tinha que receber até 4,5 milhões do Keppel, e, depois, o Keppel passaria a pagar a parte do Renato Duque.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Mas onde foram depositados esses quatro milhões e meio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Osmar.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu não tenho essa informação, não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Mas V.Sa. reconheceu que ele recebeu quatro milhões e meio de dólares, numa contabilidade que realizou logo que fez.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Sim, mas eu não gerenciava as contas dele, e não sei qual o destino que ele dava ao dinheiro.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - E como V.Sa. identificou que ele recebeu esse valor?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Porque, na combinação, a Keppel passaria a pagar ao Renato Duque e a mim, após o Vaccari ter recebido uma certa quantia. Então ele recebeu, e, aí, nós começamos a receber. E, se nós começamos a receber, é porque ele já tinha recebido previamente.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Só para concluir, Sr. Presidente. Quem informou a V.Sa. que os 4 milhões de dólares foram recebidos?



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Ou então é uma suposição, Sr. Pedro Barusco, de que ele recebeu. É uma dedução?

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Quem informou a V.Sa. que ele recebeu quatro milhões e meio de dólares?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O operador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Osmar, eu peço a V.Exa. que conclua.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - O operador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, V.Exa. tem até 3 minutos.

Nós seremos bastante rígidos diante do adiantado da hora. São 16h08min neste momento, e desde as 9h30min estamos nesta reunião. Então, seremos bastante rígidos com relação, agora, ao tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu, na minha primeira intervenção, fui bastante contundente. Mas de nenhuma forma eu quis desrespeitar aqui o depoente.

Ocorre que, além dos bilhões de reais que a gente ouve aqui, com facilidade, de desvio de recurso público, eu vivencio, na minha cidade de Itaboraí, São Gonçalo, o que já foi dito aqui por alguns companheiros, que é o que saiu no jornal *Extra*, de ontem: oito mil pessoas longe de casa, sem emprego, crianças, mulheres que, como já foi dito aqui, perderam um sonho, fruto da corrupção que está acontecendo na PETROBRAS. E não é só na COMPERJ, em Itaboraí; é em todo o Brasil.

Então isso me deixa realmente muito revoltado, e por isso, talvez, eu tenha ido, de certa forma, além da conta na minha primeira intervenção. Peço até desculpas aos meus pares aqui.

Mas, Sr. Pedro Barusco, o senhor está aqui para esclarecer as questões. Na realidade, o senhor respondeu a muitas perguntas, e isso o que eu vou lhe perguntar são questões técnicas que considero muito importantes.

O senhor está dizendo aqui, em relação aos recursos que o senhor vai devolver... Essas questões são, até dentro do todo, questões menores. Todo contrato aditivo tem um parecer jurídico na PETROBRAS. Alguém assinou esse



parecer. Não é isso? Quem aceitava esses aditivos? O que eu gostaria que o senhor explicasse para a gente é o seguinte: como funcionava, quem assinava? Porque o senhor comandou, junto com o Dr. Renato Duque, toda essa questão. Mas, abaixo de vocês, além do Jurídico, tinha um engenheiro que assinava a planilha, tinha o técnico que assinava a planilha, tinha a pessoa relacionada com as compras. Como era esse, podemos dizer, organograma das compras da PETROBRAS? O senhor pode nos esclarecer isso?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - A questão das compras não era da minha área de atuação. A questão dos aditivos aos contratos de engenharia, sim. Quando aparecia uma divergência na obra, em que o empreiteiro falava *“ah! Estava previsto colocar tantas estacas ou tanto de estrutura metálica”*, ou *“houve algum problema aqui, um fato superveniente”*, ou seja, fazia-se um pleito, e aí defendiam aquele pleito, e aquilo se tornava uma questão dentro do contrato. Aí, o gerente de implantação de empreendimento, onde esse contrato estava alocado, criava uma comissão com representantes, normalmente três, quatro representantes da engenharia e um representante da área cliente, no caso do abastecimento, ou da empresa tal. E essa comissão era soberana. Ela se reunia, analisava os pleitos, e tal. Se ela desse provimento ao pleito, aí se discutia o valor. E, aí, ela gerava o aditivo. Aí, mandavam para a área jurídica, para analisar, ver se estava correto. E, depois de colher todos os pareceres, e estando de acordo, ele mandava para a gente, para aprovar na instância correta. Por exemplo, um aditivo de grande valor tinha que ser aprovado na diretoria executiva; e ele era encaminhado, ia para todos os gabinetes, era analisado como se fosse um contrato. Essa era a sistemática do aditivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, eu agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado, Sr. Presidente.
Seria só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Afonso, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Pedro Barusco, eu não vou responder



aqui às acusações infundadas e intempestivas de Parlamentares contra o PT. Eu vou tentar entender uma sistematização do depoimento do Sr. Barusco, só ressaltando que recentemente o jornalista Juca Kfoury aludiu a um ódio de classe dos setores da elite brasileira, inclusive Parlamentares desta Casa, que odeiam a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, o 4.8% somente de desemprego em 2014, o crescimento da massa salarial, o pobre andando de avião...

Então, se o PMDB e o PSDB querem generalizar uma investigação, nós também queremos. Nós aqui vamos investigar; não vamos fazer ilação, acusação sem fundamento. Doações de campanha, o PMDB recebeu 24% em 2010, na Lava-Jato; o PSDB, em 2010, recebeu 20%. Em 2014, o PSDB recebeu 21%, e o PMDB, 25%. O PT também recebeu, e muitos outros receberam. Nós temos que investigar tudo. Se tem doação que passa por um ambiente nebuloso e que vai para campanha, não é só fazer um discurso aqui contra o PMDB, como se, enxugando gelo, na defesa do PMDB ou do PT, se defendesse, se fizesse isso acusando o PT.

O meu raciocínio é: 1) o senhor afirma que praticou ato ilícito em 1997 e 1998, isoladamente, sem nenhuma articulação prévia, nem no transcurso dessa prática ilícita; 2) o senhor afirma que não tinha conhecimento, sequer pela imprensa — o mais notório caso é o do Paulo Francis — de que havia um sistema de corrupção na PETROBRAS nesse período. O senhor afirma que não tinha conhecimento sequer do noticiário da imprensa.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, o noticiário da imprensa, essa questão do Paulo Francis eu conhecia.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Tá, o senhor tinha conhecimento.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas eu não relacionava a nada que acontecia na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Tá. Ótimo!

Em 2004, o senhor é convidado a participar da diretoria pelos seus méritos técnicos e não por ter praticado atos ilícitos antes.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Isso não tinha nenhum envolvimento extra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Certo. O.k. É isso. A resposta é “sim” neste caso. O senhor afirma que começou a se generalizar não porque



houvesse comando superior ou político, mas porque o ambiente de negócios, o aumento de contratos propiciou o surgimento desse ambiente de formação de quadrilha, como é dito pelo Procurador-Geral. Foi o ambiente de negócio que criou isso.

O senhor afirma que ficou sabendo, por um acordo de percentual, que o Vaccari teria recebido. Mas o senhor não tem prova. O senhor tem prova de que ele recebeu? O senhor supõe, porque o operador liberou o do senhor. Mas o senhor não testemunhou, não o viu receber?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É fato, depois que a gente combinava, que ele...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Pronto! O.k. O senhor também diz que não foi induzido, nem por ele nem por ninguém do PT, a cometer ato ilícito, a fazer aditivo ilegal, correto? Correto.

Então, estão, por seu depoimento, refutadas todas essas intempestivas e inapropriadas acusações feitas por Deputados da Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa. está encerrado.

Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, só para registrar que nós, que fomos para as ruas defender e lutar contra uma mudança da PETROBRAS para PETROBRAX, que fomos lá no Rio de Janeiro lutar pelos *royalties*, que nos empolgamos com o pré-sal, estamos realmente muito entristecidos por tudo isso que a gente ouviu aqui, porque o sistema era endêmico, mas ele não era anêmico, ele era muito grande, e isso de fato faz com que nós cheguemos à PETROBRAS e, em boa medida, à crise por que ela passa hoje em função dessas questões.

Eu queria encaminhar duas coisas. A primeira para a Subcomissão acho que do Deputado Altineu Côrtes. Uma das ações a ser feita é buscar informação sobre a formação de preço básico da PETROBRAS. Parece-me, e eu fiz a pergunta antes, que aí é que está a origem do processo da folga nos contratos para a questão do pagamento das comissões ou propinas.



E depois, também no seu caminho, uma pergunta para o Sr. Pedro Barusco, nessa linha que o Altineu falou. Existe um conjunto de pessoas que formam os processos, estruturam as planilhas e os pareceres que dão legitimidade para a alta direção. Um sistema tão grande desses... A gente percebeu diversos servidores de carreira envolvidos nesse sistema. Abaixo disso, é difícil acreditar que não houvesse também, a partir do seu cargo para baixo, que todas as pessoas que dão sustentação a esse processo não participassem, não tivessem informação desse processo. Então, a minha pergunta é: como funcionava, abaixo das gerências, essa questão do funcionamento, dos cálculos, dos pareceres, e como as pessoas viam a ação de vocês a partir daí?

E quero encaminhar à Subcomissão de Sistematização e Normas, também da CPI, que busque informação também de como funciona o embasamento técnico e legal para as licitações e assinaturas de contratos que a PETROBRAS faz. Porque é impossível acreditar que uma coisa desse tamanho, com essa dimensão, só se dê nas altas esferas.

Então, a minha pergunta ao senhor e o encaminhamento à sub-relatoria.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Essa questão da formação de preço, para cada contrato tinha, assim, uma equipe, que trabalhava, como eu disse, como se fosse um proponente do processo licitatório. Essa questão de haver envolvimento de outras pessoas nos escalões mais baixos, se existe, eu não conheço, e se existe é localizado, porque, assim, o recebimento dessas propinas não estava ligado a conseguir um detalhe ou uma coisa, vamos dizer assim, pontual. Por isso eu disse que era uma coisa institucionalizada. Todo contrato tinha lá aquele percentual, que já estava estabelecido, independentemente de haver algum favorecimento ou não. Quer dizer, o favorecimento não vinha do exercício de benefícios dentro dos escalões inferiores. Até onde eu sei, e no que eu participei, os contratos já tinham de 1% a 2% embutidos no valor do contrato.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, só uma pergunta rápida. Mas a parte da casa ficava restrita ao senhor e ao Duque?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Só.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço ao Deputado Celso Pansera. O tempo já está encerrado. Vamos ouvir uma breve colocação do Relator, para que a gente possa ouvir os últimos dois Deputados.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Diante da sua última resposta, os contratos eram majorados no percentual para se passar aos partidos? Porque você diz que o percentual era estabelecido independentemente de trazer uma vantagem ou outra. Então o contrato era majorado, para poder ter esses recursos da propina, ou não?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não. Como eu disse, o pessoal da orçamentação não tinha o menor envolvimento com esse tipo de atividade. Ou seja, os empresários embutiam aquele valor de 1% a 2%, e a licitação era feita dessa forma. Não havia uma provisão para pagar os empresários, entendeu? Não havia esse tipo de coisa. Não havia nem espaço para um tipo de proposição dessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço o depoente.

Deputado Onyx Lorenzoni, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, quero apenas, em nome do Senador Agripino, dar uma informação. O Senador Agripino foi citado aqui como dono da EIT. O Presidente Agripino, o Senador Agripino trabalhou lá como engenheiro entre 1970 e 1975. Em 1975 ele sai da construtora e vai dirigir um projeto industrial, e em 1979 ele se desvincula completamente do grupo, para ser Prefeito de Natal. Dali para lá, não tem mais relação alguma com a empresa. Apenas persistiram algumas ações, que são vendidas em 2007, recebidas pelo Senador Agripino como bônus da época em que ele era funcionário da construtora e do grupo.

Eu só queria fazer esse reparo, porque aqui foi dito que ele tinha qualquer grau de participação nessa empresa recentemente. Ele não tem desde 1979.

Sr. Pedro Barusco, primeiro, só lembrar que, no item de Termo de Colaboração nº 1, na folha 6, em 20 de novembro do ano passado, o senhor diz que, em março de 2003, o senhor fazia a contabilidade dos estaleiros, entre eles a do Keppel Fels. E aí o senhor discorre sobre quando é que o senhor recebeu valores, quando é que recebeu valores o Renato Duque, e o senhor coloca aqui que nessa data, em março, o senhor recebeu a informação e o senhor contabilizou que o Sr.



João Vaccari havia recebido deste estaleiro o valor de 4 milhões 523 mil dólares, inclusive um dinheiro que foi repassado ao Sr. Vaccari como antecipação, visto que não havia sido realizado ainda o pagamento, e o estaleiro antecipou para o Sr. Mochi, que era o apelido que o senhor colocava aqui no relatório, o Sr. Mochila. Estão dizendo aqui que não houve. O senhor dá a data, a origem e os valores. Então, só para ficar claro que algum dinheiro já chegou lá, e o senhor aqui nos comprova.

Depois eu quero voltar à questão da Sete Brasil. A Sete Brasil é para mim talvez a maior negociata feita por esse polvo que começa lá no mensalão, vem no petróleo... E nós ainda vamos achar o do DNIT, nós vamos achar o dos outros setores do Estado brasileiro, que, lamentavelmente, o Governo do PT parasitou.

A pergunta é a seguinte. Eu estava fazendo uma conta rápida. São 28 sondas. Eu não quero nem falar da construção — a construção nós já entendemos, os 22 bilhões. Na operação, são 500 mil/dia, em média — para ficar fácil o cálculo. Isso significa 14 milhões/dia — são 28 vezes 500. Por mês, nós estamos falando em 420 milhões de dólares na operação. E, por ano, em 5 bilhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Um por cento, Presidente! Um por cento, Presidente! Eu peço vênia. Isso significa que haveria uma propina *ad aeternum*, enquanto funcionasse a operação, de 50 milhões de dólares.

E por fim eu quero só fazer um fechamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não fui complacente com nenhum...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas, Presidente, eu fiz um reparo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vinte segundos para V. Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Trinta segundos. Sr. Pedro Barusco, eu não acredito que o senhor está devolvendo o seu dinheiro. Eu acredito que o senhor está devolvendo o dinheiro de alguém. O senhor e o Renato Duque, que, lamentavelmente, o Ministro Teori Zavascki liberou, talvez sem atentar para os autos do processo... O Sr. Renato Duque até hoje nega que recebeu qualquer recurso. O Sr. Renato Duque não disse... Nós vamos ter um acareamento aqui, uma



acareação para poder esclarecer isso. Agora, o dinheiro que o senhor está devolvendo... Na minha modesta opinião, o senhor está protegendo alguém. Esse dinheiro não era seu. Esse dinheiro... Porque não é crível que o senhor, como gerente — respeito engenheiros de carreira da PETROBRAS —, acumulou 100 milhões de dólares. O senhor estava como guardião de confiança de Renato Duque, junto com ele, guardando dinheiro para alguém. Esse alguém, por acaso, era o Presidente Lula?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Primeiro é o seguinte...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ou o Presidente Fernando Henrique também, não é? Porque, se está escondendo...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Na questão da Sete Brasil, havia uma combinação que foi colocada aqui em cima dos contratos dos estaleiros. No contrato de operação não havia nenhuma combinação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não houve nenhuma combinação nos contratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos passar para o próximo Deputado.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu estou... Eu poderia... Eu não iria mentir. Se houvesse, eu falaria. Eu falei do outro. Eu não teria motivo para ocultar isso. Vontade havia, mas não houve nada. Houve o fechamento...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O importante é o seguinte, vontade havia, e acho que esse é o primeiro passo.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Mas não houve, não houve nada. Havia a possibilidade, talvez, mas estava muito difícil. A PETROBRAS foi muito dura na negociação. Espremeu e abaixou o preço. Então, o que houve foi somente em relação à construção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Deixa só eu terminar a pergunta. O dinheiro era totalmente meu, já declarei isso aqui várias vezes. Eu não estava



acobertando ninguém. Eu já falei: durante uma fase eu recebi em nome do Duque, e foi depositado lá. Quer dizer, num determinado momento, seria uma parte dele, mas depois, quando eu saí da PETROBRAS, os pagamentos que vieram, subsequentes, foram encaminhados para ele numa forma de fazer a compensação. Então, ao final de 2013, tudo que tinha lá já era meu, já tinha feito o acerto de contas. Então, esses 97 milhões que eu estou devolvendo eram meus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro. Acho que hoje é um dia muito importante, marcante nesta Casa, por esse depoimento, porque os volumes que são apresentados aqui são, assim, algo exorbitante. Aí eu fico pensando em quantas moradias nós poderíamos fazer com esse valor, Sr. Barusco, em quantos programas sociais poderiam ser executados, especialmente num Estado como o meu, que é o Estado do Maranhão, o Estado mais pobre do Brasil.

E por falar no Maranhão, eu queria lhe fazer uma pergunta sobre a Refinaria Premium I. Porque na verdade nós tivemos vários aditivos. Só na fase inicial de terraplenagem, algo em torno de mais de 2 bilhões de reais. De repente, nós temos o anúncio da PETROBRAS de que esse investimento não mais será realizado, depois de vários aditivos feitos, inclusive com posições apresentadas pelo TCU, alguns relatórios apontados já colocando em xeque esses vários aditivos. Eu queria saber do senhor se o senhor teve informações acerca de propinas no caso da Refinaria Premium I.

Uma outra pergunta é referente aos valores além dos 300 mil dólares que foram citados pelo senhor e que seriam repassados pela CBM possivelmente à campanha da Presidente Dilma. E outros valores, em torno de 50 mil reais, que eram passados periodicamente, quinzenalmente, apresentados na delação do senhor, na verdade, algo em torno de 100 mil reais por mês. Eu queria saber se a operacionalização desses 300 mil dólares, ela se deu nesses mesmos moldes, através de um caixa dois, ou se foi utilizada aí uma empresa para que esse recurso, da ordem de 300 mil dólares, fosse repassado.



Uma outra pergunta: as empresas que se negavam a participar desse esquema de corrupção da PETROBRAS, qual tipo de sanção, qual tipo de punição, qual tipo de coação, qual tipo de atitude era feita em relação a essas empresas?

Por fim, depois de várias dúvidas aqui postas, eu queria que o senhor me fizesse dois esclarecimentos. Um: as reuniões que eram marcadas nos hotéis, que foram citados pelo senhor agora há pouco, elas eram feitas através de quais mecanismos? Se telefones, quais telefones eram esses?

E mais uma pergunta: de 2003 a 2010, início da institucionalização, digamos assim, do desvio de recurso, da roubalheira dentro da PETROBRAS, nesse período de 2003 a 2010, período em que o Vaccari ainda não era Tesoureiro da PETROBRAS, se era ele que fazia essa operação, ou se havia uma outra pessoa que exercia esse mesmo papel do Tesoureiro do PT.

E para fechar de fato, uma pergunta que é fundamental: no depoimento de delação premiada — abre aspas —, o senhor diz o seguinte: “... a *SETEBRASIL* foi constituída com capital privado e recursos de investidores provenientes de fundos de pensão da PETROS, o PREVI, o VALIA e o FUNCEF, bem como recursos da PETROBRAS e dos bancos BTG PACTUAL, BRADESCO e SANTANDER; (...) foram assinados 28 contratos de operação...”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputada Eliziane.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vou fechar, Presidente. Só um minutinho, por sua bondade. Sou a última a falar, nós já estamos indo. “*Foram assinados 28 contratos de operação das sondas entre a PETROBRAS e a SETEBRASIL, e esta firmou 28 contratos*”, com 7 estaleiros, e que o valor dos contratos girava “*em torno de U\$ 500 mil dólares por dia de operação, e nas outras vinte e uma sondas na faixa de U\$ 530 mil dólares por dia*” de operação.

Pergunta que eu faço para o senhor: podemos concluir que os participantes desses fundos de pensão foram todos prejudicados por esse esquema de corrupção da PETROBRAS?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, a Premium I... Eu me lembro da... Eu participei dos primeiros contratos de supressão vegetal, implantação do terreno, e, se eu não me engano, o contrato de terraplanagem já estava num



momento de saída da PETROBRAS. Eu acho que quem ganhou foi a Galvão... Acho que foi a Galvão. E a Galvão era uma empresa que costumava participar e pagar comissão nessa estratégia, nesse esquema que existia. Só que, o seguinte, eu não sei te responder, porque, teoricamente, houve, mas eu acho que... Eu, por exemplo, eu não recebi nada relativo à Premium I.

(Não identificado) - ... Premium II, no Ceará, se fosse possível, só para poder... A Premium II, que, infelizmente, também (*ininteligível*) Estado do Ceará, se puder também, para ver se teve algum indício, alguma coisa que você soubesse...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É o seguinte, eu não sei nada da Premium II, mas o recebimento de propina não estava muito ligado a se estava na RNEST, na Premium I, na Premium II, estava mais ligado ao volume do contrato e à companhia, à empreiteira, entendeu? Eu acho que deve ter existido, mas eu já estava de saída da PETROBRAS. Eu não posso afirmar, mas era, assim, um contrato de uma empresa que costumava fazer esse tipo de pagamento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É o seguinte, é o que eu falei: eu, nesses 8 anos em que estive lá na Gerência Executiva, eu nunca vi uma cena de coerção, ou de punição, ou de dar um castigo para uma empresa. Eu nunca vi. Era natural...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Chantagem dos diretores? Não havia...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que o depoente se atenha aos questionamentos da Deputada Eliziane, para que a gente possa encerrar a reunião.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Então, ela perguntou se, para as empresas que não pagavam propina, se havia sanção ou coerção. Eu nunca vi isso, tá? Eu acho que até na maioria dos contratos não havia propina... Tinha contratos de empresas que não tinham nada a ver com o cartel. Então, eu não presenciei isso, eu não sei dizer. Eu nunca vi. Nunca apliquei uma sanção dessa natureza. Sobre as reuniões com o Vaccari e com o Renato Duque eu também já falei. A gente tinha a reunião e marcava: "Ó, vamos nos reunir daqui 3 semanas, ou daqui 2 semanas..." E



aí, normalmente no hotel, mais ou menos naquele horário, e um pouco antes a gente mandava um SMS ou alguma coisa desse tipo, tá?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor pode passar à Comissão o telefone?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Isso aí é até um pedido do Ministério Público. Eu estou investigando, porque esse telefone eu já devolvi há muito tempo, e eu não tenho os registros desse telefone. Hoje eu tenho telefone particular. Esse telefone era telefone funcional.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Ontem eles me pediram, e eu entreguei uma relação de... Aliás, eu não entreguei, estou para entregar hoje ou amanhã uma relação de telefones, tá? Mas eu vou dar uma informação aqui para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - É o seguinte. A PETROBRAS fez uma investigação no caso lá da SBM, e tem um relatório interno. Provavelmente a PETROBRAS fez todo esse levantamento telefônico, que acho que está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k. Indago do Sr. Depoente se ainda tem mais alguma informação que o senhor queira...

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Não, só uma pergunta, né? Deixe eu ver. Olha, é o seguinte. A Sete Brasil tinha um retorno — eu vou dizer um número aqui que é aproximado — acho que de 14%, em dólar. Quer dizer, era um investimento muito bom. O que está acontecendo agora prejudicou fortemente a Sete Brasil. Obviamente, ela está numa situação delicada, e os investidores estão sofrendo essas consequências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. concluiu?

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Eu conclui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo.

Antes de encerrar a presente reunião, determino à Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual — COAUD e à Seção de Apoio às Comissões — SAPCO desta Casa que as reuniões desta CPI sejam gravadas apenas por servidores efetivos da Câmara dos Deputados.



Convoco reunião de audiência pública para quinta-feira, 3 de março, às 9h30min, para ouvirmos o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, e, em seguida, o Sr. Sérgio Gabrielli.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.